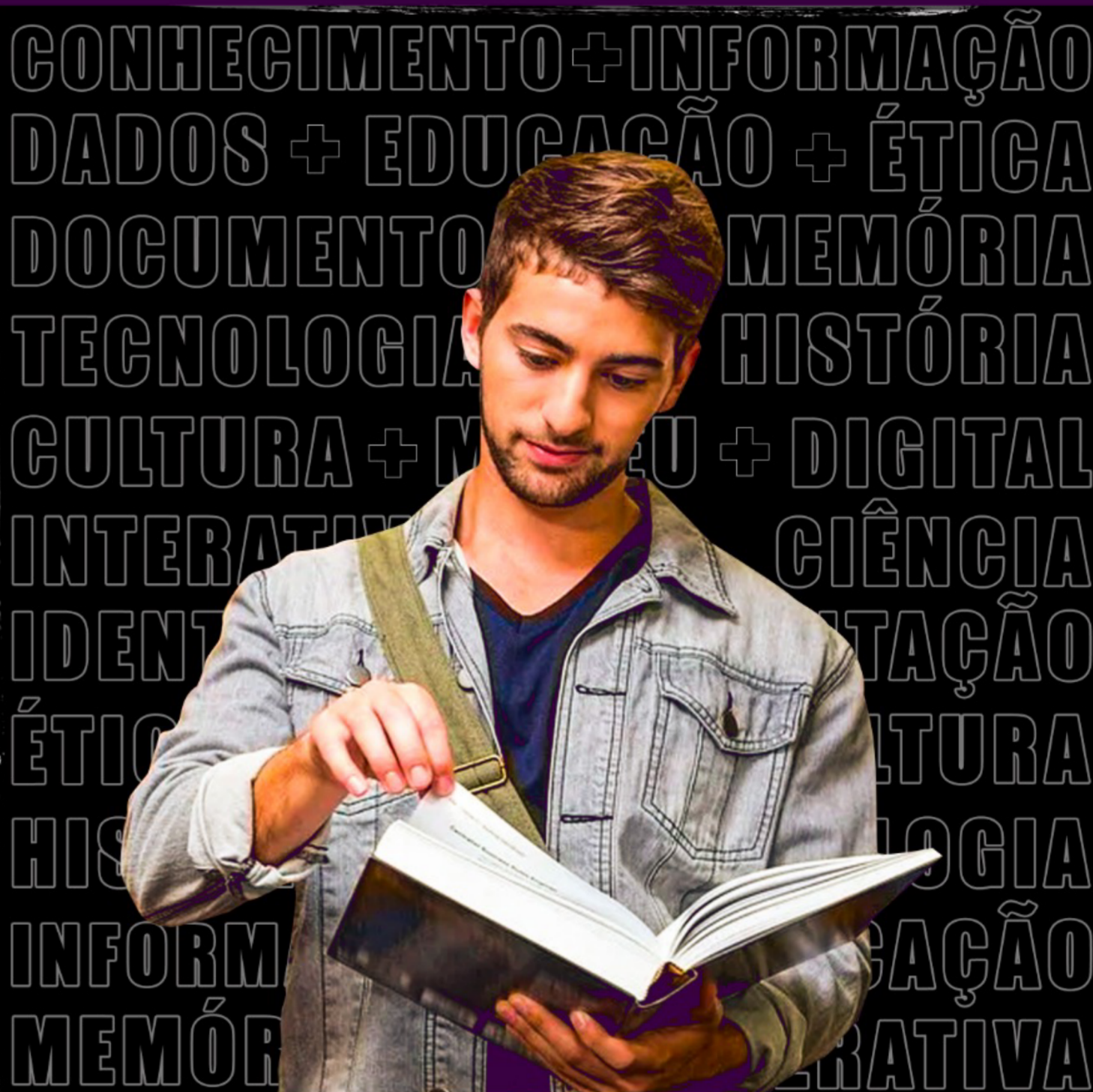


Revista

FONTES DOCUMENTAIS

v. 04 n. 01 – jan./abr. 2021

ISSN – 2595-9778



GEPHIBES 



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe



 @REVISTAFONTESDOCUMENTAIS

EXPEDIENTE

*Revista Fontes Documentais, Aracaju, SE, v. 4, n. 1, jan./abr., 2021.
Publicação quadrimestral organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas
em História das Bibliotecas de Ensino Superior (GEPHIBES)
Instituto Federal de Sergipe (IFS)*

EQUIPE EDITORIAL

Editor-Chefe

Salim Silva Souza – Bibliotecário do Instituto Federal de Sergipe (IFS)

Editora da Seção Informação, Cultura e Patrimônio

Profa. Dra. Zeny Duarte de Miranda – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Editora da Seção Informação, Tecnologia e Sociedade

Profa. Dra. Bárbara Coelho Neves – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Conselho Editorial

Profa. Dra. Bárbara Coelho Neves – Universidade Federal da Bahia (UFBA);

Prof. Dr. Edilson Damasio - Universidade Estadual de Maringá (UEM);

Profa. Dra. Jussara Santos Pimenta – Universidade Federal de Rondônia (UNIR);

Profa. Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco – Universidade Federal da Bahia (UFBA);

Profa. Dra. Niliane Cunha de Aguiar – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr. Pablo Boaventura Sales Paixão – Instituto Federal de Sergipe (IFS);

Prof. Dr. Raimundo Nonato Ribeiro Dos Santos – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Silvânia Santana Costa - Universidade Tiradentes (UNIT);

Profa. Dra. Zeny Duarte de Miranda – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Comitê Avaliativo

Profa. Ma. Andreia Bispo dos Santos – Rede Estadual de Sergipe;

Ma. Jandira Reis Vasconcelos – Universidade Federal de Sergipe (UFS);

Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira – Instituto Federal de Sergipe (IFS);

Profa. Dra. Márcia Ivo Braz - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

Profa. Ma. Maristela do Nascimento Andrade – Centro de Educação a Distância - Universidade Federal de Sergipe (CESAD/UFS);

Dr. Ronnie Fagundes de Brito - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Capa e Editoração

Gabriel Ferreira Souza

Comunicação

Ida Conceição Andrade de Melo
Valber Jose Andrade de Melo

Normalização

Salim Silva Souza
Juliana Santos da Silva

Revisão de Texto

Jéssica Mirelle Lopes Matos;
Maria Monize Andrade de Paula;
Cláudia Andrade;
Juliana Pereira Sant'Ana Santos

Tradução

Luana Inês Alves Santos

Colaboração

Edite Santos de Araújo
José Mateus Correia Silva

Indexadores

Latindex;
LatinRev
ERIH PLUS;
Livre;
BRAPCI;
Diadorim;
Súmarios;
Google Acadêmico
RIFS
RI-UFS

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

Reitora: Ruth Sales Gama de Andrade

R454 Revista Fontes Documentais / Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES/IFS. v. 4, n. 1, 2021 – Aracaju: IFS, 2018-

Quadrimestral
e-ISSN 2595-9778 (publicação eletrônica)

Endereço eletrônico:
<https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais>

1. Ciência da Informação – Periódicos I. Brasil, Instituto Federal de Sergipe.

CDU 02(05)
CDD 020.5

A Revista Fontes Documentais está licenciada no Creative commons – atribuição não comercial 4.0 internacional.

EDITORIAL

A Revista Fontes Documentais é um periódico quadrimestral, organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES/IFS, e tem como objetivo atuar como um veículo difusor e fomentador da produção acadêmica, primeiramente dos pesquisadores locais e, em extensão, da pesquisa científica na área da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Museologia, Educação, História e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Temos algumas novidades para contar aos nossos leitores. A partir de janeiro de 2021, a Revista Fontes Documentais passou a fazer parte da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) e também já se encontra no catálogo eletrônico da Universidade do Porto – Portugal.

A partir das edições do ano 2019, foi criada a seção multidisciplinar **“Informação, Cultura e Patrimônio”** dentro da Revista Fontes Documentais no intuito de aflorar de forma muito direcionada ao estreitamento existente entre conceitos de Cultura e Patrimônio, com conceitos de Informação, havendo a possibilidade de expansão da semântica e dos debates que fazem todo o sentido no âmbito do desenvolvimento do saber Ciência da Informação. Ao longo deste período publicamos por meio desta seção, organizada pela Profa. Zeny Duarte de Miranda, muitas pesquisas qualificadas, atualizadas e relevantes.

A partir desta edição, contaremos também com a seção, intitulada **“Informação, Tecnologia & Sociedade”**, visando problematizar a relação entre Ciência da Informação e Educação, a partir das discussões que envolvem o tema tecnologia e sociedade. Afinal, sabe-se, por um lado, o quanto o tema da tecnologia está envolvido nos campos epistemológicos e na práxis dessas áreas. E, por outro lado, que é a partir da convergência de pontes e da condução de diálogos que se manifestam provocações e novos constructos científicos.

Talvez o nosso principal desafio seja, nesses tempos tão incertos, dar passagem aos agenciamentos coletivos e à multiplicidade dos modos de enunciação, a fim de escaparmos da monotonia temática, da alienação e da distopia que tem rondado a academia e teima de maneira irreverente e leviana contra a ciência. Dito isto, esta seção objetiva ser mais um reduto do livre pensar em torno das discussões sobre tecnologia na sociedade.

É importante ressaltar que a criação deste espaço, organizado pela Profa. Bárbara Coelho Neves, traz o traço do debate assumido pelo LTI Digital e de outros pesquisadores de destaque, ou emergentes, sobre os temas de interesse desta seção. Estarão aqui trabalhos convidados de colegas de Programas de Pós-Graduação afins que também afirmam processos de diferenciação nos modos de pensar a informação, a tecnologia e sociedade. Como resultado esta seção tem suas peculiaridades e vai produzindo perturbações e diferenças da tecnologia nos contextos políticos, sociais, educacionais e econômicos.

Outra novidade lançada nesta edição é a seção “*Narrativas reminiscentes*” que trata de um espaço de recordação de um acontecimento ou descrever uma parte ou fragmento de algo que já não existe mais ou mesmo para quando se recorda de maneira inconsciente. É neste ambiente que serão expostas narrativas com homenagens e/ou passagens memoráveis trazidas por nossos autores.

Configura um breve resumo desta edição, feito com muita dedicação para você:

Começando essa edição, temos o artigo do professor do Departamento de Biblioteconomia da UFES da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Antonio Luiz Mattos de S. Cardoso; da professora do Departamento de Arquivologia da UFES, Rosa da Penha F. da Costa; e do bibliotecário e pesquisador Marcelo Calderari Miguel, intitulado **A ação prática de contar história sobre a morte: o que muda ao dizer adeus**, onde nos conduzirá na busca da identificação e compreensão das internalizações de saberes das profissionais contadoras de histórias com relação ao tema morte por meio da ação prática de contação de histórias no alívio à vida. Vale a pena conferir!

Em seguida o artigo intitulado **Objetos tridimensionais como documentos arquivísticos e documentos especiais: uma discussão teórica**, da mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB), Maria Eduarda de Oliveira Santos e do Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo, do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), traz uma explanação a partir da seguinte problemática: Os objetos tridimensionais podem ser considerados documentos arquivísticos, a partir de uma discussão na literatura da área? Caso afirmativo, de que forma?

O artigo intitulado **A biblioteca no contexto educacional: o olhar docente sobre práticas educativas de língua portuguesa na biblioteca para alunos do ensino técnico na modalidade EaD**, apresenta um estudo realizado pela Mestra Célia Reis Sales, bibliotecária do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) e a Profa. Dra. Jussara Santos

Pimenta, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que se propôs a analisar e relatar de que maneira a biblioteca do Instituto Federal de Rondônia está sendo utilizada como recurso pedagógico e construção do conhecimento dos alunos, na prática docente dos professores de Língua Portuguesa.

Na seção *Informação, Tecnologia & Sociedade*, iremos conferir o artigo **Clubhouse, tribos e networking – uma nova perspectiva da cibercultura no contexto comunicacional da educação nas mídias sociais**, de autoria da Mestre em Ciência da Educação pela SABERES/UNASUR, Quesia Damasceno Gomes da Silva, que apresenta um estudo sobre uma das mais novas rede social que se posiciona em fazer comunicação, criar redes de conexões (Networking) e promover negócios. Venha conhecer o ClubHouse!

Na seção *Informação, Cultura e Patrimônio*, vamos apreciar o artigo **O inter-relacionamento entre documentos de Arquivo, Biblioteca e Museu: memorial - um sistema em definição**, das autoras: Tassila Oliveira Ramos, arquivista do Instituto Federal da Bahia (IFBA) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA) e Zeny Duarte de Miranda, Professora Titular do PPGCI/UFBA - Universidade Federal da Bahia (UFBA). Esta pesquisa tem como objetivo apresentar conceitos sobre memorial, com a finalidade de definir o que o torna um lugar de memória, identificando as suas diferenças e semelhanças com instituições congêneres de memória, bem como o inter-relacionamento entre documentos.

E, com satisfação, inauguramos a seção *Narrativas reminiscentes*, com a publicação de um texto póstumo, no formato de resenha, de autoria do Mestrando do PPGCI / UFBA Daniel de Almeida Lima (in memoriam), por ele apresentada à disciplina Metodologia da Pesquisa, na altura ministrada pela Prof^a Dr^a Zeny Duarte de Miranda. A Resenha do mencionado Mestrando versa sobre o livro **Os médicos e a cultura em Portugal e na Bahia: olhar (es) introspectivo sobre o “modo de ser e estar” médico-cultural**, dos autores Zeny Duarte (UFBA) e Armando Malheiro (Universidade do Porto – Portugal). Trata-se, portanto, de uma homenagem da Prof^a Dr^a Zeny Duarte ao discente e colega Daniel Lima, pela sua brilhante e breve passagem pelo PPGCI/UFBA.

Desejamos a todos uma ótima leitura! Paz e Saúde a todos!

Bárbara Coelho Neves
Profa. Dra. do PPGE/PPGCI/UFBA

Salim Silva Souza
Editor-chefe

SUMÁRIO

EDITORIAL _____ **03**

❖ ARTIGOS

A AÇÃO PRÁTICA DE CONTAR HISTÓRIA SOBRE A MORTE: O QUE MUDA AO DIZER ADEUS

(Antonio Luiz Mattos de Souza Cardoso; Rosa da Penha Ferreira da Costa e Marcelo Calderari Miguel) _____ **07**

OBJETOS TRIDIMENSIONAIS COMO DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS E DOCUMENTOS ESPECIAIS: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

(Maria Eduarda de Oliveira Santos e Josemar Henrique de Melo) _____ **27**

A BIBLIOTECA NO CONTEXTO EDUCACIONAL: O OLHAR DOCENTE SOBRE PRÁTICAS EDUCATIVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NA BIBLIOTECA PARA ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO NA MODALIDADE EAD

(Célia Reis Sales e Jussara Santos Pimenta) _____ **45**

❖ INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA & SOCIEDADE

CLUBHOUSE, TRIBOS E NETWORKING – UMA NOVA PERSPECTIVA DA CIBERCULTURA NO CONTEXTO COMUNICACIONAL DA EDUCAÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS

(Quesia Damasceno Gomes da Silva) _____ **56**

❖ INFORMAÇÃO, CULTURA E PATRIMÔNIO

O INTER-RELACIONAMENTO ENTRE DOCUMENTOS DE ARQUIVO, BIBLIOTECA E MUSEU: MEMORIAL - UM SISTEMA EM DEFINIÇÃO

(Tassila Oliveira Ramos e Zeny Duarte de Miranda) _____ **68**

❖ NARRATIVAS REMINISCENTES

OS MÉDICOS E A CULTURA EM PORTUGAL E NA BAHIA: OLHAR (ES) INTROSPECTIVO SOBRE O “MODO DE SER E ESTAR” MÉDICO-CULTURAL

(Daniel de Almeida Lima apresentado por Zeny Duarte de Miranda) _____ **86**

**A AÇÃO PRÁTICA DE CONTAR HISTÓRIAS SOBRE A MORTE:
 O QUE MUDA AO DIZER ADEUS**

*THE PRACTICAL ACTION OF STORYTELLING ABOUT DEATH:
 WHAT CHANGES WHEN SAYING GOODBYE*

Antonio Luiz Mattos de Souza Cardoso

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Informática pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em Administração pela Faculdade Integrada Espírito Santense (FAESA) e bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor adjunto do Departamento de Biblioteconomia da UFES. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2180-3980>. CV: <http://lattes.cnpq.br/5900211605766512>. E-mail: antonio.cardoso@ufes.br

Rosa da Penha Ferreira da Costa

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Artes pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduada em Biblioteconomia; em Artes Plásticas; e em Arquivologia todos pela UFES. Professora adjunto do Departamento de Arquivologia da UFES. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7876-9392>. E-mail: rosapenha2020@gmail.com

Marcelo Calderari Miguel

Especialista em Educação Científica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em Administração e Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); e em Ciências Contábeis pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7876-9392>. E-mail: marcelocalderari@yahoo.com.br

RESUMO

Estudo realizado junto a profissionais contadoras de histórias da Grande Vitória, que tomam a Morte como protagonista na arte de contar histórias. Busca-se entender como a narrativa e a leitura desse gênero específico repercutem em termos de sentidos sociais. Os significados atribuídos as figuras alusivas à morte e a representação dessa leitura é interpretada a luz da Etnometodologia, corrente que mostra que os indivíduos erguem a realidade social onde se inserem. Busca-se identificar e compreender as introyecções de saberes das profissionais com relação ao tema morte pela ação prática de contação de histórias no alívio à vida. Concluir que a afiguração a morte, representada na literatura e infoera, provoca um novo debate de normalidade diante o drama da Covid-19.

Palavras-chave: Contação de História. Prática Pedagógica. Imaginação e Educação. Educação para a Morte.

ABSTRACT

Study carried out with professional storytellers from Grande Vitória, who take Death as the protagonist in the art of storytelling. It seeks to understand how the narrative and reading of this specific genre has repercussions in terms of social meanings. The meanings attributed to figures alluding to death and the representation of this reading is interpreted in the light of Ethnomethodology, a current that shows that individuals raise the social reality where they are inserted. It seeks to identify and understand the introyections of knowledge of professionals regarding the theme of death through the practical action of storytelling in the relief of life. To conclude that the affection to death, represented in the literature and infoera provoke a new debate of normality before the drama of Covid-19.

Keywords: Storytelling. Pedagogical practice. Imagination and education. Education for Death.

1 ORBE INFANTIL E AS ALEGORIAS DO PASSAMENTO

Nesse sentido, é preciso aceitar o desafio de ressignificar as perdas, compreender que somos capazes de morrer várias vezes em vida e renascer num processo de reinvenção de nós mesmos (FOCHESATTO, 2011, p. 170).

O tão curto espaço do ‘era uma vez’ para falar da morte cinge uma tarefa inglória. O mesmo pode-se dizer da tentativa de analisá-la dentro da Teologia há uma afluência enigmática e emblemática de expressividades, especulações e representações. Também vale citar que em inúmeros contextos o passamento é invocado como algo unívoco de medo, mistério e perda. Poderíamos citar aqui inúmeros livros da literatura universal cuja temática ou a protagonista é a morte (personificada) como uma entidade sensível – a imagem do ceifador sombrio, a figura esquelética vestida de manta negra com capuz e portando uma foice/gadanha.

Assim, existirá no mundo universo mais mefistofélico do que o universo das chamadas histórias para crianças? Observe, por exemplo, que “a própria bruxa, vestida de preto, com seu nariz disforme e uma verruga na ponta, sua vassoura imensa e fálica entre as pernas, seu caldeirão fervilhante, não seria a encarnação do mal, a encarnação do próprio Diabo?” (FERRAZ, 2008, p. 4).

Neste trabalho, porém, nos interessa especificamente a figura da morte na Literatura Infantil. Dado o extenso e polêmico rol de centenas de publicações de críticos e teóricos, todos conceituados, o estudo de forma imprescindível e condição sine qua non ajusta um enfoque ao problema didático-pedagógico da literatura fúnebre com viés infantil; assim, algumas considerações são necessárias como o fato de muitos escritores de literatura relatarem em dizer que escreveram suas obras para crianças, como se a ideia de que a literatura infantil é sublitteratura, um gênero menor (CUNHA, 2003).

Não obstante, qualquer divisão terminológica para a literatura nesse contexto soa, no mínimo, com sintética e preocupante inflexão de censura. Parece estranho falar em Literatura Infantil, Literatura Feminina, Literatura Negra, Literatura Homossexual. Ou o texto é literatura que interessa ao leitor em geral, independente se esse for criança, adulto, mulher, branco ou negro, homossexual ou heterossexual... Ou não é literatura.

Esse ponto de vista é corroborado pelo ideal que “Literatura Infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o Mundo, o Homem, a Vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática; o imaginário e o real; os ideais e sua possível/impossível realização” (COELHO, 1991, p.24). O assunto complica-se ainda mais pela dificuldade de conceituar a própria literatura.

Lajolo (2001) reporta que a Literatura pode ser um rabisco na parede, um poema de um apaixonado para a namorada, histórias de bruxas, estórias que uma mãe inventava na hora de dormir para o seu filho, poemas que jovens colocam na internet para os internautas lerem; ele termina sua explanação afirmando: “Aprenda então o vivíssimo leitor que ser ou não ser literatura é assunto que se altera ao longo do tempo e desperta paixões” (LAJOLO, 2001, p. 12-13).

Eagleton (2003), em sua obra Teoria da Literatura afirma que a literatura não pode ser de fato, definida ‘objetivamente’ e a definição de Literatura dependendo da maneira pela qual alguém resolve ler, e não da natureza daquilo que é lido. Ou seja, literatura é aquilo que o leitor denomina de literatura.

Nesse sentido, Coelho ainda esclarece:

Em se tratando de literatura Infantil, é preciso lembrar, de início, que além de ser um fenômeno literário ela é um produto destinado às crianças que em suas origens nasceu destinado aos adultos. Ou melhor, que certas obras que foram famosas como literaturas para adultos, com o tempo e através de um misterioso processo de adaptação, acabaram transformando um entretenimento para crianças (COELHO, 1991, p. 35).

Arendt (1999) em sua obra Eichmann em Jerusalém, diz que o mal foi banalizado na literatura infantil. Para a autora o mal se tornou vulgar e comum nas histórias para crianças, a ponto de não mais assustar. Todavia, na Literatura Brasileira muitas são as obras que tratam o mistério de morrer e se immortalizar. O folclore (as tradições orais como contos, lendas e mitos) evoca a morte em alegorias que marcam o surgir do guaraná, do milho, da mandioca, da vitória-régia e do boitatá.

Assim, o objetivo do estudo é compreender como a narrativa desse gênero específico da literatura da morte repercute no imaginário coletivo em vias da interação social de algumas bibliotecárias contadoras de histórias.

No rol de entrevistas com bibliotecárias escolares, se identifica algumas introjeções de saberes dos profissionais com o tema da morte; os relatos captam a prática de narrar histórias, estabelece alguns parâmetros de interação e mediação da informação.

A justificativa desse trabalho encontra aso nas representações e significados atribuídos às figuras alusivas à morte – interpretada à luz da Etnometodologia, que tem aproximação e aplicação no âmbito dos estudos da Ciência da Informação (CI). Também, o meritório depoimento dos profissionais da informação, que atuam em grandes Regiões do Município de Vila Velha, evidencia o paulatino âmbito da violência, intensificado pela forma abrupta com que ocorreram. Somam-se a isso, a alta vulnerabilidade social e elevadas taxas de mortalidade que agravam e não perdem a expressão no contexto da problemática urbana

Revista Fontes Documentais. Aracaju. v. 04, n. 01, p. 07-26, jan./abr., 2021 – ISSN 2595-9778

municipal.

Em suma, contar histórias é se apropriar de lições e dos aspectos que a afiguração da morte representa na literatura. O surgir e avançar da pandemia da Covid-19 tornam a morte mais emblemática. É estarrecedor a sensação de que a vida se esvai rapidamente em consequência de uma crise sanitária sem precedentes.

As bibliotecárias entrevistadas, nos meses de maio e junho de 2020, atuam em diferentes Regiões Administrativas do município de Vila Velha. O número de profissionais acessados sofreu variação conforme disponibilidade e em consonância com o critério de saturação e as limitações imposta pela pandemia da Covid-19. Assim, este estudo adentra na esfera da morte tendo em pauta diferente enfoque da literatura e das histórias em quadrinhos (HQ).

2 INTERFACES DA MORTE E A INFORMAÇÃO: CONFINAMENTO É LEITURA

Na antiguidade, era posto que a morte era inevitável, e, portanto, ela não é representada como puramente má. Há relato que continuar eternamente a vida seria um peso, tal como o mito de Sísifo e de Prometeu. Indo além do arquétipo-lendário de Sísifo, abrolha na história o percurso de Catão de Útica – o qual tem na morte a afirmação da liberdade. Completando esse cenário Montaigne (1972, p. 128) argumenta que meditar sobre a morte é “meditar sobre a liberdade; quem aprendeu a morrer, desaprendeu de servir; nenhum mal atingirá quem na existência compreendeu que a privação da vida não é um mal; saber morrer nos exime de toda a sujeição e constrangimento”.

Sêneca (2016, p. 131) esclarece que “a duração da existência é um fator externo. O quanto deve durar a minha vida não depende de mim; o quanto vai durar verdadeiramente depende de mim” e, ainda, reporta:

A morte encontra-se entre aquelas coisas que não são efetivamente más, contudo, dão a impressão de um mal. O amor que a pessoa tem por si mesma é a vontade interior de perdurar e preserva-se, como a aversão à extinção [...] O que também nos indis põe com a morte é que já conhecemos estas coisas ao passo que aquelas para as quais faremos a transição desconhecemos – e temos horror do desconhecido. Além disso, é natural ter medo das trevas, como se crê, a morte há de nos conduzir [...]. Deve-se ter um desdém pela morte maior do que se costuma ter. De fato, passamos a acreditar em muitas coisas em relação a ela. Houve disputa entre muitos com talento para aumentar sua má fama (SÊNeca, 2016, p. 123-124).

Os apontamentos de Sêneca destacam que não é preciso preocupar em viver muito, só o suficiente. Dessa forma, se compreende que a morte é uma característica determinante do

homem que, tal fato não se limita a um derradeiro acontecimento, mas abarca a própria noção da vida; assim, pensar numa atitude de fuga diante a ideia de morte (a iminência do fim) não faz desaparecer a angústia, mas a reforça e a amplia (GUERREIRO, 2014).

A morte também é uma figura mitológica que tem existido na mitologia e na cultura popular desde o surgimento dos contadores de histórias. Na mitologia grega, Tânato seria a divindade que personificava a morte e Hades, o deus do mundo da morte. Assim, como nas cartas de tarô, o ceifador é personificação de um situar sombrio.

Nogueira (2020) argui que a morte é personificada, em muitas línguas, na forma masculina (como no inglês), enquanto em outras ela é percebida como uma personagem feminina (por exemplo, em línguas eslavas e neolatinas). Em alguns casos, essa personificação mostra que morte realmente é uma entidade capaz de causar a ceifa da vítima – assim o (a) Agente Morte se torna um Ser que pode ser subornado, enganado ou iludido (a fim de manter uma vida).

Outras crenças consideram que o espectro da morte é apenas um psicopompo (condutor de almas) e santa Muerte: uma personificação da morte segundo a cultura popular mexicana. Os mexicanos celebram e personificam a morte – o dia dos mortos (Day of the Dead) e Santa Morte (Nuestra Señora de la Santa Muerte) uma deusa resultante do sincretismo entre as mitologias católicas e mesoamericanas. A mitologia asteca, Mictecacihuatl zela pelos ossos dos mortos. Sobre eles salienta-se:

No México, a celebração coletiva que envolve pessoas de todas as classes sociais e de todas as regiões do país está ligada à festa de Todos os Santos e dos Fiéis Mortos. Ela é mundialmente conhecida como Dia dos Mortos e acontece de 31 de outubro a 2 de novembro na maioria das cidades mexicanas. No Brasil, dedica-se o dia 2 de novembro à memória dos mortos, no Dia de Finados. Nessas datas, as famílias mexicanas se reúnem para lembrar seus mortos e recebê-los em uma visita ao mundo dos vivos. Trata-se de uma tradição milenar, com origens na era pré-colombiana, na cultura das civilizações maia e asteca, entre outras, que foram dominadas e extintas a partir do século XVI, com a colonização espanhola. Esses povos ocupavam grande parte da América Central antes da colonização e acreditavam que a morte era apenas mais uma etapa da existência humana. Para eles, existiam diferentes lugares para onde alguém pode ir após a morte; o principal deles é Mictlan, governado por Mictlantechtlí e Mictecacihuatl, o senhor e a senhora do Reino dos Mortos. Segundo essa crença, o destino após a morte depende mais do modo como se morre do que da conduta, boa ou má, durante a vida. E a vida não acaba com a morte: ambas estão contidas uma na outra e são forças de criação e regeneração (COUTINHO et al., 2018, p. 138).

Sengik e Ramos (2015) alegam que as discussões acerca da morte estão presentes no cotidiano de todos e, o tema da morte é tratado (e também se afigura como um real tabu) por produtos culturais que são destinados à criança, como se observa, por exemplo, em filmes e livros que tratam da finitude da vida. À semelhança de profissionais de saúde que têm a morte

em seu cotidiano, o mesmo ocorre com educadores e assim, o currículo escolar tem que ter a função de contribuir para a formação dos discentes priorizando temas relativos à vida – e no caso, a morte faz parte da vida, deve estar contemplada no currículo.

Kovács (2012) cita que um número significativo de educadores que pensam que o tema da morte deva ser abordado nas escolas, todavia há que se ter uma forma de preparada com várias propostas e projetos enfocando aspectos cognitivos - palestras, informações, esclarecimentos, supervisão; e emocionais - sensibilização frente a questões pessoais e cuidados psicológicos frente a essa temática.

O educador, diz Kovács (2012), deve se familiarizar com o tema da morte, tal como abordado pela literatura para a paragem pedagógica do tema morte – e nessa missão deve ajudar a criança a compreender melhor as circunstâncias que envolvam ausência, perda e fenecimento. Na literatura (mitos, lendas, contos, fábulas, ditados), levam um aspecto existencial para crianças.

Entre os temas difíceis ou fraturantes, está a questão da morte. Para Sengik e Ramos (2015), as inquietações que essa temática provoca remete a um contexto de guerra. Os diversos combates, batalhas e guerras constituíram-se em problema social de vulto e, com resultante, a explícita exclusão da vida torna-se rotina e imperativa. Em face de hostis contexturas incide a trivialização da questão social da morte; e no Brasil o drama da Covid-19 salga o amargor da tragédia naturalizada.

Já o contexto da produção da literatura científica sobre essa temática, e recorrendo a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), um Acervo de Publicações Brasileiras em Ciência da Informação dirigido pela a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) situam algumas abordagem que explanam a direção dos estudos desse tema (Quadro 1).

Quadro 1 - Abordagens da temática morte em revistas da Ciência da Informação

Tema – Abordagem	Autoria – Pesquisador	Ano
A morte do indivíduo	Campos; Venâncio, Torres,	2006
Representar a morte / capas, revistas.	Cerqueira	2007
Blogues – reminiscência pessoal; Dia dos mortos – memória	Matos, Zanella,	2009
Orkut – lápides virtuais; Atestados de óbito – documentos	Goulart, Pröglhöf Jr. Pedrazzi,	2013

¹ Diante disso, Ferreira e Silva (2021) alertam que aparecimento da Covid-19 e seu avanço acelerado expôs, em múltiplos confins, a crise mundial sanitária. No Brasil, as autoras alegam, o legado de políticas de austeridade expõe nas mais diversas narrativas de trabalhadores e trabalhadoras a premissa “Morrer de fome ou acometido pela doença”.

Suicídio e homicídio de jovens	Daemon.	2016
Mortes Severinas / literatura; Documentos Sensíveis (1964-1985)	Dallazen, Thiesen	2019
Papafigo / figura lendária; Tanatologia – campo científico.	Costa; Assef Neto, Silva, Silva, Guimarães; Lins	2020

Fonte: os autores, seleção em busca simples na base em Brapci.inf, maio 2020.

Assim, o tema Morte dentro da esfera da produção científica e no âmbito da CI os estudos envolvendo um rol de núcleos (Quadro 1) como: alteridade, arquivos pessoais de artistas plásticos, espaços de memórias, fotoetnografia, iconografismo (sepulcrário, campo-santo, cidades dos pés juntos, necrotérios), legado institucional, literatura infantojuvenil, reminiscências documentais, representação discursiva, tanatologia, violência urbana e virtualidade.

3 ETNOMETODOLOGIA E O APARATO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Os estudos etnometodólogos não estão preocupados em apenas “descrever as ações sociais a partir dos relatos fornecidos pelos atores, mas procuram compreender como os atores reconstituem permanentemente uma ordem social frágil e precária, a fim de compreenderem e serem compreendidos” (GUESSER, 2003, p.163).

Ramos (2019, p.202) aponta a base estruturante da etnometodologia emana das ciências sociais, a qual se dedica ao estudo e a compreensão dos indivíduos durante a execução de “suas ações diárias, assim como os modos pelos quais estas ações expressam algum sentido. A realidade é construída de forma social pelos indivíduos, portanto parte constituinte das vidas cotidianas de casa pessoa”. Contudo, apesar da etnometodologia se propagar uma corrente bem estrutura e de densa literatura, há relativa incipiência no uso da etnometodologia no âmbito da Ciência da Informação.

Dumont e Ramos (2018) esclarecem que o sociólogo Harold Garfinkel foi pioneiro em idealizar o estudo etnometodológico nos Estados Unidos da América (EUA) para uma corte de jurados; e tal proceder expõe uma preocupação em se obter e instalar a coleta relatos de forma adequada (accountable) dos membros da corte. Portanto, pode-se concluir que etnometodologia é o estudo da lógica do senso comum (RAMOS, 2019).

Coulon (2005, p. 34), ao fazer uma síntese sobre a etnometodologia, afirma:

No lugar de formular a hipótese de que os atores seguem as regras, o interesse da Etnometodologia consiste em colocar em dia os métodos empregados pelos atores para 'atualizar' ditas regras. Isso as faz observáveis e descritivas. As atividades práticas dos membros, em suas atividades concretas, revelam as regras e os procedimentos. Dito isso de outra forma, a atenta observação e análise dos

processos levados a cabo nas ações permitiriam colocar em dia os procedimentos empregados pelos atores para interpretar constantemente a realidade social para inventar a vida em uma bricolagem permanente.

Bispo e Godoy (2014, p.113) argumentam que etnometodologia remete a efetivas práticas situadas e que o termo em si “refere-se à ‘metodologia de todo dia’, constituindo-se na junção de etno, que significa membro de um grupo ou o próprio grupo em si e metodologia que se refere aos métodos dos membros”. Para os pesquisadores, a etnometodologia é o procedimento de investigar como as pessoas desenvolveram e as operacionalizam a rotina, compreendendo vislumbrar as “maneiras habituais de proceder que são mobilizadas pelos atores sociais enquanto membros de uma sociedade ou grupo”.

Ramos (2019, p. 205) alerta que a etnometodologia situa uma realidade coeva erguida na vivência habitual de cada sujeito e em todas as ocasiões de seus construtos “pessoais, revistos e repensados durante o processo de comunicação e interação humana no meio social”. Para o autor, o estudo etnometodológico considera que a heterogeneidade de termos e de conceitos com os quais as pessoas comuns podem ser entendidas como sociólogas de si mesmas e de sua realidade.

Haguette (1995), Guessier (2003), Dumont e Ramos (2018) e Braga (2019) apontam que a etnometodologia permite o real entendimento de uma produção de uma ação social, a partir de um ponto de vista compreensivo. A etnometodologia é um instrumento que resgata o conceito de narração tópica de vida, que possui o foco no retrato de uma determinada experiência convvida e experienciada, no caso voltado a entonação de histórias, com realce para a relação das contadoras para o filtro morte em aplicações práticas.

Por meio da aplicação dos cinco termos chave da etnometodologia é a base para se analisar o tema ‘morte na literatura infantil’ (anexo A) pelo ponto de vista das contadoras de história de Vila Velha, participantes consideradas interagentes cardeais do estratagema investigativo, tendo por escopo compreender os significados que as envolvidas dão ao item documental sondado.

Ao se aplicar a estrutura etnometodológica (Quadro 2), validada em trabalhos de Dumont e Ramos (2018) e Ramos (2019) , que adapta e valida a abordagem para o âmbito de interesse da CI. Assim, primar por uma observação do objeto de pesquisa é situa os estudos de natureza etnometodologia como técnica e referencial (DUMONT; RAMOS, 2018).

Quadro 2 - O construto de termos chaves no preparo de pesquisas etnometodológicas

Termo chave	Indicativos dimensionais para o construto
Ações práticas ou realização:	Indica a experiência e as realizações práticas dos membros de um grupo em seu contexto cotidiano. Dessa forma, se deve acessar e entender o contexto e o cotidiano, entender a interpretação a ação como um fenômeno social construído pelo leitor habitual. Compreender-se assim que a leitura requer prudência para averiguar o (re) construir, (re)descobrir e (re)significar seus atos praticantes.
Indexalidade Indicialidade:	Expressa tudo aquilo que envolve uma palavra, um termo ou uma situação. Isso porque uma mesma palavra pode exibir um significado de modo genérico, mas também um significado distinto conforme o contexto. Aplicada ao ato pratico, comporta verificar como e o quê as falas compartilham (reconhecer falas, conversas, indagações e outras manifestações figurativas), bem como as relações estabelecidas entre a apropriação de alguma falas e a reaplicação das mesmas, em contextos reais.
Refletividade	O melhor exemplo do princípio ação – reação aplicada. Refere-se a uma ou mais práticas (como discursos ou ações sociais) de um grupo e sua força ou influência sobre seus membros. Uma mesma ação apresenta nuances e particularidades que podem ser analisadas no intuito de se entender a realidade social do leitor. Quando então se referem à leitura empreendida, elas se mostram capazes de apontar as marcas existentes no e com o seu ambiente social.
Noção de Membro	Um membro é o ator social que compartilha a linguagem de um grupo, ainda que possa não pertencer ao mesmo ou dividir os mesmos espaços geográficos. A noção de membro permite descrever e analisar as ações sociais de um grupo de pessoas que exibem em comum uma ou mais determinadas características que se deseja estudar. Os contadores de histórias também são membros do grupo de ação, já que se mostram aptos a reconhecer elementos inerentes do mesmo, como personalidades (posturas, interações e motivações), onde se torna possível verificar a introjeção do conhecimento através do ato da leitura. Exemplo é incorporado a diálogos corriqueiros da vivência.
Relatabilidade Accountability	Compreensão quanto ao modo como os atores descrevem suas atividades, através de referências de sentido e de significado que possuem. Garfinkel acreditava que a relatabilidade é a realização prática dos atores sociais em interação, ou seja, quando se verifica o compartilhamento de ações mútuas, tornando evidente o senso comum. Quanto contadores de histórias, destacam-se aqueles que foram capazes de estabelecer um ou mais paralelos entre a leitura realizada e momentos específicos de suas vidas. Esses relatos são a comprovação da introjeção do conhecimento por parte da sua atuação.

Fonte: os autores (2021), com base em Ramos (2019).

Assim, a situação da rotina profissional espelha percepções num amplo rol das narrações holísticas e pessoais – o que ostenta a conectividade do labor, o ato de cidadania e o temperar de um fio de prumo diante o desconcerto da realidade. De tal modo, tomando em pauta o importante papel dos contadores de histórias, no momento da Pandemia da Covid-19, e ainda os dilemas e perplexidade que a morte sonda na arquitetura do senso comum torna viável a abordagem etnometodologia nesse estudo .

Nessa via, a investigação e prática epistêmica ocorrem junto a bibliotecárias contadoras de histórias da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), atuantes em Biblioteca Escolar Infantil na cidade de Vila Velha, Espírito Santo. No caso de uma pesquisa qualitativa, no critério de seleção da amostra se identifica do perfil dos profissionais atuante com arte de contar histórias da morte e não há uma preocupação de quantificar essa amostra, pois a pesquisa tem um caráter subjetivo. Do mesmo modo, conjunto de sujeitos da pesquisa

Revista Fontes Documentais. Aracaju. v. 04, n. 01, p. 07-26, jan./abr., 2021 – ISSN 2595-9778

foi definido pelo critério de acessibilidade. O critério de inclusão envolve a formação em biblioteconomia e experiência e atuação, de três ou mais anos, com a atividade cultural, educacional ou terapêutica de contar histórias.

Assim, a região RMGV envolve um representativo número de profissionais, contudo o cerceamento de um repertório sobre a morte especificamente limita as introdução do conhecimento e literatura. Adota-se na exposição da pesquisa a codificação de ‘Trip’ – por questões éticas e legais assinaladas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de participação na pesquisa, que expressamente garante o anonimato dos membros e o entendimento da temática da pesquisa. Concluindo o aceite do participante se situam três entrevistas, as quais envolvem bibliotecárias atuantes e autoridades no âmbito de ensinar, fazer e agir para a multiplicação da arte de contar história.

De modo a atestar como se procede, em termo e particularidades, foram solicitadas as entrevistas que descrevessem algumas situações em que realizam na prática a exposição da causa ‘mortis’ em exposição da contação de histórias para crianças – a representação da Morte que se metaforiza na oralidade. Após esse relato, as contadoras deveriam também apontar a ligação que se estabelecia entre o conteúdo de uma história e a revocação dessa leitura, em determinadas experiências, percepções ou atitudes praticadas no seu dia a dia, conforme preconiza Ramos (2019).

Destarte, as contadoras de história selecionadas para a entrevista, no período de maio e junho de 2020, são bibliotecárias como forte atuação em bibliotecas públicas, escolares e comunitárias nas principais Regiões Administrativas do município de Vila Velha. Para fins de explicitação, foram selecionados três atuantes agentes de diferentes regiões, ou seja: i) a Região 02 (Grande Ibes) situa declarações de Trip McGonagall; ii) a Região 04 (Grande Cobilândia) a representante é a Trip Maria; e ii) da Região 05 (Grande Jucu) acolhe os depoimentos da Trip Mônica.

Diante esse âmbito, a pesquisa pauta diferentes abordagens da literatura e das HQs situando a representação da Morte. Os relatos situam a seguinte configuração:

- Os contos de Beedle – o bardo, em que Joanne K. Rowling traz a pauta à morte no conto dos três irmãos (momento de perdas; falece Anne - mãe de Rowling).
- Maria Morte, de Tânia Bailão Lopes – aponta que todos temem a Maria Morte e percebem que, afinal, a morte faz parte da vida.
- Dona Morte da Turma do Penadinho, de Mauricio De Sousa – situa uma figura protagonista e quase amigável nas histórias, tem um capuz preto e uma foice

na não levando as almas para o Além.

Morse et al. (2002) argumenta que definido com vistas ao acúmulo de experiências como fonte para se medir o ponto em que informações obtidas, a saturação se instaura quando se observa que novos depoimentos pouco ou nada mais são capazes de sobrepor em termos de relevo à questão ou aos fins de pesquisa. Para o pesquisador, o número de depoimento colhido se definido com vistas ao acúmulo de experiências e, se estabelece como fonte que abaliza o ponto em que novas informações obtidas pouco ou nada mais são capazes de sobrepor em termos de relevância à questão ou aos fins de pesquisa.

4 INTERLOCUTORES, APONTES E REFLEXÕES SOBRE A INTERAÇÃO

A etnometodologia para Maciel, Lima Junior e Cappelle (2014) se desponta como ferramenta para compreendermos as construções sociais que permeiam a comunicação. Assim, com observação aos atos e diálogos explanados pelos interlocutores, principalmente diante das lives, videochamadas e audioentrevistas, buscou-se acessar eixos fundamentais da intrepidez, ousadia, coragem, ânimo, sobretudo as atitudes e provocações das contadoras de histórias, em suas conjunturas e biografias.

4.1 RELATO DA BIBLIOTECÁRIA ATUANTE NA REGIÃO DA GRANDE IBES

Contadora de história: ‘Trip McGonagall’ (nome fictício); Idade 32 anos; atua na RMGV e em especial na capital Vitória – ES; múltiplas histórias são referenciadas, com jactância para as relíquias da morte (presente ofertados na figura de varinha mágica, pedra da ressurreição e capa da invisibilidade) – isto é a fábula dos três irmãos e tem com protagonista a figura encapuzada da Morte (anexo B). Assim, com o enfoque se verifica o construto a seguir:

Quadro 3 - Termos chaves da etnometodologia no depoimento de ‘Trip McGonagall’

Termo	Aplicabilidade dos termos chave aos relatos
Ações Práticas / Realização	A interagente faz uma interpretação literal e teatral de uma imagem personificada a Morte como atitude humana bem ao estilo era uma vez e perigos - relata que a figura da morte bloqueia os caminhos, e se sente traída, é perspicaz, pergunta, segue, tem má vontade e é humilde. A morte leva as criaturas e as procura, mas também ela é acolhida como amiga e tem igual paridade com o humano. E, procurando (re)construir os ditames da morte e toda a sua simbologia - diz que a vê na prática como um uppercut [golpe lançado para cima] para todos.
Indexalidade indicialidade	Um hábito apontado como que de costume por esta interagente é o de saber se “[...] recolocar no status dos personagens”. Isso evidencia o processo de estabelecimento de uma relação entre a prática de entornar a voz, e causar interesse e perplexidez. Há senhores e liberdade entre nós e, isso se demonstra no ato de assimilar o tamanho da perda, os xeques mates da vida, os cruza o caminho da vida e faz dela arte que é.

Reflexividade	O testemunho da interagente evidencia a trajetória com nativos digitais, que vai desde a leitura realizada em creches e pré-escolas até um público infanto-juvenil mais preparado a recepcionar o tema, diz que gosta de chamar a atenção de jovens leitores e como um ser que questionar em nível intrapessoal a concretude dos mistérios da vida, da existência, das moléstias, da sucumbência que há de correto e incorreto na questão justificada que o ato de ceifar traz.
Noção de Membro	Averigua-se a introjeção do saber no depoimento quando se mostra que compreender os motivos e descaminhos que cada irmão mago toma, o exercer de juízos ao falar da figura dramática. Em suma, diz ela: isso endossa o que não era controle, o que podemos ser, o gerir e o gestar preconizado. A respondente aponta a tatoo (tatuagem geométrica), e diz: amo tanto isso que levo as relíquias na minha pele para sempre e, logo isso exhibe ar humano, a morte tem capa e sinuosa tortuosidade a inteligência, é o que – mister no fabular.
Relatabilidade (Accountability)	A experiência contar essa história para adolescentes é apreciada pela entrevista, que alega que nem um dos três irmãos foi inteligente o suficiente, para o público deveriam ter pedido imortalidade, pois seria uma excepcional forma de se livrar da morte. A perspectiva ímpar dessa entrevistada estabelece paralelos com outros temas místicos e hedonistas que surgem no mundo digital e em tal lenda ressoa como hino, diz. A introjeção de informações ocorreu na medida em que a interagente, tendo por base o saber comunicar e refazer releituras banca que a encapuzada da Morte atua no mundo real – a aptidão pondera e refleti o percurso, e simpatiza a dor que ela punciona, pulsa em subseqüentes rudimentos dessa era – painel covid19 frisa – que todos pagam

Fonte: elaborado pelos pesquisadores (2020), com base em Ramos (2019) e na transcrição das entrevistas.

Nessa entrevista, descontraída, a interagente reporta que durante a contação de histórias ela se coloca no lugar da Morte e diz: “as Relíquias são os três itens mágicos de grande poder e valor, que fora criado pela própria Morte: a Varinha das Varinhas, a Pedra da Ressurreição e a Capa da Invisibilidade. Assim, juntos os itens tornam seu possuidor o Senhor da Morte e imortal”. E assim complementa: “nossa, será que seria o certo? Acho que eu nunca vou ficar velha’ e ainda eu me pego a refletir cara a cara nos mistérios, e entender que a perda e pedras afiguram a louca nave vida” [escancara um sorriso] e fala: “coloca no trabalho o trecho que Hermione Granger conta para o Harry Potter o conto dos três irmãos, as relíquias da morte”.

Assim, finaliza a entrevistada: “Eu não vou sucumbir, e muito mais que isso a morte representa na sociedade e no contexto da literatura infantil” e [pausa a fala e pontua]: “anjo do abismo (psicopompo), algo a ceifar (gadanha, alfanje, foice), cavaleira do apocalipse (monta o cavalo baio), fecho (corte do fio), padecimento (apagar a chama), pena capital e tristura”.

4.2 RELATO DA PROFISSIONAL NA REGIÃO DA GRANDE COBILÂNDIA

Contadora de História: ‘Trip Maria’ (usam-se nomes fictícios, de forma a preservar as identidades das participantes), tem 43 anos e atua na Região da Grande Cobilândia. A entrevista relata um vasto rol de histórias tendo a Morte como protagonista e, cita que a afiguração da morte é herdeira de aspectos femininos. Para essa contadora as crianças tecem um paralelo da morte com o imagético da caveira e das sombras – e somam substantivos como deusa, dama, dona, senhora, rainha.

A fala da entrevista apresenta diversos traços e afinidades com o discurso filosófico e religioso e com narrativas mitológicas; certo momento comentou sobre a atuação na igreja contando histórias: “a bíblia tem muito a nós ensinar sobre a morte, e no templo religioso é importante falar da finitude”.

A entrevistada afirma ter uma vasta bagagem com a temática da morte, aponta que é preciso talento para lidar e suavizar situações difíceis; citou que foi preparada ao longo da vida, não o encaminhar dessa habilidade durante a graduação. Entretanto, durante o bacharelado participou de atividades de extensão universitária no Grupo Experimental de Contadores de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Gechufes).

Assim, nos diálogos da bibliotecária escolar sobressai em especial a personagem ‘Maria Morte’ – história de Tânia Bailão Lopes. Desse modo, analisar discursos não é um patrimônio da linguística, mas um preceito da etnometodologia.

Quadro 4 – Termos chaves da etnometodologia no depoimento de ‘Trip Maria’

Via	Aplicação das determinantes chaves aos relatos da contadora de história (Vila Velha)
Ações Práticas / Realização	A contadora diz que foi tão impactante quando conheceu a obra Maria Morta, que a diz para si mesma essa é um convite do etéreo para promulga à vida, e sim, a história é uma interpretação de falas que trazem alívio. E, ao evocar o alívio da vida ela o faz e acaba por conferir uma significação muito pessoal, tomando para si as falas da Maria Morta e se posicionando a favor da mesma, defendendo a sua trama e confirmando que se fosse à escritora da obra teria o mesmo olhar por acreditar que a forma da Mulher é agilidade que faz da morte um ser de dualidades – forte e sutil / suave e arrebatadora.
Indexalidade indicialidade	Para expressar a quão entusiasmada ficou com o relato da história Maria Morte a interagente compartilhou um trecho decorado do livro, mais especificamente de algumas situações que a figura da personagem Maria Morte transmite. Para ela, a figura cativa em especial às crianças menores, de forma simpática. Seu relato explicita a sua relação como leitora junto a uma personagem de situações inerentes ao ato de viver a vida e ter na morte sabedoria para aceitar seus dilemas
Refletividade	A história Maria Morte desencadeou uma reação de singularidade emotiva à contadora, uma vez que perdeu um vizinho com a covid19. O afincio por essa trama em específico, faz com que a interagente enxergue as dificuldades dos vizinhos com filhos pequenos a lidarem com a perda de avós e avôs, e em alguns; essas posições e escolhas de confinamento e em distonia com o rompimento da rotina regular em sala de aula, pois atua como pedagoga. Mostra-se a sua própria maneira de ver o mundo, e no qual relatou que conversou tal historinha com sua terapeuta [psicanalista] atestando o dilema invisível.
Noção de Membro	A interagente se mostrou um pouco angustiada em reconhecer vários personagens que trazem um tônus de luz para a questão da morte e das perdas – Tony Stark, Capitão América, Mulher-Invisível – e até alguns o sofrimento, para as crianças e uma forma de aprender que a vida é feita de passagens, e que nada é eterno, que tudo se transforma, que não há certeza, frisa. Em suma se mostra reflexiva e destaca o papel de Maria Morte, Maria Morta, brinca. Para a entrevistada, o que vale para a introjeção das informações aos ouvintes desse gênero é ter sensibilidade em expor, em incorporar outra voz à personagem sem trazer algo macabro, sem assustar, mas causar entendimento que a vida é um arte e nesse palco se costura Marias e memórias, mortos e a vida, como é, diz.

Relatibilidade (Accountability)	A contadora estabeleceu um paralelo interessante entre a espiritualidade e a religião, com destaque ao posicionamento da personagem diante dos dilemas por ela vividos numa era assolada pela epidemia corona vírus, e aquilo que seria a sua própria atitude de auxiliar a sua comunidade, seus alunos, em face de uma transfigura vivida pela personagem. Ocorreu, portanto, a introjeção de saberes, uma vez que se constata a fala de Maria Morta é reconhecer ações, atitudes, posturas e decisões da figura feminina que se vale da morte para lidar com instâncias existenciais, crises existenciais, fobias [...] Isso traz um ponto angular afirma, ao final de seu depoimento, a sua identificação com o arquétipo e com as posturas adotadas pela personagem e predizer que a vida é feita de tramas.
------------------------------------	--

Fonte: os autores (2020), com o resgate documental da entrevista realizada, jun. 2020.

Em entrevista, ‘Trip Maria’ questionada sobre como é contar histórias de morte com o público infantil reportou o seguinte: “Eu sempre gostei dessa trama [...] me visualizo numa missão, é isso que faço com tons de energia em Maria Morta [...] Eu sei, sinto que acolho isso na alma”. Com pausa e suspiros arremata: “realmente me identifiquei, faz crê em certezas de outras Marias, e tal significação é história de vida, lembro Inês de Castro [risos...] a nobre galega que reinou em Portugal depois de falecer.”.

Nos diálogos, a interagente introjeta as informações da literatura infanto-juvenil com o dilema vida, e os interpreta para aplicação ou reconhecimento em aspectos de conviver, estimular, entreter, provocar seus ouvintes. E, assim, arremata que a morte está além da literatura, está nos filmes e novelas, circo [globo da morte] e cemitérios [capela mortuária], nos sonhos e pesadelos, – é trágico e belo.

4.3 RELATO DA PROFISSIONAL ATUANTE NA REGIÃO DA GRANDE JUCU

Contadora de história: ‘Trip Mônica’ (nome fictício); idade 48 anos; atua na região de Serra e peculiarmente em instituições públicas, privadas e comunitárias de Cariacica, Serra e Viana; múltiplas são as histórias relatadas, com ênfase para a personagem Dona Morte (criação de Maurício de Sousa). Nessa via, com a dimensões etnometodologica se verifica que:

Quadro 5 - O Termos chaves da etnometodologia no depoimento de ‘Trip Mônica’,

Termos chave	Aplicação das determinantes chaves aos relatos da contadora de histórias.
Ações Práticas / Realização	Dona Morte foi apontada como um dos personagens preferidos desta contadora de estórias, como letra ‘e’ mesmo como ela diz; e senhorita de muitos causos mal-assombrados se diverte. A interagente assevera sua paixonite por histórias em quadrinhos e temas do folclore e ser ufanista prática. Releva que a caracterizar a morte como dona é dar um ar de brasilidade. E, bem humorada cita dona Benta, dona Redonda, dona Beija, dona Flor, dona baratinha com dinheiro na caixinha, dona Maricota, dona Joaninha, dona Chica um repertório vasto e formidável, é claro, diz. E ainda recauchuta apreço a Turma do Penadinho, e diz que da Morte é ter respeito e não é ter empáfias.
Indexalidade ou indicialidade	A paixonite a qual a contadora se refere é uma adaptação ao contexto e dinâmicas que a Dona pode aturar, e o significado evocada por indexalidade ou indicialidade diante a interagente remete ao peso e a relevância para ai vida, para predileção de reverências.

Reflexividade	A interagente se diz perplexa com o contexto o que é retratado na história em quadrinhos distando à paixão que sente por Dona Morte – figura feminina que transforma a vida prática, que tem diálogos com guardiões do céu e também uma faceta par conduzir atos.
Noção de Membro	A contadora configura fala com vigor das HQ – sendo ótima opção para se contar histórias e isso é carregar o significado emblemático dos desejos, da inspiração de si próprio e que sentiu forte emoção quando Dona Morte acolhe o drama do incêndio no Museu Nacional.
Relatibilidade Accountability	A entrevistada faz via de associações diversas, gosta muito de personificá-la a morte numa figura, na ideia de arquétipo ou um estereótipo da comunicação entre os mundos, e se identificando a Dona Morte também tem dilemas, conversa, condiz aprendizagens vastas e aceitando por moral e éticas as tessituras da vida. O saber introjetado se faz presente pelas emoções expressas que a interagente explana na Dona Morte e o que corrobora para veja a vida com naturalidade e os experimentos têm um toque de premunção e reverência.

Fonte: elaborado pelos pesquisadores (2020), estrutura baseada Ramos (2019) e nos depoimentos.

Como se aponta na ilustração acima (Quadro 4), a entrevistada além de bem humorada é extremamente ufanista, diz que é como Visconde de Sabugosa (Sítio do Pica-Pau Amarelo) – esbugalha conhecimento e sabedoria de biblioteca, contudo, não tem magia na cartola e nem morre de obediência à Emília, e respeito a Dona Morte. A interagente ainda costura que trama falando que é uma aventura narrar às renações da finitude e do derradeiro urro da vida terrena, não é tão insuportável a dor mais se vista como mazelas da vida terrena, traz algum sentido.

Destarte, Antero de Quental poeta para quem a ideia de Morte se assumia numa dupla face, pessimista e negativa, aconselhava que: “saibamos compreender a Morte, que é a única maneira de sabermos compreender a Vida e de sabermos viver” (QUENTAL, 1991, p.79). Grosso modo, com a abordagem etnometodológica foi possível apreender, pelas declarações e análises, fazer interconexões da importância de se contar histórias diante o aumento da convivência familiar e que, de certa forma, remodelam a participação da família nas atividades escolares, lúdicas e domésticas das crianças.

Trip Mônica argumenta que ao se colocar no lugar do personagem, ela sente “suas decisões e enredos [...] a gente de certa forma expõem valores, motiva vidas [Entrevistador: e você entende a Dona Morte não é um ser belo?]: mais ou menos, eu não justifico a moral da história sem termos estéticos [...] a criança autocompila a situação e promove independentemente conexões; eu formo protagonista e o belo está nos olhos de quem vê – a personagem é feminina e ao longo das outras HQ está como salto, batom ou grávida, imagina isso! [risos]”.

Figura 1 – A Dona Morte, arte criativa de HQ de Mauricio De Sousa



Fonte: os autores, montagem como imagens disponíveis na web, julho 2020.

Assim, a outorga ao interagente de uma maior participação no texto, possibilitando-lhe concretizar a obra por meio de várias interpretações (ISER, 1996) e, portanto, há na prática da leitura de textos literários uma maneira de elevar a consciência ativamente, realçando o seu papel na investigação de significados. Diante esse postulado, Ramos (2019) também aponta que a etnometologia carrega a valorização de sentidos ao ato de situar leitura e compreensões – situar o consciente até com textos de ficção.

Dessa forma, se salienta que “difícil é falar da morte para crianças, eu interajo naquilo que acredito ser o certo e a galera pede bis, sabe? Acho tão bonitinho [...]”. Em seguida, aponta que apesar da adversidade que estamos vivendo “a figura da Dona Morte é bem melhor entendida que falar de entreténs de Deus como Anúbis, Ament, Azrael, Átropos, Cizin, Hades, Hela, Kala, Kali, Mors, Thanos, Thânatos, Giltiné, Yama, Yanluo, Grim reaper, Proserpina, Plutão e Ereshkigal”.

Destarte, em diversas ocasiões do dia a dia, é plausível incluir as construções sociais que permeiam as ações habitais, como em diálogos, gestos, declarações e nas composturas de elocuições, dentre outras. Assim e em consonância com o critério de saturação – onde outros interagentes da especificidade dessa temática adentram em iguais e pontuais questões – o número de três autoridades exploram aspectos necessários dado que a especificidade da temática envolve uma atmosfera singular e limitante de histórias.

5 UM EPÍLOGO

Quem me dera pudesse fazer uma mágica para nos tirar desse confinamento, que pudesse fazer todos sentirem a chuva cair. É hora de contar histórias às nossas crianças, de explicar a elas que não devem ter medo. Não sou um pregador do apocalipse, o que tento é compartilhar a mensagem de outro mundo possível. Para combater esse vírus, temos de ter primeiro cuidado e depois coragem (KRENAK, 2020, p.8).

Essa pesquisa, particularmente, ao adotar a etnometodologia, viabiliza um projeto de lançar e identificar novas possibilidades de aplicação, e assim compreender sobre uma abordagem interdisciplinar acerca do trabalho das contadoras de histórias. Sondando as percepções e expectativas, o diagnóstico etnometodológico aquilata possíveis competências, do interagente em expor, articular e manifestar as informações adquiridas na práxis.

O estudo tem objetivo de entender como a narrativa e leitura do gênero específico – afiguração da morte na literatura infantil – repercutir no imaginário das bibliotecárias contadoras de histórias, profissionais atuantes na região da Grande Vitória, Espírito Santo, Brasil. Por vias das entrevistas semiestruturais se constata a presença de mulheres que exibem a predileção por essa atividade.

A sondagem se realiza como um elemento de acesso – seleção de interlocutores acessíveis em expor e provar informações, definições, ideias e conceitos de causalidades dos acontecimentos. As entrevistadas atuam no serviço de referência de bibliotecas públicas, escolares ou comunitárias e, reportaram que tal trabalho é um alento da alma (pontuando que a ambiência da biblioteca traz humanidade, acolhimento e cidadania).

Foram associadas às respostas fornecidas pelas interagentes os termos chave etnometodológicos; e essa via, para Dumont e Ramos (2018), acaba por não somente exemplificar seu uso, mas também apresentar o maior embasamento e repercussão dos fundamentos da etnometodologia. Ao analisar os depoimentos coletados, se identifica elementos de análise que situam a questão da morte nas histórias e HQs como entidade feminina tenebrosa de poder, ditando perspectivas de cuidado com a vida e destinação derradeira da mesma e, mantendo misticismo e seriedade.

Sendo assim, é por via da compreensão da prática leitora que as contadoras de história tornam viável o ato de introjetar sentido a em suas vidas e dos outros, afinal aponta ‘Trip McGonagall’ – “contar história é pautar um platô que engendra o fazer e o emergir de sentimentos, emoções e afetos [...] No ranking (Top Ten Best) de Canais [vídeo YouTube] do Brasil tá lá a Pintadinha Galinha” e assim complementa: ‘no Internetês, YouTubers da leitura proferem – Carpe Diem...Yolo!’ (sic.). E por fim, a entrevistada cita o pensador francês La Rochefoucauld dizendo que não é possível olhar de frente nem o sol nem a morte – a visão de ambos, sem mediações, nos causa danos indeléveis.

Já ‘Trip Maria’ reportou que a Morte e as Vidas são essências: esta, por ser território da “subversão da arte e da dádiva; aquela, pelos mistérios que a ciência ainda não conseguiu explicar – o derradeiro suspiro de vida ou instantâneo flashback relembra, transforma, motiva

e liberta o Ser”. Contudo, a entrevistada reporta que falar de morte gera controvérsia e polémica - alguns educadores alertam não estarem preparados; e outros alegam que os livros são mero projeto educativo (feitos por encomenda) do que de fato literatura.

A interagente ‘Trip Mônica’ declarou que homens e mulheres podem exercer um papel de representatividade na contação de histórias, tendo uma referenciação comunicativa e crítica das narrativas que servem para empoderar e entreter o público (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) estimulando um ambiente de territorialização da cultura da paz e cidadania. Assim, a entrevistada conclui que a morte, em geral, não ocupa a finalidade central de uma trama narrativa, mas é elemento tangencial e torrencial para se pensar em mudanças e rever valores, redirecionamentos e consequências dos atos. Portanto, o processo da morte que se metaforiza nas histórias da vida.

A construção de diálogo profícuo e longo entre a etnometodologia e a CI é viável e, no que tange a futuras pesquisas de natureza qualitativa envolvem os modernos profissionais da informação (MIP), com vistas a fortalecer (debate e controvérsia) e reconstruir melhorias nas realidades que atuam – afinal, produzir sentido para a informação é a essencial substrato da CI, e em suas vias há um vasto rol de medicamentos para se pensa a ciência, a arte, as inovações, a humanidade, a tecnologia e o lazer.

Apesar dos inúmeros feitos negativos que da Covid-19 no seio social o contar histórias, a literância familiar, as brincadeiras com os pais e outras formas de entretenimento redimensionam a forma de pensar e lidar com a morte. Não está sendo fácil e isso consolida pari passu com o determinístico relaxamento da ação cultural – o que afeta a vida de todos. Logo, envolta por um manancial educacional a postura política das bibliotecárias está em remodelar a arte de contar histórias para por fim ao 'silêncio absoluto'.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BISPO, Marcelo de Souza; GODOY, Arilda Schmidt. Etnometodologia: uma proposta para pesquisa em estudos organizacionais. **Revista de Administração da Unimep**, Piracicaba, v. 12, n. 2, p. 108-135, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/32201>. Acesso em: 17 abr. 2021.

BRAGA, Victor Eduardo Bijos Jardim Gomes. **De Tinhorão a Caetano**: processos de contextualização no programa Roda Viva. 2019. 354 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade NOVA de Lisboa: NOVA, Lisboa, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/71120>. Acesso em: 11 fev. 2021.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. São Paulo: Ática, 1991.

COULON, Alain. **La Etnomedotología**. 3. ed. Madrid: Cátedra, 2005.

COUTINHO, Rejane Galvão *et al.* **Se liga na arte**: manual do professor. São Paulo: Moderna, 2018. Disponível em: https://pnld.moderna.com.br/divulgacao/se-liga-na-arte/dvd/se_liga_na_arte_8_ano/conteudo/seliganaarte8.pdf. Acesso em: 8 mar. 2021.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil**: teoria & prática. 18. ed. São Paulo: Ática, 2003.

DUMONT, Lígia Maria Moreira; RAMOS, Rubem Borges Teixeira. A leitura de histórias em quadrinhos da Marvel e da DC Comics e a etnometodologia: relevância e desdobramentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 188-205, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v23n3/1413-9936-pci-23-03-00188.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERRAZ, Salma. O diabo na literatura para crianças. **Linguagens**: Revista científica dos cursos de Letras, Artes e Comunicação da Universidade Regional de Blumenau (CCEAL/FURB), Blumenau, v. 1, n. 3, p. 220-238, 2007. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/Vertentes34/Salma%20Ferraz.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FOCHESATTO, Waleska Pessato Farenzena. A cura pela fala. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 36, p. 165-171, dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n36/n36a16.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

GUERREIRO, Emanuel. A Ideia de morte: do medo à libertação. **Diacrítica**: Revista do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Braga, v. 28, n. 2, p. 169-197, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/dia/v28n2/v28n2a12.pdf>. Acesso em: 2 maio 2021.

GUESSER, Adalto Herculano. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. **Em Tese**: revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 149-168, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13686>. Acesso em: 17 abr. 2021.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ISER, Wolfgang. **O ato de leitura**: uma teoria do efeito estético. Tradução de: Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996.

KOVACS, Maria Julia. Educadores e a morte. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 71-81, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/08.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: Leitores & Leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.

MACIEL, Henrique Rezende; LIMA JUNIOR, Paulo de Oliveira; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Etnometodologia: uma revisão sistemática sobre o tema em bases de dados da web. **Revista FSA: Faculdade Santo Agostinho, Teresina**, v. 11, n. 2, p. 70-83, 2014. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/viewFile/360/319>. Acesso em: 17 abr. 2021.

MORSE, Janice Margaret *et al.* Verification strategies for establishing reliability and validity in qualitative research. **International Journal of Qualitative Methods**, Edmonton, v. 1, n. 2, 2001. Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/ijqm/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaio**. São Paulo: Abril Cultural, 1972. 504p. (Os pensadores 11)

NOGUEIRA, Adeilson Santana. **O Devorador De Pecados**. São Paulo: Clube de Autores, 2020. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=gTL7DwAAQBAJ&hl=pt>. Acesso em: 24 abr. 2021.

QUENTAL, Antero Tarquínio de. Filosofia da Morte. *In*: QUENTAL, Antero Tarquínio de. **Ensaio sobre as bases filosóficas da Moral ou Filosofia da Liberdade**. Lisboa: Editorial Comunicação, 1991. p. 79-80.

RAMOS, Rubem Borges Teixeira. O que dizem as leitoras de histórias em quadrinhos de super-heróis sobre essa leitura. **Revista Cajueiro: Ciência da Informação e Cultura da Leitura**, v. 1, n. 2, p. 198-224, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/139380>. Acesso em: 11 jan. 2021.

ROWLING, Joanne Kathleen. **Harry Potter e as relíquias da morte**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SÊNECA, Lucius Annaeus. **Edificar-se para a morte: das Cartas morais a Lucílio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SENGIK, Aline Sberse; RAMOS, Flávia Brocchetto. Literatura como instrumento de discussão acerca da morte. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 41, p. 119-126, dez. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n41/n41a09.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SILVA, Anny Karollyne Costa da; FERREIRA, Adriana Cristina Deiga Xavier. Ensaio acerca da anunciada tragédia brasileira: a crise do capital e o aprofundamento das desigualdades em tempos-espacos de pandemia. **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 5, n. 1, p. 09-31, 16 jan. 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3405>. Acesso em: 29 abr. 2021.

Recebido/ Received: 24/01/2021 / Aceito/ Accepted: 22/03/2021

Publicado/ Published: 30/04/2021



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0)

ANEXO A – O Conto Dos Três Irmãos (as relíquias da morte, o trecho)

Autor	Livros de literatura	Ano – Ed.
Agné Bruzienené	Quando abro os olhos	2015
Aline Abreu	Menina Amarrotada	2013
Ana Saldanha	Gato Procura-Se	2015
Ângela Cervantes	Viva: A Vida É Uma Festa	2018
Ângela Lago	Sete Histórias Para Sacudir O Esqueleto	2002
Ângela Leite de Souza	Borbofante	2014
Anna Llenas	Vazio: a vida é cheia de encontros, e também de perdas.	
Antoine De Saint-Exupery	O Pequeno Príncipe	2015
Babette Cole	Caindo Morto	2005
Benji Davies	A Ilha Do Vovô	2017
Brigitte Weninger	Adeus, Chupeta!	2008
Britta Teckentrup	Árvore Das Recordações / Árvore Das Lembranças	2014
Carlos Drumond De Andrade	A Poesia Que Brinca Com A Morte: A Carne Envilecida E Desligamento	1996
Ceci Baptista Mariani	As Meninas, A Vovó... E A Saudade De Quem Foi Pro Céu	2012
Celso Sisto & Anna Cunha	Agora Pode Chover	2018
Claudio Fernando Lucio	Uma Lenda, Das Férias Do Senhor Morte	2008
Dalton Trevisan	Morte Na Praça	2007
Dulce Rangel	Onde Está Você	2020
Frei Betto	Começo, Meio E Fim	2014
Eduard José	Júlia Tem Uma Estrela	2009
Eliandro Rocha	Roupa De Brincar	2015
Emma Trevayne	Thomas E Sua Inesperada Vida Após A Morte	2016
Ernani Ssó	Contos De Morte Morrida: Narrativas Do Folclore	2007
Fernando Sabino	O Gato Sou Eu: A Morte Vista De Perto	1983
Flávia Savary	Lendas Da Amazônia	2019
Francisco Aurélio Ribeiro	Seu Miséria E Dona Pobreza	2003
Francisco Cândido Xavier	Crônicas De Além-Túmulo	2013
Gudrun Mebs & Beatriz Martin Vidal	Íris: Uma Despedida	2010
Hervé Bouchard	Harvey: Como Me Tornei Invisível	2013
Humberto Del Maestro	Crônicas E Outros Escritos: Depois Da Morte	2003
Ilan Brenman	Meu Filho Pato E Mais Contos Sobre Aquilo De Que Ninguém Quer Falar	2011
Isabel Minhós Martins & Madalena Matoso	Para Onde Vamos Quando Desaparecemos?	2011
Ivan Jaf	Projetos Póstumos De Brás Cubas	2011
Jeremy Holmes	Tinha Uma Velhinha Que Engoliu Uma Mosca	2010
Joanne K. Rowling	Harry Potter E As Relíquias Da Morte	2007
Joanne K. Rowling	Os contos de Beedle, o bardo	2017
Jorge Oliveira	Muito Prazer, Eu Sou A Morte	2015
José Bento Renato Monteiro Lobato	Fábulas Monteiro Lobato: A Morte E O Lenhador	2006
Karen Bryant-Mole	Morte: O Que Está Acontecendo?	1997
Kazumi Yumoto	O Urso E O Gato - Montês	2011
Keika Hanada	Morte: O Anjo Que Chora Entre Os Sonhos	2019

Leen Van Den Berg	A Preciosa Pergunta Da Pata	2009
Luís Silva	O Livro Da Avó	2010
Luísa Ducla Soares	Um Gato Tem sete Vidas	2017
Luiz Galdino	Quando Vovô Virou Borboleta	2003
Luciana Mazorra & Valéria Tinoco	O Dia Em Que O Passarinho Não Cantou	2018
Machado De Assis	Fuga Do Hospício E Outras Crônicas: Sobre A Morte E O Morrer	1998
Márcia Batista	Procurando Assombração E Outras Histórias	2009
Maria Cristina Mariante Guarnieri	Do fim ao começo falando sobre perdas, luto e morte: Falando sobre perdas, luto e morte	2010
Maria Inês Ricci	Cadê Cotó?	2016
Marjolijn Hof	Um Fio De Esperança	2010
Maurício De Sousa	Dona Morte Em: O Segredo Da Vida... E Da Morte!	2008
Maurício De Sousa	Penadinho Amor, Cego Amor!	2001
Maurício De Sousa	Penadinho: Lar	2020
Michaelene Mundy	O Que Acontece Quando Alguém Morre?	2011
Mustafa Yasbek	Gilgamesh Contra A Morte: Aventuras Mitológicas	2008
Nelson Albissú	Aventuras De Pedro Malasartes: A Alma Penada Da Casa Assombrada	2017
Nelson Albissú	Difícil De Entender, Vô!	2012
Nivânia Carvalho	Cicatrizes – A Pequena Estrela	2011
Oliver Jeffers	O Coração E A Garrafa	2012
Pablo Lugones & Alexandre Rampazo	O Passeio	2017
Paloma Valdivia	É Assim	2012
Peter Schossow	Mas Por Que?! - A História De Elvis	2008
Regina Chamliam & Helena Alexandrino	Vovô Virou Árvore	2009
Regina Drummond & Rosana Rios	Quatro Estações De Morte	2012
Renata Penzani	A Coisa Brutamontes	2018
Ricardo Azevedo	Contos De Enganar A Morte	2003
Roberto Parmeggiani	A Avó Adormecida	2014
Rubem Alves	A Montanha Encantada Dos Gansos Selvagens	2016
Salizete Freire Soares	Tudo vira outra história	2012
Sandro Chamon	O Mensageiro E O Jovem Sábio: O Que É A Vida? E O Que É A Morte?	2006
Tânia Bailão Lopes	Maria Morte	2017
Tatiana Belinky	Agridoce nostalgia	2012
Teresa Noronha	Um Trem De Janelas Aceso	2009
Tiago Hakiy	O Canto Do Uirapuru: Uma História De Amor Verdadeiro	2015
Tine Mortier	Mari E As Coisas Da Vida	2012
Wander Piroli	Os Dois Irmãos	2009
Wladimir Lacerda	Pintinho Jubão E O Espírito Da Floresta: O Que Acontece Quando Os Bichinhos Morrem?	2010
Wolf Erlbruch	A Grande Questão	2006
Wolf Erlbruch	O Pato, A Morte E A Tulipa	2009
Ziraldo Alves Pinto	Menina Nina: Duas Razões Para Não Chorar	2012

Fonte: os autores, como base em rodas de diálogos em grupos contadores de histórias da Grande Vitória, 2020.

ANEXO B – O Conto Dos Três Irmãos (as relíquias da morte, o trecho)

- Mas, o que são as Relíquias da Morte? - perguntou Hermione. Xenófilo encheu sua xícara vazia. - Soa-te familiar ‘A Lenda dos Três Irmãos’? Harry disse, - Não - mas Rony e Hermione disseram - Sim. - Bem, bem, senhor Potter, tudo começa com ‘A Lenda dos Três Irmãos’... Eu tenho uma cópia em algum lugar... Ele procurou vagamente [...], mas Hermione disse, - Eu trouxe uma cópia Sr. Lovegood. E ela tirou da bolsa de contas As Lendas de Beedle e Bart.- O original? - perguntou Xenófilo agudamente, e quando balançou a cabeça, ele disse, - Bem, então por que você não lê pra gente? É o melhor jeito de fazer com que entendam tudo [...] Ela abriu o livro, e Harry viu o símbolo que estavam investigando no topo da página [...] e começou a ler. “Uma vez três irmãos estavam viajando [...] acharam um rio muito fundo para atravessar e muito perigoso para atravessar a nado. Contudo, esses irmãos haviam aprendido as artes mágicas, e quando eles simplesmente acenaram suas varinhas, uma ponte apareceu acima da água em revolta. Eles estavam na metade do caminho quando perceberam que a ponte estava bloqueada por uma figura encapuzada. E então, a Morte lhes falou.”- Desculpe, interrompeu Harry, - mas a Morte falou com eles? - É um conto de fadas Harry!- Certo, desculpe, continue. “E a Morte falou com eles. Ela estava brava, pois tinha sido enganada por suas três novas vítimas, que tiraram dela os viajantes que morriam no rio. Mas a Morte, que era traiçoeira resolveu presentear os três irmãos por sua magia e disse que cada um deveria pedir um prêmio por ser mais esperto que ela. Assim, o irmão mais velho pediu a varinha mais poderosa que existisse, uma varinha que sempre ganhasse os duelos para seu dono, uma varinha digna do bruxo que derrotou a Morte. Então a Morte foi até uma árvore, voltou e entregou a varinha para o irmão mais velho. O segundo irmão, que era um homem arrogante, decidiu que ele ia humilhar a Morte até onde pudesse, e então pediu o poder de trazer pessoas de volta à vida. A Morte pegou uma pedra próxima ao rio e disse que com ela ele teria o poder de trazer pessoas da morte para a vida. E então a Morte perguntou ao irmão mais novo o que ele queria, e ele que era o mais sábio e humilde, não confiava na Morte. Então ele pediu alguma coisa que o fizesse deixar o lugar sem ser seguido pela morte. E ela, contra a sua vontade, deu a ele sua própria capa de invisibilidade.”- A Morte tinha uma capa de invisibilidade?- Harry interrompeu novamente. - Assim ela pode espiar as pessoas, - disse Rony. - Às vezes ela se cansa de correr atrás deles balançando seus braços e fazendo ruídos aterrorizantes. Desculpe Hermione. “Então a Morte ficou parada e deixou os três irmãos continuarem seus caminhos, e eles seguiram conversando sobre a aventura e os presentes da Morte. Então eles se separaram e cada um foi por um lado. O primeiro viajou por mais uma semana e encontrando um vilarejo distante desafiou um bruxo com quem tinha uma desavença. Naturalmente, com a Primeira Varinha como sua arma não haveria como perder o duelo [...] Uma noite, [...] um ladrão pegou a varinha e cortou a garganta do irmão mais velho. Assim a Morte pegou o primeiro irmão. Enquanto isso o segundo irmão viajou até sua própria casa, onde ele vivia sozinho. Então ele pegou a pedra que tinha o poder de trazer os mortos, segurou firme em sua mão [...] [ela] apareceu a sua frente. Ela estava fria e triste separada dele como por um véu. Ela tinha retornado ao mundo dos vivos, mas não pertencia a ele e sofria. Finalmente o segundo irmão ficou louco e se matou para poder de fato ficar com ela. E assim a Morte pegou o segundo irmão. Mas mesmo a Morte tendo procurado pelo terceiro irmão por muitos anos, ela nunca o achou. Até que finalmente, em idade avançada, o irmão mais novo deu a capa de invisibilidade a seu filho. E cumprimentou a Morte como um velho amigo, e foi até ela feliz, assim como fez em toda a sua vida.” [...] - Essas são as Relíquias da Morte.- Disse Xenófilo (ROWLING, 2007)

**OBJETOS TRIDIMENSIONAIS COMO DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS E
DOCUMENTOS ESPECIAIS: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA**

*THREE-DIMENSIONAL OBJECTS AS ARCHIVAL DOCUMENTS AND SPECIAL
DOCUMENTS: A THEORETICAL DISCUSSION*

Maria Eduarda de Oliveira Santos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Bacharela em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2909-2020>. E-mail: eduardaft.oliveira@gmail.com

Josemar Henrique de Melo

Doutor em Documentação pela Universidade do Porto, Portugal. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8586-518X>. E-mail: josemarhenrique@gmail.com

RESUMO

Este trabalho objetiva constatar os objetos tridimensionais enquanto documento arquivístico. Para tanto, o texto dispõe de uma abordagem qualitativa, trata-se de uma pesquisa exploratória e bibliográfica acerca dos termos: documento, documento arquivístico e documentos especiais. Ademais, a pesquisa possui uma abordagem teórica, com o foco em apresentar uma breve discussão acerca dos objetos tridimensionais sob a ótica de documentos arquivísticos e documentos especiais. Dentre algumas considerações, ressaltamos que o objeto tridimensional se transfigura em documento arquivístico, haja vista que não fora criado para esta função, mas poderá se tornar mediante circunstâncias específicas, como seu valor probatório e como resultado de uma atividade desenvolvida por pessoa física ou jurídica. Desse modo, ainda poderá ser determinado como documento especial por abranger dimensões e suportes diferenciados.

Palavras-chave: Documento arquivístico. Documentos especiais. Objetos tridimensionais.

ABSTRACT

This work aims to verify the three-dimensional objects as an archival document. For this, the text has a qualitative approach, it is an exploratory and bibliographic research about the terms: document, archival document and special documents. Furthermore, the research has a theoretical approach, with the focus on presenting a brief discussion about three-dimensional objects from the perspective of archival documents and special documents. Among some considerations, we emphasize that the three-dimensional object is transformed into an archival document, given that it was not created for this function, but may become under specific circumstances, such as its probative value and as a result of an activity developed by an individual or legal entity. In this way, it can still be determined as a special document because it covers different dimensions and supports.

Keywords: Archival document. Special documents. Three-dimensional objects.

1 INTRODUÇÃO

O documento, amplamente definido na qualidade de matéria-prima da Arquivologia, pode ser caracterizado por tudo aquilo que contenha valor testemunhal de determinado fato, valor administrativo ou cultural; além de interagir com os demais documentos, torna-se parte do todo orgânico da entidade produtora e/ou acumuladora.

É possível esclarecer que a documentação não deve enraizar-se apenas ao suporte de papel, diante das variedades documentais localizadas em diferentes arquivos, como o caso dos acervos jurídicos, escolares e pessoais; a esse respeito Terry Cook (2012, p. 74) afirma que os Arquivistas, frente aos desafios pós-modernos, devem “repensar sua disciplina e prática”. Dado que a Arquivologia lida com documentos em variados suportes, gêneros e tipos, inclusive os digitais, que emanam estudos recentes na área.

No que tange às reflexões sobre documento arquivístico, ressalta-se que detém aspecto tangível, suscetível de guarda e preservação, emana natureza comprobatória, caráter informacional, produzido e acumulado em circunstâncias relacionais com outros documentos. Em seu sentido mais abrangente, poderá ser um registro escrito, iconográfico, digital ou de qualquer outra natureza. Sob esta ótica, podemos acrescentar uma nova compreensão acerca dos documentos: abordar os objetos tridimensionais¹ na perspectiva de documento arquivístico.

Os arquivos comportam documentos resultantes de atividades comprobatórias, mesmo que os objetos não pertençam ao modelo convencional de arquivo, servem como prova material de determinada ação, surgem de forma natural no decorrer de uma atividade e possui vínculo com outros documentos.

Dessa maneira, os Arquivistas precisam entender nitidamente seu objeto de estudo e de trabalho, independentemente de suporte, forma e formato, a partir disto, será possível proceder com as atividades do arquivo. Diante disso, procurou-se responder à seguinte pergunta: Os objetos tridimensionais podem ser considerados documentos arquivísticos a partir de uma discussão na literatura da área? Esse questionamento serviu de ponto de partida para a elaboração deste trabalho.

Isto posto, esta pesquisa possui como objetivo geral de constatar os objetos tridimensionais enquanto documento arquivístico. Deste modo, os objetivos específicos consistem em:

¹ Os documentos tridimensionais são os quais a informação se encontra suportada em objetos tridimensionais, estes, no entanto, são transfigurados em documentos, uma vez que não foram criados para este propósito. Como exemplo: artefatos utilizados no decorrer das atividades de pesquisas desenvolvidas por um cientista, bem como revistas, livros, pertences pessoais, entre outros.

- Caracterizar documento arquivístico;
- Evidenciar de que forma o objeto se transfigura em documento arquivístico;
- Propor uma revisão teórica sobre o conceito de documentos especiais.

Este estudo se justifica por ser necessário ao Arquivista conhecer e delimitar o seu objeto de estudo e trabalho. Ademais o contexto, para a realização do presente trabalho, surgiu no período em que a discente desempenhou competências de estagiária no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Ao exercer tais atividades, observou a relevância em abordar tal temática, visto que os objetos devem ser reconhecidos como documento, em face do seu valor probatório e sua relação com os demais documentos. Ainda, procurou-se contribuir para o universo acadêmico, bem como aos profissionais da área.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é de natureza básica, pois “[...] objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista.” (SILVA; MENEZES, 2005 p. 20). Conjuntamente, utilizou-se a pesquisa exploratória, que nas palavras de Gil (2008, p. 27), “[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.”

Além disso, a pesquisa possui uma abordagem teórica, com o foco em apresentar uma breve discussão acerca dos objetos tridimensionais na perspectiva de documentos arquivísticos e documentos especiais. A fundamentação teórica foi respaldada através de pesquisas em sítios na internet e na plataforma Google Acadêmico. Enquanto pesquisa bibliográfica, visa explorar os estudos de outros autores, tal como as suas contribuições para a temática estudada, deste modo, pode ser:

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, os resultados foram obtidos por intermédio de palavras-chave, como: documento arquivístico, documentos especiais e objetos tridimensionais. Este parâmetro de busca facilita a recuperação de conteúdo pertinente para o trabalho. O critério de escolha dos textos, aqui mencionados, concerne à significância para a temática e à própria

arquivística, ou seja, autores notáveis para a Arquivologia como: Bellotto (2008), Cook (2012) e Schellenberg (2006).

A partir do método qualitativo, pode-se discutir a pesquisa relativa ao tema descrito, pois, esta abordagem, conforme Silva e Menezes (2005 p. 20):

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

O contexto da pesquisa apresenta notável relevância para o âmbito da Arquivologia, perante a insuficiência de material publicado acerca da temática. Para o Arquivista, é importante devido ao conhecimento adquirido a respeito dos objetos tridimensionais encontrados nos arquivos.

2 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE CONCEITUAÇÃO DE TERMINOLOGIAS ARQUIVÍSTICAS

Estabelecer conceitos e definições de terminologias correlatas à Arquivologia é uma atividade inesgotável, porém, para esta pesquisa, optou-se por englobar concepções que contribuam para a pergunta problema deste trabalho. Salienta-se que não foi pretendido expor todos os conceitos apresentados na literatura, pois não era o propósito desta abordagem teórica.

Concorda-se com Navarro (1995, p.74) quando aponta que há uma falta de normalização teórica dentro da própria teoria arquivística, o que ocasiona um certo grau de ambiguidade. Neste sentido, Yeo (2007, p. 317; 319) enfatiza que as “[...] definições podem não oferecer verdades irrefutáveis [...] mas são úteis em demonstrar como estes são percebidos e compreendidos pela comunidade profissional na qual são empregados.”

As ambiguidades encontradas nas definições de termos arquivísticos podem ser frutos da fixação nas teorias ancestrais, o que não se encaixa perfeitamente com a realidade atual. Dessa forma, pode ser melhor explicado por Terry Cook (2012, p. 4), quando esclarece que a Arquivologia pode ser descrita como “uma profissão enraizada no positivismo do século XIX, para não dizer em diplomática anterior, pode ter aderido a conceitos e, portanto, resultando em estratégias e metodologias, que não são mais viáveis em um mundo pós-moderno e informatizado.”

O compartilhamento de interpretações e definições, por uma comunidade profissional, é

imprescindível, uma vez que “um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo portanto a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

As conceituações tornam possível a descrição de termos específicos, tal como fomenta a comunicação, pois como bem coloca Silva (2006, apud RONDINELLI, 2011, p. 25) “Esta é a função do conceito: tornar claro o que antes era obscuro.” Assim desvendar significados desconhecidos ou complexos. Ainda sobre a conceituação, Yeo (2007, p. 319) esclarece que “Definições são necessariamente moldadas por épocas culturais às quais pertencem, mas são úteis em demonstrar como conceitos são percebidos e compreendidos pela comunidade profissional na qual são empregadas.”

Finalmente, realçamos que conceitos não são verdades absolutas e periodicamente requerem reflexões acerca de certas terminologias, visto que, conforme as ideologias do pós-modernismo, as definições podem ser múltiplas e variáveis de acordo com o tempo e a cultura. Em síntese, conceitos não são fixos e estão sujeitos à evolução e adequação.

2.1 O QUE É DOCUMENTO?

A definição de documento não é uma discussão recente, portanto apresenta nuances que vão de valor probante até valor histórico. O documento surge mediante necessidades humanas, como: informar, registrar e provar, porém não quer dizer que atualmente o documento se restringe a isso. Vale mencionar o entendimento do conceito de documento para além das fronteiras de textos escritos, uma vez que, enquanto objeto de uma ciência, a Arquivologia requer um conceito mais proeminente.

Para Meyriat (2016), o conceito de documento abrange duas noções inseparáveis: a natureza material (o objeto que serve de suporte) e outra conceitual (o conteúdo da comunicação, ou seja, a informação). Neste panorama, o autor esclarece que o documento pode ser definido mediante o significado da mensagem que ele tem a função de transmitir.

Ortega (2016, p. 56) também trabalha com dois elementos: “O documento se define por uma instância física (seu suporte material) e uma instância simbólica (informativa, contedística), sendo que esta última é sempre uma atribuição, ou seja, não é inerente ao objeto.” Neste argumento, o conceito de documento é fundamentado, sobretudo, no suporte material, pois “A dimensão informativa do documento não é prévia, é construída no momento da interpretação” (ORTEGA, 2016, p. 56).

Nesta ótica, todo objeto tridimensional pode se encarregar desta função, pois a noção de documento é mais extensa do que a informação escrita, no entanto, “Os documentos escritos são um caso privilegiado, porque a escrita é a forma mais comumente utilizada para comunicar uma mensagem” (MEYRIAT, 2016, p. 241).

Ainda, conforme Meyriat (2016), os documentos escritos detêm papel privilegiado como “documentos por intenção”, pois foram especialmente produzidos para propagar a informação. Nesse raciocínio, o documento possui dupla origem, ora pode ter sido criado como tal, ora poderá ser transfigurado em documento, como é o caso dos objetos tridimensionais.

De acordo com Meyriat (2016), o documento é fruto de uma vontade, a de informar ou se informar: “A vontade de obter uma informação é, por isso, um elemento necessário para que um objeto seja considerado documento, apesar da vontade de seu criador ter sido outra.” (MEYRIAT, 2016, p. 242). Assim, o documento proporciona uma mensagem informativa para um receptor, atributo que também pode ser encargo de um objeto na qualidade de documento.

Uma das principais contribuições da Documentação para nossa pesquisa diz respeito à amplificação do conceito de documento além do suporte, uma vez que prioriza a informação contida em variados suportes e em diferentes instituições. Como fora proposto por Otlet, (1937, p. 1), pioneiro nas concepções de Documentação: “Documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica.”

A noção de documento discutida por Otlet (1937) realça que todo e qualquer objeto poderá ser abordado como documento, pois, conforme o autor, os documentos se prendem a um conjunto de sinais: visuais, auditivos e outros. Dessa maneira, todos os sentidos humanos poderiam ser utilizados para este fim.

A extensão das dimensões e formas do documento também podem ser evidenciada nas palavras de Antonia Heredia Herrera (1991, p. 121):

Documento em um sentido muito amplo e genérico é todo registro de informação independentemente de seu suporte físico. Abarca tudo o que pode transmitir o conhecimento humano: livros, revistas, fotografias, filmes, microfilmes [...] e de maneira geral tudo o que tenha um caráter representativo nas três dimensões e que esteja submetido à intervenção de uma inteligência ordenadora.

A esse respeito, numa abordagem recente, Ferrarezi e Romão (2007, p. 155) afirmam que “O documento, que era visto como sinônimo de texto impresso, tem seu conceito expandido, atualmente, podendo abranger uma infinidade de suportes (eletrônico, audiovisual, tridimensional, etc.) [...]” Paes (2006, p. 26) explana que o documento constitui-se no “[...] registro de uma informação independente da natureza do suporte que a contém.”

Numa conceituação normativa, a Lei 8.159, de 8 de Janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, também reconhece que os documentos independem de suporte, quando elucida em seu Art. 2º o seguinte:

Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991).

Outra lei que igualmente considera documento, independentemente de suporte, é a Lei nº 12.527², a denominada lei de acesso à informação, em seu Art. 4º, afirma que documento é uma “[...] unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (BRASIL, 2011).

Semelhantemente, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73) define documento como uma “Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.”. Diante disso, pode-se notar que não há especificidades em relação ao formato e suporte de um documento, exige-se apenas a disposição de um suporte.

Por conseguinte, pode-se concluir que o documento é um produto social, por ser produzido ou recebido, mediante a execução de atividades humanas, também pode ser considerado como informação registrada, independentemente de suporte, e serve como testemunho de atos e fatos.

2.2 DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO

Antes de aprofundar a temática aqui descrita, é imprescindível esclarecer a escolha pela terminologia “documento arquivístico” ao invés de “documento de arquivo”, interpreta-se que este apresenta significado de localidade, em outras palavras, a localização em que o documento pode ser encontrado. Em oposição, o termo “documento arquivístico” emite a concepção da natureza documental, ou seja, a sua característica: arquivística, uma vez que oriundo de uma atividade (física ou jurídica, pública ou privada):

[...] cumpre registrar que não defendemos a supressão de “documento de arquivo” em favor de “documento arquivístico”. No nosso entendimento, ambos então corretos; apenas consideramos o segundo mais preciso na identificação do objeto da Arquivologia. (RONDINELLI, 2011, p. 142).

² Vale destacar que o conceito de documento está formulado em diversas áreas do conhecimento para além da Arquivologia e da Ciência da Informação. É o caso do âmbito do Direito, que estabelece o conceito de documento no Código de Processo Penal, este, por sua vez, possui um capítulo (IX) dedicado à discussão da conceituação de Documento.

Um fator determinante acerca de documentos arquivísticos, diz respeito à relação entre outros documentos e atividades:

Para a arquivística, no entanto, a correlação entre a atividade e o documento que viabiliza (e que, por isso, lhe serve de prova) é crucial e constitui o núcleo básico dos procedimentos que conferem à área carácter científico, distinguindo-a, inclusive, de outras disciplinas com as quais tem sido frequentemente associada. (CAMARGO, 2009, p. 31).

Nessa perspectiva, Mariz e Vieira (2015, p. 291) mencionam que “Os elementos ‘organicamente acumulados’ e ‘produzidos em razão das funções e atividades’ conferem ao documento o *status* de documento de arquivo.” Portanto o documento arquivístico claramente resulta das atividades de seu produtor, ou seja, de forma naturalmente acumulativa.

Ademais, este trabalho apresenta o conceito de documento proposto por Schellenberg, autor da área arquivística, em seu livro “Arquivos modernos: princípios e técnicas”, o estudioso amplia a caracterização sobre o que deve ser considerado documento no âmbito arquivístico:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos. (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

Constata-se que os documentos que compõem um arquivo podem dispor de diferentes suportes, pois a importância está na razão pela qual foi criado e a informação que transmite. Afinal, não há impedimentos para que os objetos tridimensionais sejam reconhecidos como documento arquivístico, todavia, isto não quer dizer que qualquer objeto será documento, pois há demais critérios para isto, por exemplo, o contexto da produção.

À vista disso, os objetos tridimensionais, como documento arquivístico, tratam-se de uma temática pouco estudada em virtude de sua alta complexidade de descrição e procedimentos metodológicos diferenciados. A esse respeito, Faben e Silva (2016, p. 598) ponderam que:

Entender um objeto como um documento de arquivo não é algo simples, pois os arquivos são formados predominantemente por documentos textuais. As fotografias, filmes, documentos cartográficos, dentre outros, já têm sido aceitos como documentos de arquivo faz muito tempo, mas os objetos ainda estão em uma situação de estudo e exploração por parte dos professores e pesquisadores da área.

Além disso, o documento arquivístico pode ser entendido, em seu sentido amplo, como qualquer informação registrada, dependente de um contexto específico. Ao consultar um documento, considera-se a informação que se deseja auferir, dessa forma, ao analisar um objeto relacionado a um processo criminal, por exemplo, examina-se a informação que este apresenta e não a função original do item.

Fonseca (1998) indica quatro características dos documentos arquivísticos: autenticidade (quando possuem legitimidade e origem comprovada); inter-relacionamento (o conteúdo documental é um conjunto indivisível, apresentam um elo que determina a razão da sua criação); naturalidade (são acumulados naturalmente por seu criador: pessoa física ou jurídica, de modo contínuo e orgânico) e unicidade (os documentos são únicos no todo documental a qual pertencem).

O inter-relacionamento ou “organicidade” (MARIZ; VIEIRA, 2015, p. 292), como também é chamado por outros autores, é uma particularidade ímpar na conceituação de documento arquivístico, a julgar que este, quando isolado, não apresenta sentido, ou seja, um documento contribui para o entendimento de outro e conseqüentemente para a compreensão do todo. Dessa maneira, evidencia-se a impossibilidade de transmitir a informação completa com um documento avulso.

Acentua-se que os documentos não são apenas conteúdo informacional, visto que possuem aspecto probante, Bellotto (2008, p. 4) esclarece que “[...] o documento de arquivo não nasce por razões informativas simplesmente e, sim, por razões probatórias. Mais que informação, ele é prova [...]”.

Segundo Negreiros e Dias (2008), a prática arquivística assenta-se em quatro premissas:

- Documento como prova de um ato ou fato (evidência comprovada através do documento);
- Comunidade ou público-alvo (conjunto de usuários de determinado arquivo, número reduzido ou limitado de pessoas, pois geralmente a organização produtora ou receptora que fará uso desses documentos);
- Preservação (preservar as características dos documentos arquivísticos, por exemplo, precaução contra deterioração e danos) e
- Sigilo e segurança (proteção contra a violação dos documentos considerados sigilosos, o grau do sigilo determina a classificação de segurança).

Essas premissas são responsáveis por diferenciar um documento arquivístico de um documento de biblioteca ou museu, à exemplificação, as bibliotecas focam nas informações, por

outro lado, os arquivos custodiam documentos capazes de comprovar, ou seja, o quesito informacional se torna uma consequência.

O Arquivo Nacional (2005) descreve diversos valores atribuídos aos documentos arquivísticos, dentre tantos, destaca-se o valor legal, que se refere ao “Valor que um documento possui perante a lei para comprovar um fato ou constituir um direito” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 171). Também, ressalta-se o valor probatório, que diz respeito ao “Valor intrínseco que permite a um documento de arquivo servir de prova legal” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 172).

Diante do exposto, entende-se que os objetos tridimensionais, à luz do conceito de documento arquivístico, possuem valor legal, uma vez que, perante a legislação brasileira, comprovam um fato ou até mesmo constituirão um direito, tal como apresentam valor probatório, pois, em consequência da atividade que o gerou, tornam-se uma prova legal do ocorrido.

2.3 DOCUMENTOS ESPECIAIS

Inicialmente, acentua-se que documentos especiais e documentos especializados não são sinônimos, pois o primeiro corresponde a documentos produzidos em variados suportes, em contrapartida, o segundo compreende documentos decorrentes de atividades humanas específicas, por exemplo, os arquivos escolares, médicos e eclesiásticos.

Conforme Mariz e Vieira (2015), os documentos em novos suportes foram tardiamente reconhecidos, devido ao fato de que os arquivos eram trabalhados como históricos, deste modo, a ideia dos documentos além dos textuais fora reconhecida pela Escola dos Annales, que ampliava a ideia de documento além da visão positivista da História, que até então eram os documentos textuais.

De acordo com Pearce-Moses (2005 apud MARIZ; VIEIRA, 2015, p. 297), “[...] o documento especial é aquele armazenado separadamente de outros documentos, pois sua forma física ou suas características exigem tratamentos específicos, ou seu formato é de grandes dimensões [...]”. Nesta definição, os documentos especiais são claramente diferenciados pelo seu tamanho e, por essa razão, são armazenados em ambientes afastados do conjunto documental.

Devido ao tratamento arquivístico diferenciado, ou melhor, especial, os documentos especiais precisam ser distanciados do acervo documental que estão vinculados. Corroborando com essa afirmação, Mariz e Vieira (2015, p. 296) informam o seguinte:

Em nome da preservação, os documentos especiais são fisicamente desmembrados do conjunto ao qual pertencem. Cada suporte exige condições específicas de preservação: o acondicionamento, a forma de armazenamento, a temperatura, a umidade, etc.

Isto posto, Cervantes evidencia que os documentos especiais não devem ser reunidos em ambiente diferente dos textuais, pois “Agrupá-los por suporte seria romper com sua procedência e desvincular a relação existente entre o conteúdo informativo dos documentos [...]” (CERVANTES, 2008, p. 59, tradução nossa). A esse respeito, sugere-se como solução a concepção de um instrumento de pesquisa capaz de viabilizar a relação entre os documentos de diferentes suportes.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística descreve documento especial como uma forma generalizada para categorizar os demais documentos que não sejam os escritos. Sem grande rigor, pode-se facilmente incluir os objetos tridimensionais nesta definição:

Documento em linguagem não-textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 75).

Nesta concepção, os documentos especiais são antagônicos aos documentos convencionais, contudo, ainda assim, entende-se que são qualificados como documentos arquivísticos:

Sendo os documentos especiais produzidos e recebidos em razão das funções e atividades de uma instituição ou pessoa, estes são documentos de arquivo e, portanto, possuem vínculo orgânico com os demais documentos, independente da linguagem, formato e suporte. (VIEIRA, 2014, p. 64).

Na Arquivologia, os documentos especiais são assim intitulados em face das condições específicas para a sua preservação. O objeto tridimensional, claramente, detém armazenamento, conservação, manuseio e acesso diferenciado, até mesmo devido às suas dimensões, que são divergentes do suporte de papel.

3 OBJETOS TRIDIMENSIONAIS SÃO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO?

Compreender os objetos tridimensionais sob a ótica de documento arquivístico detém certa complexidade, uma vez que os objetos de trabalho dos arquivos são predominantemente probatórios, o que não é comum a um tridimensional. Em suma, os objetos não são documentos tradicionais dos arquivos, porém, quando inseridos num conjunto documental, assumem, além de

Revista Fontes Documentais. Aracaju. v. 04, n. 01, p. 27-44, jan./abr., 2021 – ISSN 2595-9778

valor de prova, ligação com outros documentos e derivam de uma atividade. Dessa maneira, incorporam relação orgânica com o acervo arquivístico da instituição que o gerou, pois reflete a função e as atividades desta:

O exemplar do produto a ser adquirido em processo de compra, a arma do crime cometido, o livro impresso considerado subversivo, a maquete do aparelho cuja patente é pleiteada ou a obra de arte que se pretende exibir ilustram as situações em que, no âmbito de determinadas entidades, os objetos (que não foram originalmente criados para participar de uma ação administrativa ou dar-lhe suporte) ganham o estatuto de documentos de arquivo por força do instrumento a que estão vinculados. (CAMARGO, 2015, p. 160).

Os objetos podem ser documentos naturais dos museus, porém também podem estar presentes nos arquivos, em face do valor probante, da relação com os demais documentos e devido ao contexto em que está inserido. A esse respeito, Gomes e Silva (2011, p. 32) discorrem a seguinte afirmação:

Embora os museus sejam os guardiões privilegiados dos objetos, pertencentes ao domínio museologia, os arquivos também podem ter objetos como parte de seu acervo. [...] Os objetos tendem a interagir com os documentos, tornando-se parte integrante do todo orgânico dos documentos de arquivo.

Portanto é possível salientar que os arquivos lidam com documentos acumulados naturalmente, em virtude de atividades desempenhadas por uma pessoa física ou jurídica. Por outro lado, os museus dispõem de objetos que são produtos culturais e históricos.

Uma instituição ou um indivíduo que acumula naturalmente documentos, pode constituir um arquivo, neste panorama, os arquivos comportam documentos resultantes de suas atividades e mesmo que os objetos não sejam convencionais aos arquivos, são primordiais para comprovação de uma ação e surgem naturalmente no decorrer de um atividade:

Mesmo os documentos que não se enquadram estritamente nas características típicas podem ser entendidos enquanto documentos de arquivo, desde que tenham sido produzidos no decorrer de alguma função inerente à vida do titular (instituição ou pessoa física) e tenham sido preservados como prova de tal atividade. (LOPEZ, 2005, p. 75).

A título de exemplo, Pret (2013) pondera que o ordenamento jurídico considera importante a produção da verdade, mediante sua materialização através do documento. Assim, entende-se que os objetos tridimensionais são a materialização da verdade de um fato ocorrido, por exemplo, quando há apreensão de armas, em que o sujeito portador está sob acusação de porte ilegal, o artefato é a comprovação da denúncia e se torna documento por estar relacionado com as atividades do poder judiciário, além de comprovar a ocorrência e se relacionar com os demais documentos, como o mandado de busca e apreensão.

No texto “Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental”, Camargo (2015, p. 160) afirma “[...] que em relação aos textuais os documentos de outros gêneros têm funcionado como coadjuvantes ou complementares.” Essa afirmação emana um certo equívoco, uma vez que a literatura arquivística não explora estudos que apontem os documentos arquivísticos classificados mediante seu protagonismo.

Os documentos arquivísticos, independentemente de gênero, possuem as mesmas características, tais como: produzidos ou recebidos no decorrer de uma atividade, por entidades públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas e dependente de um contexto de produção, ou melhor, um motivo para a sua origem.

Em seguida, Camargo (2015) menciona que os objetos são intitulados documentos arquivísticos por força do instrumento a que estão vinculados, dessa forma “Uma vez rompidos esses vínculos, os objetos, em sua maioria, deixam de ter o mesmo significado” (CAMARGO, 2015, p. 161). Ante o exposto, repassamos uma das características dos documentos arquivísticos: o inter-relacionamento.

Haja vista que a ausência de um documento pode comprometer o entendimento do conjunto documental a que pertence, pois “[...] estão ligados por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua criação e que é necessário à sua própria existência [...]” (VIEIRA, 2014, p. 45). Em conclusão, qualquer documento, desvinculado do seu contexto orgânico, perde seu significado, isto não é uma prerrogativa apenas dos objetos tridimensionais.

Entende-se que os documentos tridimensionais, sob a ótica de documentos arquivísticos, é uma temática que deve ser discutida, dado que os Arquivistas precisam se atualizar constantemente no que diz respeito aos diferentes suportes que podem ser encontrados nos arquivos.

4 PROPOSIÇÃO TEÓRICA SOBRE DOCUMENTOS ESPECIAIS

Em princípio, o termo “documentos especiais”, também chamado de não textuais, não convencionais, materiais especiais, arquivos especiais, etc. emergiram para representar os documentos diferentes dos tradicionais, que até então eram os textuais. Rousseau e Couture (1998 apud VIEIRA, 2014, p. 61) esclarecem:

[...] entre as décadas de 1960 e 1970 os arquivos passaram a receber, tratar e preservar os documentos em outros suportes e linguagens, diferente dos documentos textuais em suportes papel, papiro e pergaminho. Estes foram denominados pela Arquivologia de documentos especiais.

Um argumento, para que os documentos especiais tivessem seu reconhecimento um tanto lento, diz respeito ao fato de que anteriormente os profissionais atuantes nos arquivos eram os historiadores e, para estes, os textos eram primordiais, pois forneciam informações claras.

Concorda-se com Mariz e Vieira (2015) ao declarar que os documentos especiais são uma noção e não um conceito, pois não há uma “consistência teórica” na Arquivologia que seja capaz de delinear um conceito, dado que estes documentos são assim denominados devido à divergência de seu suporte, no entanto, um conceito é mais que uma diferenciação.

Outra complexidade concerne aos documentos tradicionais, uma vez que estes seriam os documentos comumente utilizados, porém, essa questão de utilização varia de acordo com a época, se antes eram os textuais, atualmente, os documentos digitais se adequam perfeitamente neste contexto. Em suma, os documentos especiais são aqueles que não são tradicionais, ou seja, delimita-se a definição por exclusão de uma característica: tradicional.

Molina Nortes e Levya Palma (1996, p. 96 apud MARIZ; VIEIRA, 2015, p. 299) elucidam que “Os documentos considerados especiais são aqueles que apresentam um formato e suporte diferentes dos documentos textuais em papel.” Apontamos ainda a noção de documentos especiais traçado por Mariz e Vieira (2015, p. 300):

[...] são aqueles que utilizam, para comunicar uma informação, a linguagem audiovisual, iconográfica ou sonora, e que necessitam, por causa de sua linguagem, de processamento técnico específico para análise e representação de sua informação; e por causa de seu suporte, de procedimentos técnicos diferenciados de preservação e acesso. São documentos especiais os documentos audiovisuais, os documentos iconográficos e os documentos sonoros.

Acrescentamos, a esta definição, os documentos tridimensionais, os quais podem ser entendidos como objetos tridimensionais enquanto documento especial e, sobretudo, arquivístico. Neste cenário, Manini (2016, p. 557) afirma que “Não é raro que surjam artefatos tridimensionais nos acervos.” Portanto estes itens inevitavelmente podem compor um arquivo, seja no arquivo jurídico, como prova de ato delituoso ou até mesmo num arquivo pessoal de um cientista, pelo contexto de acumulação no curso de suas investigações.

O texto “Los documentos especiales en el contexto de la archivística”, de autoria de Cervantes (2008), revela que existem poucos estudos, conceitos e características de documentos especiais, o que ocasiona contradições, ambiguidade e ausência de abrangência na perspectiva da teoria arquivística. Essa uniformidade teórica acarreta dificuldades aos avanços de pesquisas nesta área da arquivística.

Cervantes (2008) ainda salienta que a palavra especial qualifica os documentos como diferentes, porém este adjetivo não é capaz de especificar as características que os tornam

Revista Fontes Documentais. Aracaju. v. 04, n. 01, p. 27-44, jan./abr., 2021 – ISSN 2595-9778

diferentes do tradicional. Dessa forma, a ótica deste texto trabalha com a seguinte percepção:

- **Documentos especiais:** São documentos arquivísticos oriundos do advento de novos suportes, formatos e gêneros, por esta razão, possuem características peculiares. Trata-se de documentos que normalmente não seriam componentes do arquivo, mas, por apresentarem propriedades arquivísticas, inserem-se neste contexto e recebem a titulação de especial. Podem ser documentos iconográficos, sonoros, cartográficos, tridimensionais e audiovisuais. Além disso, requerem tratamento arquivístico singular, em face do seu específico manuseio.

Nesse panorama, Gomes e Silva (2011, p. 34) informam que “Nos arquivos, não há uma categoria própria para os objetos.” Todavia, diante desta pesquisa, pode-se inserir os objetos tridimensionais na condição de documento especial, uma vez que abrangem todas as características destes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões acerca do assunto explorado neste trabalho ampliam o conhecimento conceitual a respeito dos documentos encontrados nos arquivos. Nesta pesquisa, tratou-se de objetos tridimensionais, visto que estes itens compõem vários arquivos, tais como os judiciais, pessoais e escolares, o que nos remete a reflexão de que o tema requer aprofundamento epistemológico para que os profissionais da área saibam como suceder quando se depararem com a problemática aqui abordada.

Considera-se que os objetos tridimensionais se transfiguram em documentos, a julgar que não foram criados para esta função, mas poderão se tornar, mediante circunstâncias específicas, como seu valor probatório a respeito de um fato criminoso. À vista disso, os objetos poderão ser desvinculados das suas funções originais, pois serão tipificados em novos significados e contextos, logo, conquistam atributos de documentos arquivísticos. Além disso, como já mencionado, o documento arquivístico diz respeito à união de qualquer suporte e à informação registrada que possa servir de prova, detenha vínculo com outros documentos e resulte de uma atividade desenvolvida naturalmente no decorrer das funções de uma pessoa física ou jurídica.

Este estudo proporcionou discussões da transfiguração dos objetos tridimensionais em documentos arquivísticos. Constatou-se, mediante a literatura arquivística, tal como por intermédio de exemplificações, que não há impedimentos para que os objetos tridimensionais sejam considerados documentos arquivísticos, em razão dos seus elementos probatórios, o vínculo

com outros documentos e com o órgão produtor.

Ademais, foram suscitadas algumas reflexões acerca dos documentos especiais, haja vista que esta temática precisa ser mais discutida pelo universo científico em busca de um conceito proeminente. Dessa maneira, procurou-se fomentar uma proposição teórica a esse respeito.

Após as discussões sobre documentos especiais, foi possível compreender que os objetos tridimensionais se enquadram nesta categoria, visto que possuem singularidades que os incluem nesta perspectiva, seja seu suporte diferenciado, seu tratamento singular ou até mesmo devido às suas dimensões, que são divergentes do suporte de papel.

Por fim, acentua-se que há necessidade de aperfeiçoar os estudos acerca da temática aqui exposta em busca de outras abordagens e indagações que não foram contempladas e em prol do avanço da arquivística contemporânea.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 9 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 novembro 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 16 out. 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, 2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre o gênero documental. **Seminário Serviços de Informação em Museus**, p. 157-165, 2015.

CERVANTES, Gumaro Damián. **Los documentos especiales en el contexto de la** *Revista Fontes Documentais*. Aracaju. v. 04, n. 01, p. 27-44, jan./abr., 2021 – ISSN 2595-9778

archivística. México, 2008, 93 p.

COOK, Terry. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 3-27, 2012.

FABEN, Alexandre; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Instrumento científico como documento de arquivo pessoal institucionalizado: organicidade e identificação tipológica no arquivo Helmut Sick. In: Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T, 4. 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2016. Disponível em:

http://site.mast.br/hotsite_anais_ivspct_2/pdf_03/33%20%2034%20IVSPCT%20_FABEN&SILVA_%20-%20Texto%20completo%20_2_.pdf. Acesso em: 7 abr. 2018.

FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Arquivo, documento e memória na concepção discursiva. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, n. 24, p. 152-171, 2007.

FONSECA, Maria Odila. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 33-45, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

GOMES, Michele de Almeida; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Objetos tridimensionais em arquivos pessoais de cientistas. **Arquivo & Administração**, v. 10, n. 1, p. A03, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/29400>. Acesso em: 18 ago. 2018.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General: Teoría y Práctica**. Sevilla. Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084>. Acesso em: 5 fev. 2011.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, v. 8, n. 15, 2005.

MANINI, Miriam Paula. Preservação de documentos especiais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, p. 528-563, 2016.

MARIZ, Anna Carla Almeida; VIEIRA, Thiago de Oliveira. A construção da noção de documentos especiais na Arquivologia. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. n. 9, p. 287-302. 2015.

MEYRIAT, Jean. Documento, documentação, documentologia. Tradução de Camila Miranda da Silva, Marcílio de Brito e Cristina Dotta Ortega. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, p. 240-253, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/21129>. Acesso em: 10 abr. 2018.

NAVARRO, Miguel Angel Esteban. La representación y la organización del conocimiento en **Revista Fontes Documentais**. Aracaju. v. 04, n. 01, p. 27-44, jan./abr., 2021 – ISSN 2595-9778

los archivos: los lenguajes documentales ante los procesos de clasificación, ordenación y descripción. In: **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**: actas del I Encuentro de ISKO-España, Madrid, 4 y 5 de noviembre de 1993. Universidad de Zaragoza, 1995. p. 65-90.

NEGREIROS, Leandro Ribeiro; DIAS, Eduardo José Wense. A prática arquivística: os métodos da disciplina e os documentos tradicionais e contemporâneos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 2-19, 2008.

ORTEGA, Cristina Dotta. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. esp, p. 41-64, 2016.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. 1937. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>. Acesso em: 26 out. 2018.

PAES, Marielena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PRET, Raquel Luise. O documento e a prova: ordenamento jurídico, validações diplomáticas e a arquivística. **Informação Arquivística**, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/43>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Editora Feevale, 2013.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital**: uma revisitação necessária. Niterói: Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, 2011.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

VIEIRA, Thiago de Oliveira. **Os documentos especiais à luz da arquivologia contemporânea**: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro. 2014, 137 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2014.

YEO, Geoffrey. Concepts of record: evidence, information, and persistent representations. **The American Archivist**, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.

Recebido/ Received: 02/02/2021

Aceito/ Accepted: 07/04/2021

Publicado/ Published: 30/04/2021



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0)

**A BIBLIOTECA NO CONTEXTO EDUCACIONAL:
 O OLHAR DOCENTE SOBRE PRÁTICAS EDUCATIVAS DE LÍNGUA
 PORTUGUESA NA BIBLIOTECA PARA ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO NA
 MODALIDADE EaD**

THE LIBRARY IN THE EDUCATIONAL CONTEXT: THE TEACHING LOOK ON
 PORTUGUESE LANGUAGE EDUCATIONAL PRACTICES IN THE LIBRARY FOR
 STUDENTS OF TECHNICAL EDUCATION IN THE MODALITY DL (DISTANCE
 LEARNING)

Célia Reis Sales

Bibliotecária do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Doutoranda e Mestra em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia (PPGE-UNIR). Graduada em História e Biblioteconomia e Documentação ambos pela UNIR. Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Educação, História e Memória (MNEMOS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1949-2274>. E-mail: celia.reis@ifro.edu.br

Jussara Santos Pimenta

Docente do Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (PPGE-UNIR). Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Universidade de Lisboa. Líder do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Educação, História e Memória (MNEMOS). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5283-2509>. E-mail: jussara.pimenta@unir.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar e relatar a prática docente dos professores de Língua Portuguesa da disciplina de Português Instrumental em relação ao uso da biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO - Campus Porto Velho Zona Norte como recurso pedagógico e construção do conhecimento dos discentes dos Cursos Técnicos na Modalidade Concomitante. Como metodologia de pesquisa optou-se pelo estudo exploratório e descritivo com a utilização de levantamento bibliográfico e questionário como instrumento de coleta de dados. As informações sobre as práticas pedagógicas dos professores permitiu obter informações sobre a finalidade e frequência do uso da biblioteca pelos docentes; quais suportes a biblioteca oferece para as aulas de Português instrumental; quais atividades podem ser desenvolvidas com os alunos dos cursos técnicos na modalidade concomitante; quais as principais dificuldades encontradas para utilizar a biblioteca como recurso pedagógico; se é possível desenvolver atividades de leitura

visando o desenvolvimento crítico dos alunos e, ainda, qual o papel da biblioteca do Campus no processo de ensino e aprendizagem dos educandos. Assim, constatou-se que a biblioteca precisa melhorar os serviços oferecidos, desenvolver ações interdisciplinares, de pesquisa e de incentivo à leitura para cumprir o seu papel educativo nas práticas docentes.

Palavras-chave: Biblioteca. Práticas Educativas. Educação Profissional. IFRO

ABSTRACT

This work aims to analyze and provide a report about the teaching practice of Portuguese Language teachers of Instrumental Portuguese regarding the use of the library at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia, Brazil, as a pedagogical resource for knowledge construction of technical courses students in the concomitant modality. As a research methodology, we

opted for an exploratory study with the use of a bibliographical survey and a questionnaire as a data collection tool. The observation of the pedagogical practices of the teachers allowed to gather information on the purpose and frequency of use of the library by the educators; what supports the library offers for Instrumental Portuguese classes; the activities that can be developed with the technical courses students in the concomitant modality; the main difficulties encountered in using the library as a

pedagogical resource; whether it is possible to develop reading activities aiming at the development of the students' critic thinking; and also the role of the Campus library in the teaching-learning process. It was verified that the library needs to improve its services in order to develop interdisciplinary actions of research and incentive to reading to fulfill its educational role in the teaching practices.
Keywords: Library. Educational Practices. Professional Education. IFRO.

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca deve ser um ambiente de aprendizagem, pesquisa e incentivo à leitura. Por isso, é necessário fomentar o desenvolvimento de pesquisas e estudos que cooperem com a formação para o trabalho, ciência, tecnologia e cultura considerando a formação integral dos discentes da Educação Profissional. Ela também deve servir como suporte para as práticas docentes, auxiliando na complementação das atividades teóricas em sala de aula agregando de forma positiva o ambiente escolar.

Para tanto, é necessário que seja utilizada de maneira integrada e com planejamento, uma vez que a biblioteca deve estar inserida à escola e no processo educativo e não apenas como um local isolado dentro das instituições de ensino.

A existência da biblioteca em instituições de Ensino Técnico, como é o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), é obrigatória, mas a biblioteca não deve existir como uma mera formalidade e sim porque deve ter significado e importância dentro da instituição e nos espaços educativos e devem contribuir no processo de ensino e aprendizagem, tendo como objetivo colaborar no aperfeiçoamento da educação dos discentes, devendo apoiar e auxiliar na complementação e assimilação de conteúdos. Para Santos, Gracioso e Amaral (2018, p. 28):

Nessa perspectiva faz-se necessário também que a atuação da biblioteca, bem como a oferta de seus produtos e serviços sejam repensados e reestruturados, com a finalidade de atender plenamente a demanda informacional de seus usuários e contribuir com o cumprimento da missão educativa e social dos institutos.

Nesse sentido é necessário que bibliotecários e docentes comecem a planejar atividades de maneira colaborativa. É primordial que a biblioteca seja dinâmica e que os bibliotecários desenvolvam parcerias com os docentes da instituição, integrando atividades da biblioteca à sala

de aula, por meio da construção de uma proposta pedagógica bem definida, a fim de permitir que o professor tenha mais opções para conduzir suas aulas de forma diferenciada, dinâmica e se apropriando dos recursos informacionais da biblioteca para enriquecer suas atividades escolares, principalmente nos aspectos de pesquisa e leitura.

Esse trabalho teve como objetivo analisar a prática docente dos professores de Língua Portuguesa em relação ao uso da biblioteca do Campus Porto Velho Zona Norte como recurso pedagógico e construção do conhecimento dos discentes dos Cursos Técnicos na Modalidade Concomitante tendo como objetivos específicos: investigar se a biblioteca é utilizada como recurso pedagógico pelos docentes dos cursos técnicos na modalidade concomitante no processo de ensino e aprendizagem; verificar se é possível desenvolver projetos de incentivo à leitura direcionados para os alunos dos cursos técnicos na modalidade concomitante; e identificar qual é o papel da biblioteca do *Campus* Porto Velho Zona no processo de ensino e aprendizagem da disciplina de Português Instrumental dos Cursos Técnicos na Modalidade Concomitante.

A questão central que se coloca, foi pensar qual o papel e o significado da biblioteca do *Campus* Porto Velho Zona Norte no processo de ensino e aprendizagem, assim como a sua relação com as práticas pedagógicas dos discentes de Língua Portuguesa, uma vez que a biblioteca deve ser um ambiente de aprendizagem, pesquisa e incentivo à leitura.

2 A BIBLIOTECA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

No IFRO são oferecidas distintas modalidades de ensino com cursos superiores, Ensino Médio Integrado, Subsequente e Concomitante. O *Campus* Porto Velho Zona Norte é o único com a especificidade de oferecer a Modalidade de Ensino Técnico Concomitante. Essa modalidade de ensino concomitante ao Ensino Médio- EaD tem como finalidade oferecer aos educandos uma formação profissional ao mesmo tempo em que estes alunos estão cursando o Ensino Médio em outra instituição de ensino.

De acordo com a Resolução de criação do curso, a matriz curricular foi estabelecida de modo a garantir o desenvolvimento pleno dos alunos, conforme as diretrizes implantadas pela Resolução CNE/CEB 6/2012 (a qual define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio).

Nesse sentido, a biblioteca deve estar inserida de forma conjunta às ações pedagógicas planejadas pelos docentes proporcionando diferentes fontes de pesquisa aos discentes. Segundo Santos, Gracioso e Amaral (2018, p. 30): “Os cursos de nível médio acarretarão dois tipos de

público usuário para a biblioteca: um formado por adolescentes, com idade a partir de 14 anos e outro formado por jovens e adultos, que, em muitos casos, ficaram anos fora da escola”.

O público de alunos dos cursos concomitantes é formado por alunos na faixa etária de 14 até 16 anos. Os serviços que devem ser oferecidos para esses discentes em parceria com os docentes de Língua Portuguesa são atividades de ação cultural para despertar o interesse pela leitura e fortalecer os conteúdos das aulas teóricas ministradas em sala de aula. Para Souza (2009, p. 29):

Observa-se a importância de que a biblioteca escolar esteja em acordo com o currículo da escola. Consequentemente, torna-se necessário atender às necessidades dos alunos, professores e demais membros da comunidade escolar. Essas necessidades estão ligadas à leitura, à pesquisa, à educação, à aprendizagem, ao uso da informação, da comunicação e das tecnologias para que se desenvolva a formação do cidadão.

Contudo, para uma boa prática é necessário que professores e bibliotecários trabalhem de forma conjunta construindo estratégias de ensino, transformando a biblioteca em extensão da sala de aula, oferecendo atividades de pesquisas e leitura.

É importante salientar que as bibliotecas de instituições de ensino, ciência e tecnologia devem oferecer aos seus usuários suportes informacionais nos processos de ensino e aprendizagem, assim como a colaboração nas atividades de pesquisa e extensão.

É mister sinalizar que a matriz curricular dos cursos técnicos na modalidade concomitante tem predominância de disciplinas de formação técnica e a carga horária da disciplina é de quarenta horas com a nomenclatura de “Português Instrumental” ministrada em um módulo ofertado em cinco encontros com duração de cinquenta minutos cada aula. No entanto, qual a atuação desses profissionais frente ao desafio de ministrar uma disciplina de grande relevância para o desenvolvimento e formação dos discentes em um tempo tão limitado?

A partir dos apontamentos de Day (2001) infere-se que o desenvolvimento profissional docente é um processo permanente, uma vez que “ser docente” é estar sempre em busca de novos conhecimentos, adaptar-se a mudanças, buscar e propor soluções para situações que dificultem o processo de ensino e aprendizagem. Day (2001, p. 20-21) corrobora ao afirmar:

O desenvolvimento profissional envolve todas as experiências espontâneas de aprendizagem e as atividades conscientemente planejadas, realizadas para benefício, direto ou indireto do indivíduo, do grupo ou da escola e que contribuem, através destes, para a qualidade da educação na sala de aula. É o processo através do qual os professores, enquanto agentes de mudança, reaveem, renovam e ampliam, individual ou coletivamente, o seu compromisso com os propósitos morais do ensino, adquirem e desenvolvem, de forma crítica,

juntamente com as crianças, jovens e colegas, o conhecimento, as destrezas e a inteligência emocional, essenciais para uma reflexão, planificação e prática profissionais eficazes, em cada uma das fases das suas vidas profissionais.

É um grande desafio que a biblioteca no campo da educação profissional e tecnológica seja um ambiente de convivência social, que desenvolva atividades culturais e de incentivo à leitura e dessa forma propicie a troca de ideias, da interdisciplinaridade, de modo a mediar e auxiliar docentes em suas práticas pedagógicas, sendo uma ponte de integração das práticas docentes das diversas disciplinas, sobretudo de Português Instrumental.

3 A PESQUISA E SEUS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve abordagem qualitativa e para realiza-la optou-se pelo método exploratório e descritivo com a utilização de duas técnicas: levantamento bibliográfico e como instrumento de coleta de dados foi elaborado e aplicado um questionário estruturado, construído a partir dos trabalhos já realizados por outros autores sobre o tema.

Para Gil (2002, p. 41) “a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, tornando-o mais claro e passível de construir hipóteses, aprimorar ideias e descobrir intuições”, já que a pesquisa visa esclarecer qual é o perfil desses profissionais.

As pesquisas descritivas, por sua vez, têm por finalidade a descrição minuciosa dos fatos e fenômenos de determinada realidade, de modo a recuperar informações a respeito do problema a ser investigado. A grande contribuição das pesquisas descritivas é fornecer novas perspectivas sobre uma realidade já conhecida (GIL, 2002).

A primeira fase da pesquisa foi o levantamento bibliográfico e posteriormente a análise do material selecionado, para que fosse possível consolidar a fundamentação teórica da pesquisa. Sobre a Pesquisa Bibliográfica, Gil (2002, p. 44) faz a seguinte afirmação:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

Conforme determinado no objetivo geral e nos objetivos específicos o desenvolvimento da pesquisa esteve centrado nos professores de Língua Portuguesa que ministram a disciplina de Português Instrumental para alunos dos cursos técnicos na modalidade concomitante do *Campus* Porto Velho Zona Norte. Para coleta de dados foi elaborado um questionário contendo seis

perguntas do tipo “aberta”. Para a aplicação do questionário foi utilizada a ferramenta *Google Drive*, enviado para os três docentes ministrantes da referida disciplina. Foi estipulado um período de três semanas para o recebimento das respostas e após o encerramento desse período, os dados coletados foram analisados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As informações sobre as práticas pedagógicas dos professores que ministram aulas da disciplina de Português Instrumental permitiu obter informações sobre a finalidade e frequência do uso da biblioteca pelos docentes; quais suportes a biblioteca oferece para as aulas de Português instrumental; quais atividades podem ser desenvolvidas com os alunos dos cursos técnicos na modalidade concomitante; quais são as principais dificuldades encontradas para utilizar a biblioteca como recurso pedagógico; se é possível desenvolver atividades de leitura visando o desenvolvimento crítico dos alunos e, ainda, qual o papel da biblioteca do *Campus* no processo de ensino e aprendizagem dos alunos dos cursos técnicos da modalidade concomitante.

Não foi realizado nenhum questionamento sobre os serviços da biblioteca virtual, já que o IFRO contratou a pouco tempo o serviço da base de dados de e-books da Biblioteca Virtual (BV) e o acesso a Biblioteca Virtual (Minha Biblioteca) é mediado pelos bibliotecários e professores da Instituição, de modo que não foi possível mensurar dados relevantes destas bases neste estudo. É preciso salientar também, que não há no momento um Repositório Institucional para armazenamento e disponibilização dos trabalhos de pesquisas de sua comunidade acadêmica. De modo que o questionário foi aplicado em relação a biblioteca física.

A questão inicial teve como objetivo saber informações sobre o uso do espaço da biblioteca física e a frequência pelos docentes. Assim, sob esse enfoque as docentes responderam que “Raras vezes”. “Uso para buscar livros para ministrar aulas nos cursos concomitantes e superior”. Foi possível identificar que o uso do espaço pelos professores não é frequente e que procuram o espaço para buscar livros que tenham relação com a disciplina que estão ministrando. Nesse sentido é importante que a biblioteca tenha um acervo diversificado e que auxilie os professores com livros que estejam na ementa das disciplinas. A procura desses profissionais pelo espaço da biblioteca física é primordial para que os seus alunos também possam procurar por esse ambiente escolar.

Sobre quais suportes a biblioteca oferece para as aulas de Português Instrumental, os docentes responderam que a biblioteca oferece alguns livros que abordam as temáticas referentes

à gramática e comunicação. A partir dessa concepção é que podem surgir os processos de significação visando ampliar sua compreensão e atuação frente a complexidade da docência no IFRO, pois esses docentes precisam ministrar aulas pra discentes de modalidade de ensino distintos e ter abordagens de ensino diversas para atender seus alunos. A biblioteca pode colaborar nesse processo com um acervo bibliográfico organizado e que atenda às necessidades informacionais dos professores e discentes.

Quando questionados sobre que atividades é possível desenvolver com os alunos dos cursos concomitantes ao longo da sua disciplina utilizando os recursos da biblioteca os professores um deles foi categórico: “Nunca utilizei a biblioteca com esses alunos, pois tenho poucas aulas para ministrar muitos conteúdos”. É preciso enfatizar que o professor deve repensar constantemente sua prática. Sobre essa questão, Pryjma e Oliveira (2016, p. 847) afirmam que:

A partir das experiências narradas, os professores trazem à baila casos que perpassam pelos constrangimentos situacionais, uma vez que, em período inicial da carreira docente, se deparam com um trabalho excessivo em salas de aulas lotadas de adolescentes ou jovens, muitas vezes sem expectativas ou com interesses difusos. Nestes espaços, os professores precisam administrar múltiplas questões, estabelecer disciplina e ainda atentar para o cumprimento de uma programação curricular, por vezes extensa e nem sempre pensada pelo coletivo dos professores.

É possível perceber em meio às exigências que lhes são impostas e às quais precisam responder, esse “profissional fica cada vez mais distante de uma perspectiva investigativa sobre sua ação”, ficando a prática “dissociada da pesquisa e da reflexão, o que não contribui para a qualificação de sua formação permanente” (PRYJMA e OLIVEIRA, 2016, p. 847).

Dessa forma, sobre desenvolver atividades com os alunos dessa modalidade de ensino é inegável que os professores atribuem a dificuldade de utilizar o espaço para complementar o processo de ensino e aprendizagem pelo fato de a carga horária da disciplina ser pequena e em contrapartida terem uma grande quantidade de conteúdos para ministrar suas aulas.

Quando questionados sobre quais são as principais dificuldades encontradas para utilizar a biblioteca como recurso pedagógico os docentes enfatizaram: “a falta de livros adequados”; “a falta de tempo, pois o número de aulas é reduzido”; “a forma como a biblioteca está organizada”. Sobre essa questão, Pryjma e Oliveira (2016, p. 850), asseveram que:

O professor poderá compreender o seu próprio trabalho e as repercussões advindas dele se conseguir utilizar, com qualidade, os dados obtidos por meio de uma análise individual e coletiva dos resultados. Entender a sua

prática, socializar a sua compreensão sobre o processo, confrontar os resultados com os seus pares permitirá que ele reconstrua e transforme o seu modo de pensar e agir profissional. A pesquisa da prática, realizada por investigadores reflexivos, tende a suscitar a mudança da própria prática.

Nesse sentido, verificou-se que além da carga horária e o tempo reduzido para concluir a disciplina a forma como a biblioteca da instituição está organizada e o espaço físico é inadequado o que dificulta que as docentes organizem atividades com os discentes na biblioteca.

Para que a biblioteca seja de fato incluída na prática pedagógica docente é essencial que ela ofereça materiais bibliográficos de qualidade, recursos informacionais e tecnológicos com serviços planejados em parceria com os docentes. Para Freire (2013, p. 30-31):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino (...). Enquanto ensino continuo buscando, procurando. Ensino porque busco, indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho. Intervindo educo e me educo.

Os docentes também foram questionados sobre a possibilidade de ao longo do processo escolar desenvolverem atividades de leitura visando o desenvolvimento crítico dos alunos e a resposta para essa questão foi “não”: “Os livros da biblioteca não são suficientes e nem o número de aulas permite um trabalho mais eficaz com a leitura em ambiente de biblioteca escolar”.

É possível inferir, que um acervo que não conta com livros de literatura infanto-juvenil e o curto tempo para cumprir a carga horária da disciplina de Português Instrumental inviabilizam que os docentes desenvolvam atividades de incentivo à leitura na biblioteca e dessa maneira esse recuso, que serviria como complementação e aprofundamento de aulas teóricas, acaba não sendo utilizado. Dessa forma a função educativa da biblioteca não cumpre o seu papel. Segundo Chagas (2016, p. 5):

A biblioteca tem sido um lugar pouco atrativo e sem função educativa. O que se espera é que biblioteca e escola realizem um trabalho em conjunto, isto é, de mão dupla. Enfim, a verdadeira inovação da escola será, com certeza, modificar em profundidade as regras de interação entre o leitor, a leitura e a biblioteca e que tenha função educativa.

Do ponto de vista do processo de ensino e aprendizagem a biblioteca deve contribuir com práticas de incentivo à leitura, contudo constatou-se que não são desenvolvidas atividades e nem projetos de leitura. É imperativo um trabalho em parceria entre professores e bibliotecários da instituição para realizar ações que promovam a prática da leitura, pois é preciso apostar em caminhos para conquistar leitores e formar leitores.

Sobre o papel da biblioteca no processo de ensino e aprendizagem os professores

responderam que: “O papel é mínimo, pois as obras disponibilizadas não atendem aos conteúdos das ementas”; “A forma como os cursos técnicos nas modalidades concomitantes está organizado não contribuem para o uso da biblioteca e também não há um trabalho das bibliotecárias de forma a incentivar a leitura em ambiente da biblioteca escolar”. A partir das respostas explicitadas pelas docentes, constata-se que a biblioteca não desempenha seu papel no processo de ensino e aprendizagem. Também não desenvolve ações de incentivo à leitura. Observa-se que o acervo não está em consonância com as ementas da disciplina de Português Instrumental e que falta interação entre a biblioteca e o ambiente educacional. Nesse sentido Ferreira e Santos Neto (2016, p. 9) afirmam:

Na relação presencial, pode-se dizer que é o professor que atua como mediador pedagógico entre o conteúdo e a aprendizagem por parte dos alunos. Mas diante da complexidade da ação docente, professores e demais profissionais comprometidos com a prática pedagógica, precisam de capacitação e formação continuada para acompanhar as constantes transformações do mundo contemporâneo. Dentre os profissionais comprometidos com a prática pedagógica destaca-se uma vez mais o bibliotecário.

Dessa forma, observou-se que a biblioteca não desenvolve atividades que auxiliem os professores em suas práticas educativas e, ainda, que a função da biblioteca precisa ir ampliar o seu leque de possibilidades, indo além do oferecimento serviços de empréstimos e devolução de livros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biblioteca do *campus* não possui um acervo satisfatório com as necessidades informacionais das docentes da disciplina de Português Instrumental, contudo o mesmo deveria atender as necessidades dos cursos oferecidos nas diversas modalidades de ensino pela instituição. Foi possível verificar que a estrutura da biblioteca é confortável, porém o espaço é pequeno. Esse espaço no ambiente escolar deve ser visto como complemento das ações desenvolvidos pelos docentes em sala de aula e deve oferecer serviços que contribuíssem com a ampliação dos conhecimentos dos discentes, ou seja, ela deve ser uma extensão da sala de aula.

Verificou-se que a biblioteca do campus Porto Velho Zona Norte não cumpre seu papel como recurso pedagógico e pouco auxilia as docentes que participaram dessa pesquisa em suas práticas pedagógicas, sendo um dos motivos que dificultam o uso dos docentes desse ambiente como recurso pedagógico, a falta de tempo para concluir a disciplina, o espaço e a falta de títulos no acervo voltados para a disciplina de Português Instrumental.

A biblioteca e os bibliotecários precisam estar e ser mais atuantes nas relações de ensino
Revista Fontes Documentais. Aracaju. v. 04, n. 01, p. 45-55, jan./abr., 2021 – ISSN 2595-9778

e aprendizagem, por meio de ações que integrem o ensino, pesquisa e extensão superando os limites das funções clássicas de uma biblioteca. É preciso que a biblioteca realize ações técnicas, educativas e de ação social para motivar os docentes a usarem o espaço como recurso pedagógico. Por isso, é fundamental que sejam oferecidas atividades de incentivo à leitura, uma vez que a biblioteca não sobrevive de forma isolada dentro do ambiente educacional sendo necessário que haja diálogos entre professores e bibliotecários.

O espaço físico da biblioteca deve ser organizado de forma que promova o interesse pela leitura, deve ser um lugar harmonioso, ou seja, um verdadeiro convite para integração dos discentes através de atividades de ação cultural.

A biblioteca deve ser um espaço utilizado com mais frequência tanto por alunos quanto por professores dos cursos técnicos na modalidade concomitante e que devem ser realizadas atividades conjuntas entre os sujeitos do processo de ensino – aprendizagem do *campus*, no sentido de conhecer o contexto institucional e apontar de que maneira a biblioteca pode ser inserida nas práticas pedagógicas dos docentes mediante a associação de conteúdos previamente selecionados com as experiências individuais dos discentes em consonância com o acervo e os recursos informacionais da biblioteca e dessa forma modificar o olhar da comunidade educacional sobre a importância e as potencialidades da biblioteca do *Campus* Porto Velho Zona Norte.

Desse modo, espera-se que no futuro a biblioteca possa resolver os problemas apontados pelas docentes para que desenvolvam futuramente de forma conjunta ações na biblioteca, para que os discentes criem vínculos e possam dar significado para esse espaço educacional tão fundamental para o processo de ensino e aprendizagem. Também é importante salientar que os docentes dessa disciplina tão fundamental para a formação dos educandos possam, com a colaboração das bibliotecárias, desenvolver ações interdisciplinares, de pesquisa e de incentivo à leitura integrando os recursos informacionais existentes na biblioteca com o planejamento docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB/CNE nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=245343>. Acesso em: 03 abr., 2021

CHAGAS, Flomar Ambrosina Oliveira. Bibliotecas escolares: um espaço contraditório. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 4 n.6, p. 390-407, 2016. Disponível em: <https://ojs.netlink.com.br/index.php/rpq/article/download/60/48>. Acesso em: 01 abr. 2021.

DAY, C. **Desenvolvimento profissional de professores**: os desafios da aprendizagem permanente. Porto: Porto Editora, 2001.

FERREIRA, Edson Silva; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e mediação pedagógica na pesquisa escolar. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 5, p. 1-18, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/108111>. Acesso em: 25 mar. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.

PRYJMA, Marielda Ferreira, OLIVEIRA, Oséias Santos de. O desenvolvimento profissional dos professores da educação superior: reflexões sobre a aprendizagem para a docência. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n.º. 136, p.841-857, jul.-set., 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302016005001104&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 abr. 2021.

SANTOS, Maria Aparecida Brito; GRACIOSO, Luciana de Souza; AMARAL, Roniberto Morato do. As Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise de literatura científica. RBBB. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 26-43, maio 2018. ISSN 1980-6949. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/668>. Acesso em: 02 abr. 2021.

SOUZA, Juliana Daura de. **A biblioteca e o bibliotecário escolar no processo de incentivo à leitura**: uma pesquisa bibliográfica. Florianópolis, ano 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/119542/269726.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.

Recebido/ Received: 01/04/2021

Aceito/ Accepted: 21/04/2021

Publicado/ Published: 30/04/2021



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0)

CLUBHOUSE, TRIBOS E NETWORKING – UMA NOVA PERSPECTIVA DA CIBERCULTURA NO CONTEXTO COMUNICACIONAL DA EDUCAÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS

CLUBHOUSE, TRIBES AND NETWORKING - A NEW PERSPECTIVE OF CYBERCULTURE IN THE COMMUNICATIONAL CONTEXT OF EDUCATION IN SOCIAL MEDIA

Quesia Damasceno Gomes da Silva

Mestre em Ciência da Educação pela SABERES/Universidad Autónoma del Sur (UNASUR). Membro do LTI Digital. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8491-0049>. E-mail: kelkdamas@hotmail.com

RESUMO

Um novo formato de comunicação tem ganhado cada vez mais força nas mídias sociais. E esse, de fato, é um fenômeno que merece nossa atenção no que diz respeito a novas abordagens sobre comunicação e tecnologia, num contexto “plurieducacional”. Neste artigo, iremos abordar como o novo aplicativo ClubHouse tem transformado de maneira efetiva e significativa a forma de conectar pessoas de diferentes tribos, crenças, culturas, religiões, negócios e afins. Com efeito, essa conexão é considerada muito efetiva pelo fato de ser um aplicativo que promove diversidade, embora as pessoas continuem se associando a ideologias e costumes que mais mantêm afinidades com suas crenças e valores.

Palavras-chave: Comunicação. Cibercultura. Educação. Inovação. Aplicativo. ClubHouse.

ABSTRACT

A new communication format is gaining more and more momentum in social media. And this is in fact a phenomenon that deserves our attention, with regard to new approaches to communication and technology, in a 'multi-educational' context. In this article we will discuss how the new 'ClubHouse' app has effectively and significantly punctuated the format of connecting people from different backgrounds, tribes, beliefs, cultures, religions, businesses and the like. In fact, this connection is punctuated in a very striking way, due to the fact that it is an application that promotes diversity, but people continue to associate themselves with ideologies and customs that cause more affinities with their beliefs and values.

Keywords: Communication. Cyberculture. Education. Innovation. Application. ClubHouse.

1 INTRODUÇÃO

Marco Silva (2000) faz uma abordagem significativa da vida social na atual conjuntura. Nesse contexto, as tecnologias da informação e comunicação têm um papel de mudança que desafia e aumenta o risco da profissão docente que não é compatível com um modelo de ensino exclusivamente transmissivo.

A evolução tecnológica tem aberto fronteiras dantes inimagináveis, de modo que a educação on-line, que antes parecia algo muito distante, agora está em foco, possibilitando uma adesão social. Não há retorno quanto ao crescimento da educação via internet no Brasil e no mundo. A educação a distância, antes cheia de limitações específicas, porque se baseava em meios unidirecionais, cresce muito com as potencialidades cada vez mais interativas da internet e das mídias sociais.

A abordagem a que daremos ênfase neste texto envolve o fato de que esta é uma era na qual todos estão sendo praticamente obrigados a estarem presentes nas mídias sociais, bem como no mercado digital, colocarem tudo que é físico e torná-lo funcional no mercado on-line. Assim, diante do acesso cada vez mais escasso a reuniões e encontros presenciais, surgiu a necessidade de desenvolver alguns mecanismos de comunicação entre os usuários do universo digital. No entanto, é nítido que os ambientes educacionais como um todo não se adaptaram a esse novo formato de promover ensino, tecnologia, comunicação e negócios. E essa inserção é extremamente urgente, pois as gerações que emergem com a cibercultura estão ambientalizadas, inseridas, conhecem crenças, artes, éticas, culturas, costumes, hábitos e acompanham muito mais rápido o desenvolvimento social nesta era digital (LÉVY, 2010).

Nesse contexto, no mês de fevereiro, mais uma rede social se posiciona, trazendo essa nova vertente de fazer comunicação, criar redes de conexões (networking) e promover negócios. O ClubHouse é um aplicativo que apresenta uma modalidade inédita de fazer tudo isso acontecer. Os *apps* de áudio não são necessariamente uma novidade, em 2018, Cazér Peçanha lançou o Gengibre, uma espécie de Twitter de áudio.

Conteúdo em áudio também não é uma novidade, afinal temos os podcasts desde 2004 no Brasil. Salas de áudios também já existem em outros aplicativos desde 2015.

Agora, o que é especificamente o ClubHouse e em que medida sua abordagem é relevante para os tempos líquidos que estamos vivendo?

Em uma retrospectiva rápida sobre o que é o aplicativo e como ele funciona, o ClubHouse é uma rede social na qual é possível criar ou participar de diversas salas de áudio. Quem cria a sala pode eleger outros moderadores (líderes das salas) e definir quem são os palestrantes. Alguém da plateia pode levantar a mão e participar da conversa. Enfim, podemos resumir dizendo que é um app de podcasts ao vivo.

O Clubhouse surgiu em março de 2020 e aproveitou o crescimento do home office para virar um espaço de bate-papo com os amigos enquanto trabalha. Parecido com quem liga o rádio ou a TV para fazer barulho em casa, com a diferença de que a diversidade de conteúdo é maior, é

sempre ao vivo e eventualmente você também pode falar ao invés de apenas ouvir.

Recentemente, também vimos um crescimento acelerado dos podcasts, principalmente depois que o Spotify¹ passou a apostar no formato com altos investimentos a partir de 2019.

A comunicação entre os participantes, ao vivo e on-line, para algumas instituições particulares, é um negócio muito lucrativo, pois elas não precisam se preocupar com uma modalidade de educação formal e não precisam contratar pessoas para que a construção dessa comunicação seja fluida, uma vez que os usuários criam conteúdo sem muita formalidade, aos quais os demais participantes terão acesso de modo exclusivo e em um formato ainda gratuito, o que subutiliza as interfaces da internet, feitas à base de tutoria reativa.

A tecnologia de áudio está se tornando cada vez mais corriqueira em nossas vidas com o crescimento dos *comandos de voz*². No começo de 2020, mais de 50% de todos os americanos adultos já usavam comandos de voz. Ou seja, há uma convergência da tecnologia disponível envolvendo hábitos do usuário, familiaridade com o formato e disponibilidade de tempo ao longo do dia para consumo de voz. Um *timing*³ quase perfeito. Só isso já seria motivo suficiente para apostar no ClubHouse, porém há um tempero especial adquirido no último mês, e esse efeito é o que posso chamar de “efeito Elon Musk”: no dia 1/fevereiro/2021 o homem mais rico do mundo entrou no ClubHouse para bater um papo. E isso mudou todo o Ecot⁴ da empresa, que até então era mais uma no Vale do Silício⁵, e se tornou, em apenas um ano, uma empresa bilionária.

O resultado foi uma quantidade gigantesca de pessoas do mundo das *startups*, negócios, finanças, marketing e afins entrando no início de fevereiro e uma grande leva de artistas brasileiros entrando no final de semana.

Como o aplicativo ainda está limitado ao iOS e o crescimento é controlado pela distribuição de convites, é necessário receber um convite para participar.

¹O Spotify é um serviço de streaming digital que dá acesso instantâneo a milhões de músicas, podcasts, vídeos e outros conteúdos de artistas de todo o mundo.

² Muito provavelmente você conhece a Siri, da Apple, ou a Alexa, da Amazon. Esses softwares que respondem a comandos de voz são os assistentes virtuais. Esses sistemas inteligentes são utilizados para auxiliar as pessoas em uma ou mais tarefas e estão cada vez mais sofisticados.

³ Cronometragem.

⁴ O Ecot é um sistema completo de *e-procurement* que proporciona a gestão completa de SCM (*Supply Chain Management*) entre o comprador e o fornecedor; por meio dele o comprador disponibiliza na Internet os produtos que necessita comprar e quais são os potenciais fornecedores, o sistema então realiza a cotação desses produtos com os fornecedores, retornando ao comprador todas as informações relevantes para realizar a melhor compra. O Ecot proporciona redução de custo e tempo; todo o processo de compras da empresa é praticamente automatizado.

⁵ O Vale do Silício (em inglês, Silicon Valley), na Califórnia, Estados Unidos, é um apelido da região da baía de São Francisco, onde estão situadas várias empresas de alta tecnologia, destacando-se na produção de circuitos eletrônicos, na eletrônica e informática. O vale abrange várias cidades do estado da Califórnia, como Palo Alto, São Francisco e Santa Clara, estendendo-se até os subúrbios de São José.

A empresa está conseguindo controlar possíveis problemas de infraestrutura que vem com o crescimento acelerado e, além disso, já anunciou diversas formas de monetização como assinatura, venda de ingressos para as salas, gorjetas e patrocínio de marcas.

Tudo indica que, se continuar surfando nessa onda criada pelas personalidades, o grupo deve se tornar a nova grande rede social do momento, sem necessariamente rivalizar com os demais apps. O ClubHouse, como já disse, está aproveitando uma demanda de consumo de conteúdo e tempo que ainda não tinham oferta suficiente no dia a dia dos usuários.

E é exatamente rompendo com paradigmas preestabelecidos que a Cibercultura traz um novo olhar para esses novos ambientes digitais, o desafio da comunicação e interação. Na cibercultura, os atores da comunicação tendem à interatividade e não mais à separação da emissão e recepção própria da mídia unidirecional de massa. A cibercultura trabalha com hipertexto e montagem de conexão em rede, o que permite uma multiplicidade de recorrência colaborativa. A cibercultura converte disparadores de lição-padrão em formuladores de interrogações, coordenadores de equipes de trabalho sistematizador de experiências em interfaces on-line desenvolvidas para contemplar a interatividade. Em um contexto plurilateral, por definição, é exatamente essa a modelagem da cibercultura, que permite que as redes sociais se comuniquem e ofereçam aos seus usuários esses ambientes interativos.

O cenário da cibercultura favorece o compartilhamento e a colaboração de expressões de uma ambiência comunicacional que favorece a educação autêntica. E como é este espectador diante desse avanço sociotécnico? Esse espectador migra dos controles, tela tátil, TV, e agora se depara com a tela de um smartphone que se conecta à internet e, assim, ao mundo. O smartphone conectado à internet permite ao usuário criar controles no processo de formação e comunicação. Entretanto, no contexto educacional, o educador precisa compreender esse cenário para nele atuar, precisa repensar a mediação da aprendizagem que vem realizando na sala de aula presencial para promover ensino em ambientes diversificados. Ao mesmo tempo, necessita da inclusão digital da cibercultura capaz de prepará-lo para ir além do uso instrumental da infotecnologia de informação e comunicação, promovendo uma formação conjunta. Afinal, o educador atualmente é mais um aprendiz da cibercultura como um todo do que um detentor de conhecimentos diversos (LÉVY, 2010).

É de suma importância a preparação desse profissional para exercer essa nova modalidade de ensino, por isso Silva (2000) defende a integração da pesquisa-formação na formação docente, pois nessa modalidade o docente põe em prática suas pesquisas, facilitando o entendimento ao contemplar a possibilidade de mudanças.

Na pesquisa-ação, o docente é estimulado a todo o tempo a compartilhar suas pesquisas e experiências. Paulo Freire corrobora com essa ideia quando diz: “ Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (FREIRE, 2011, p. 31). A pesquisa-ação prepara o profissional para lidar com essa nova modalidade de ensino, pois na modalidade EAD e na EOL os docentes e discentes precisam a todo momento trocar informações por meio dos ambientes virtuais e o professor necessita estar preparado para lidar com essas situações.

O professor precisa estar preparado para potencializar a construção do conhecimento nas salas virtuais fomentando a interação, a participação, e principalmente unindo todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A construção e a elaboração deste artigo surgiram a partir de minha participação em algumas salas dentro do aplicativo ClubHouse, onde notei como as “tribos” estavam muito bem definidas por temas afins. Cada moderador é responsável por criar as salas e definir os temas a serem discutidos e cada usuário, ao entrar no aplicativo, depara-se com as salas, podendo escolher as que correspondem às temáticas com as quais mais se identifica. Dentro de cada sala, os participantes podem levantar a mão, e os moderadores permitem que os participantes tornem-se *speakers* (falantes); estes, por sua vez, poderão falar quando e o quanto quiserem.

Porém, o mais intrigante é como os usuários se comportam diante desses grupos. Mesmo sem regras estabelecidas, existe um código de ética, que os participantes, inconscientemente, respeitam. Por exemplo, não há nenhuma regra que determine quando os *speakers* precisam parar de falar, mas todos dão suas contribuições, ouvem os demais e respeitam o ambiente.

Os criadores desse aplicativo com certeza criaram essa nova modalidade de comunicação e conexão como um instrumento inovador que migra do mundo corporativo para a educação, viabilizando formas atrativas de construção de conhecimento coletivo, além de promover uma revisão de conceitos considerados fundamentais no design avançado em uma discussão específica sobre a conceituação de *Design Thinking*, cibercultura e educação; como interação entre si e qual o viés que os relaciona. A iniciativa, então, leva em conta a cibercultura, seus conceitos e envolvimento nas contribuições significativas para um ambiente de construção de pensamentos e ideias coletivas, que podem ser aplicados no ciberespaço como instrumento para desmonopolizar o ensino-aprendizagem.

Alguns pontos podem ser considerados relevantes para a reflexão como, de acordo com

Brown e Wyatt (2010), a característica de trabalhar junto das pessoas para as quais se está projetando, propondo soluções e sua capacidade de gerar alternativas de alto impacto e que nascem de baixo para cima.

Na cibercultura, a educação on-line por meio das comunidades de aprendizagem não transpõe a sala de aula presencial para o ciberespaço, mas se utiliza da infraestrutura do ciberespaço para estimular a interação entre quem aprende e ensina, partindo do pressuposto de que todos aprendem e ensinam. Neste ponto o *Design Thinking* interage de forma significativa e coerente com a cibercultura, uma vez que na interação em grupo a aprendizagem acontece de forma coletiva, independente do espaço em que acontece. Nesse sentido, as comunidades virtuais de aprendizagem proporcionam a ativação da inteligência coletiva a partir da dinâmica de redes, na qual cada participante é um ponto, e todos os pontos são fundamentais para que a rede se constitua. Em essência, as comunidades realizam o que há décadas as principais correntes pedagógicas pregam para a educação presencial, o fim da educação de transmissão de conteúdo.

Dessa maneira, percebe-se que o ClubHouse produz, então, uma troca de informações entre os criadores de conteúdos (moderadores), empresários, *startups* e os consumidores finais (usuários), possibilitando a empatia e permitindo, assim, soluções coerentes e imediatas, além de minimizar resistências ao diminuir riscos de um colapso na educação. Tudo isso, finalmente, gera uma nova modalidade no processo de aprendizagem.

3 CLUBHOUSE, CIBERCULTURA E EDUCAÇÃO

O ClubHouse pode ser considerado um novo conceito de comunicação que, de certa forma, já estava presente, consciente ou inconscientemente, desde que começaram a surgir os espaços de comunicação via áudio. Pode-se, no entanto, dar a Papanek, Fuller e Caplan, o crédito por terem introduzido, a partir de 1976, o conceito de desenho do pensamento atrelado a mudanças sociais e ambientais (VOGEL, 2010). Desde essa época, é visível uma grande tentativa de ampliar o campo de atuação do design, que deixa de ter um aspecto predominantemente operacional e parte para uma forma mais estratégica de abordagem. Nesse sentido, o “design não é somente fazer coisas bonitas; é também fazer com que as coisas trabalhem maravilhosamente bem” (MARTIN, 2009).

A rede social é um caminho alternativo que tem cada vez mais promovido mudanças enquanto um formato diferente de gerar novas ideias e pensamentos (NEVES, 2019). Dessa maneira, a rede social transforma-se então em processo, em meio de inovação centrado em

aspectos humanos, utilizando métodos como: observação, cocriação, visualização e prototipagem (GATES; GATES, 2009).

As redes sociais emergiram como um caminho mais rápido para a inovação e para a alta performance organizacional. Organizações pedem aos designers que imaginem soluções para as necessidades encontradas e que construam sistemas que otimizem a experiência e a satisfação do consumidor (SERRAT, 2010).

A abordagem para problemas complexos focada no uso da criatividade e da empatia, e que incentiva a participação de usuários finais na criação de soluções que já nascem mais adaptadas e, por isso, possuem maiores índices de adoção e maior potencial de serem catapultadas ao patamar de inovação. A importância da alavancagem de inovações pode ser explicada através do entendimento dos fatores que compõem na prática uma inovação (PINHEIRO, 2010, p. 1).

O ClubHouse surgiu para suprir uma necessidade no mundo corporativo, pois, em tempos de pandemia, as reuniões em home office tornaram-se cada vez mais comuns. Sem sombra de dúvidas, a plataforma tem muito a oferecer à educação, na medida em que a maioria das ideias e projetos avaliativos que formam conceitos e melhoram as práticas está livremente disponível para ser copiada e explorada. Educadores agora precisam olhar para a inovação como principal fonte de diferenciação e vantagem para um avanço acadêmico e a construção do conhecimento coletivo.

A plataforma emprega estratégias do marketing digital, por exemplo, na educação, atribuindo-lhe características imprescindíveis que foram usadas em uma abordagem comercial no século passado e que podem somar à prática docente, tal como a empatia. O app torna possível a imaginação do mundo a partir de múltiplas perspectivas, de colegas, clientes, usuários finais e clientes (atuais e potenciais). E assim, por meio de uma abordagem do tipo "primeiro as pessoas", criadores de conteúdos podem imaginar soluções que são inerentemente desejáveis e atender às necessidades explícitas ou latentes na educação. Afinal, grandes educadores observam a educação nos mínimos detalhes; eles percebem as coisas que os outros não percebem e usam seus conhecimentos para inspirar inovação.

Uma segunda característica que a plataforma pode imprimir na educação é o pensamento integrativo. Este não só depende de processos analíticos (aqueles que produzem ou/ou escolhas), como também apresenta a capacidade de identificar todos os aspectos por vezes contraditórios e criar novas soluções que vão além e melhoram dramaticamente as alternativas existentes.

Uma terceira característica é o otimismo, no qual não importam as restrições de um determinado problema desafiador; pelo menos, uma possível solução é melhor do que as alternativas já existentes.

Uma quarta característica é o experimentalismo. A partir dele, educadores fazem

perguntas e exploram as restrições de maneiras criativas que seguem inteiramente em novas direções.

A quinta e última característica é a ‘colaboração’. A crescente complexidade dos processos de aprendizagem significativos e experiências substituiu o mito do gênio criativo solitário pela realidade do colaborador entusiasmado interdisciplinar. Os melhores educadores de design não simplesmente trabalham ao lado de outras disciplinas, muitos deles têm experiência significativa em mais de uma.

O processo de comunicação nas redes sociais por meio de áudio é melhor descrito metaforicamente como um sistema de espaços, em vez de uma série pré-definida de etapas ordenadas. Os espaços marcam diferentes tipos de atividades relacionadas que, juntas, formam o contínuo de inovação.

Segundo Brown (2008),

Estes ambientes na educação devem finalmente passar por três espaços: "Inspiração, ideação, Implementação". Para rotular estes "inspiração" para as circunstâncias (sejam um problema, uma oportunidade, ou ambos) que motivam a busca de soluções; "Ideação", para o processo de gerar, desenvolver e testar ideias que podem levar a soluções; e "implementação", para o mapeamento de um caminho para onde acontece a aprendizagem.

Nesse contexto, surge a importância do protótipo. Protótipos são uma inovação na educação, pois agregam a diversidade de ideias em imagens e nos ajudam a entender o que é aprendido por meio deles. Podem ser tutoriais, desenhos, ideias diversas escritas em papéis para afunilar e surgir um feeling.

Protótipos devem comandar apenas a quantidade de tempo, esforço e investimento que são necessários para gerar um feedback útil e evoluir uma ideia. O objetivo da prototipação não é terminar, mas promover o aprendizado sobre os pontos fortes e fracos da ideia e identificar novas direções que outros protótipos podem tomar.

Incorporar essas ferramentas de comunicação e conexão à educação não é tão simples, considerando que nossa cultura impõe um pensamento lógico e dedutivo. A realidade é que somos treinados a receber informações, analisar e convergir para uma única resposta.

Brown (2008) dá algumas dicas de como a cibercultura pode estar totalmente vinculada ao uso e à conexão do ClubHouse e como este pode se inserir no processo de inovação dentro das organizações:

- **Comece pelo começo:** envolva os indivíduos bem no início do processo de inovação, antes que qualquer direção tenha sido definida. Isso vai ajudar você a explorar mais ideias mais rapidamente.
- **Adote uma abordagem centrada no ser humano:** junto com considerações de negócio e tecnologia, a inovação deve fatorar-se no comportamento humano, necessidades e preferências. O *Design Thinking*, centrado no comportamento humano – especialmente quando se inclui a pesquisa com base em observação direta – irá capturar insights inesperados e produzir inovação, o que reflete com mais precisão no que os consumidores querem.
- **Tente cedo e frequentemente:** crie uma expectativa de experimentação e prototipagem rápida. Incentive as equipes a criar um protótipo na primeira semana de um projeto. Avalie os progressos com um tempo métrico como média para o primeiro protótipo ou o número de consumidores expostos aos protótipos durante a vida de um programa. Procure ajuda externa. Expanda o ecossistema de inovação, procurando oportunidades para se recriar. Misture pequenos e grandes projetos. Gerencie um portfólio de inovação que se estende desde a ideias incrementais de curto prazo a longo prazo.

4 AS NOVAS ABORDAGENS E NOVOS AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

Com o advento das tecnologias de comunicação e informação, evidencia-se a necessidade de interligações constantemente em processo de mudança para que uma organização social seja de fato inteligente (CASSIANO; GOES; NEVES, 2019). Examinar antigos problemas para buscar solução para os novos por meio de discussões e trocas entre pares torna-se vital, numa época em que a obsolescência acomete tudo a todo tempo, exigindo o constante aprendizado de novos padrões e o desenvolvimento de novas competências.

Destaca-se um novo conceito que perpassa por essas ferramentas de forma discreta, porém como eixo de ligação entre elas – a inteligência coletiva, uma inteligência “distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”; cuja base e objetivo são “o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas, e não o culto de comunidades fetichizadas ou hipostasiadas” (LÉVY, 2015, p.29).

Sempre houve alguma forma de inteligência coletiva, na medida em que o homem é um ser social. Se pensarmos em nossa rotina e em nossos círculos de relações diárias, vemos que fazemos parte de todo tipo de inteligência coletiva, seja no nível familiar, seja no profissional, pessoal ou acadêmico. O ClubHouse, como metodologia AVA, interage exatamente com esse pressuposto de aprendizagem. A literatura (STEINBECK, 2011, CARROLL et al, 2010) aponta que o uso do *Design Thinking* como metodologia ativa coloca o enfoque na aprendizagem, e não

no ensino. Ele permite que o estudante relacione a teoria e a prática, pois motiva o estudante a se engajar nas atividades da disciplina ao assumir um papel ativo durante o desenvolvimento do trabalho colaborativo, além de permitir que o estudante aprenda a usar métodos e ferramentas que levam à inovação por meio não apenas do uso de sua inteligência, mas também pelo aprendizado do que há de melhor no coletivo.

Conviver com livros é uma maneira de pensar juntamente com conceitos e ideias ali apresentados e discutidos. A teoria bakhtiniana (2003), por exemplo, propõe uma análise dos vários eus do nosso discurso, do dialogismo. Outro ponto de compatibilidade entre as duas ferramentas que estão sendo analisadas neste artigo é a análise dos “eus”, que é um ponto de partida, pois no ClubHouse todas as ideias são relevantes e coerentes, e a junção da diversidade de pensamento coletivo permitirá um pressuposto inovador.

Dizemos que determinado ponto de vista sobre um assunto foi elaborado por nós, quando, na verdade, ele é fruto de nossa convivência com outras pessoas que compartilham da mesma opinião. Nesse contexto, o momento em que vivemos, potencializado pelo ciberespaço, enseja, como bem apontou Lemos, o surgimento da “ciber-cultura-remix”. Fica, portanto, uma reflexão, haverá alguma ideia de autoria exclusiva ou todas elas são reconfigurações daquilo já existente, fruto de diálogos com textos lidos, ouvidos, conversas, reflexões com nossos eus entre outras coisas? Parafraseando o psicólogo suíço Carl Gustav Jung, todos nascemos originais e morremos como cópias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do exposto, consolida-se uma nova maneira de se relacionar e se comunicar em ambientes diversificados, na passagem para um processo cada vez mais flexível, com a evolução no modo como nos tornamos cada vez mais agentes participativos dessa nova perspectiva de ambientes educacionais.

Assim, o ClubHouse poderá proporcionar uma nova modalidade de educação, um ambiente em que seus usuários possam cada vez mais construir novos conhecimentos, com a troca de experiências e conhecimentos especializados, tanto para educação como para a área corporativa; promovendo algo que alcança um impressionante avanço nos resultados de produtos, processos e serviços inovadores.

Essa nova forma de comunicação demonstra um alto índice de potencial quando bem

explorada, uma vez que nesse ambiente social os participantes não apenas podem se conectar com pessoas de seu país, mas também têm a possibilidade de se conectar com indivíduos do mundo todo. Nota-se a relevância desse espaço de aprendizagem, pois imagine as conexões multiculturais que os indivíduos terão cada vez mais, além das possibilidades de criação, conectando-se a pessoas de diversidades etnias e culturas totalmente diferentes de suas próprias, o que gera um grau de conhecimento holístico e expansivo, no que diz respeito a espaços geográficos.

O ClubHouse é um formato inovador de comunicação e networking, pois tem criado conexões, observa, questiona e ouve o mundo e seus entornos. É impulsionado a uma diversidade de metodologias, conhecimentos, experiências, e, com uma visão holística, é capaz de analisar inúmeras possibilidades antes de focar em apenas uma. Isso o leva a um grande estímulo capaz de gerar soluções totalmente inovadoras e consistentes.

Enfim, a contribuição do ClubHouse está se tornando cada vez mais permanente e efetiva, tendo em vista que, com um enfoque totalmente estratégico e corporativo, elabora um processo com rotinas capazes de agir como uma ferramenta integradora. E assim, pode se tornar cada vez mais um processo enriquecedor no intuito remodelar nossa dinâmica de construção de ideias com base em trocas e mindsets;⁶ contínuo e interativo, pode auxiliar na inovação por meio de soluções mais adequadas à vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BROWN, Tim. **Design thinking**. Harvard business review, [S./.] v. 86, n. 6, 2008.

BROWN, Tim; WYATT, Jocelyn. **Design Thinking for Social Innovation**. Stanford: Stanford Social Innovation Review, 2010.

CARROLL, Maureen *et al.* Destination, Imagination and the Fires Within: Design Thinking in a Middle School Classroom. **International Journal of Art & Design Education**, v. 29, n. 1, p. 37–53, 2010.

CASSIANO, Glauber; GÓES, Camila Bahia; NEVES, Barbara Coelho. As Tecnologias digitais no contexto educacional para a autonomia dos sujeitos. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 2, n. 3 p. 43-58, 2019. Disponível em: <https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais/article/view/501/403>. Acesso em: 14 abr. 2021

⁶ Mentalidades – uma linguagem usada no mundo corporativo para expressar uma nova mentalidade, ou unicamente mentalidade.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GATES, Bill; GATES, Melinda. **HCD**: Human-Centered Design Toolkit. Stanford:[*S.l.*], 2009. Disponível em: <http://www.ideo.com/work/human-centered-design-toolkit>. Acesso em: 15 abr. 2021.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Paulos, 2010.

MARTIN, Roger. **The design of business**: why design thinking is the next competitive advantage. Boston: Harvard Bussiness Press, 2009.

NEVES, Barbara Coelho. Recursos que podem apoiar o bibliotecário no combate às Fake News nas mídias sociais. **Atoz**: novas práticas em informação e conhecimento, [*S.l.*], v. 8, n. 2, p. 17-27, July 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/68094>. Acesso em: 14 abr. 2021.

PINHEIRO, Tennyson. Um novo “d”esign. **Abcdesign**, 2010. Disponível em: <http://abcdesign.com.br/noticias/um-novo-design/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SERRAT, Olivier. Design Thinking. *In*: **Knowledge Solutions**. SpringerOpen: [*S.l.*], 2010.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

STEINBECK, Reinhold. Design thinking como estrategia de creatividad en la distancia. **Revista Científica de Educomunicación**, v. 19, n. 37, p. 27-35. jul. 2011.

VOGEL, Craig M. Notes on the evolution of Design thinking: A work in progress. *In*: LOCKWOOD, Thomas (Ed.). **Design thinking**: Integrating innovation, customer experience, and brand value. New York: Allworth Press, 2010.

Recebido/ Received: 01/04/2021

Aceito/ Accepted: 14/04/2021

Publicado/ Published: 30/04/2021



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0)

**O INTER-RELACIONAMENTO ENTRE DOCUMENTOS DE ARQUIVO,
 BIBLIOTECA E MUSEU: MEMORIAL - UM SISTEMA EM DEFINIÇÃO**

*THE INTER-RELATIONSHIP BETWEEN ARCHIVE, LIBRARY AND MUSEUM DOCUMENTS:
 MEMORIAL - A SYSTEM IN DEFINITION*

Tassila Oliveira Ramos

Arquivista do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA). E-mail: tassilaramos@gmail.com

Zeny Duarte de Miranda

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora do G-Acervos – CNPq. Memorialista. Professora Titular da UFBA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0365-6905>. E-mail: zenydu@gmail.com

RESUMO

Este estudo destaca a necessidade da existência de critérios teóricos e metodológicos para a implementação de memorial a partir de instituição híbrida, ou seja, composta de documentos de arquivo, biblioteca e museu, sem, no entanto, ser compreendida em um mesmo plano de conhecimento e técnica. Conforme os autores Pierre Nora e Jacques Le Goff, as instituições voltadas para tratar questões relacionadas à memória, guarda e preservação de documentos e artefatos são denominadas de “lugares de memória” ou “instituições de memória”, os quais compreendem arquivos, bibliotecas, museus e outros lugares de registros documentais, considerando-se esses conceitos enquanto espaços onde a memória encontra abrigo. Com o avanço das áreas da ciência da informação e da tecnologia da informação e comunicação, as instituições passam a reunir documentação de variada natureza, gênero, formato, espécie e tipologia para compor acervos com maior abrangência. Daí emerge a necessidade de estudos aprofundados sobre a relação entre memória, documento e informação. No bojo dessas transformações, surge o centro de documentação, entre outras instituições, tal fato leva a discussões complexas e bastante controversas, particularmente diante da amplitude conceitual do que se entende por

memorial. Assim sendo, a presente pesquisa, através da revisão de literatura, propõe-se a analisar instituições que possuem, em sua composição, o formato de memorial. Este estudo considera a concepção e a implementação do memorial sob a perspectiva da teoria sistêmica segundo Niklas Luhmann e Armando Malheiro da Silva e traz uma análise do inter-relacionamento entre documentos de arquivo, biblioteca e museu em um memorial.

Palavras-chave: Memória. Memorial. Memorial institucional. Teoria sistêmica.

ABSTRACT

This study highlights the need for the existence of theoretical and methodological criteria for the implementation of a memorial from a hybrid institution, that is, composed of archives, library and museum documents, without, however, being understood in the same plan of knowledge and technical. According to the authors Pierre Nora and Jacques Le Goff, institutions dedicated to dealing with issues related to memory, storage and preservation of documents and artifacts are called “places of memory” or “memory institutions”, which comprise archives, libraries, museums and other places of documentary records, considering these concepts as spaces where memory finds shelter. With the advancement of the areas of information science and information and

communication technology, the institutions begin to gather documentation of varied nature, gender, format, species and typology to compose collections with greater coverage. Hence the need for in-depth studies on the relationship between memory, document and information. In the midst of these transformations, the documentation center appears, among other institutions, this fact leads to complex and quite controversial discussions, particularly in view of the conceptual scope of what is meant by memorial. Therefore, this research, through the literature

review, proposes to analyze institutions that have, in their composition, the memorial format. This study considers the design and implementation of the memorial from the perspective of systemic theory according to Niklas Luhmann and Armando Malheiro da Silva and brings an analysis of the interrelationship between archival, library and museum documents in a memorial.

Keywords: Memory, Memorial, Institutional memory, Systemic theory.

1 INTRODUÇÃO

As pessoas, instituições, empresas e organizações produzem, ao longo do tempo de suas existências, uma vasta quantidade de informações. Esses grupos, enquanto conjuntos informacionais, são também conhecidos como memória. Nesse sentido, quando são exteriorizadas essas “memórias” por meio dos suportes para registro, sem tratamento técnico, sem organização e difusão, ficam em grande parte sujeitas a serem esquecidas.

Por isso, na contemporaneidade, para evitar o esquecimento e garantir a preservação da memória, consagram-se “lugares” com o papel de guardiões dos registros e, conseqüentemente, da memória, nos quais são empreendidos diversos mecanismos de lembrança, recuperação e preservação.

Para Nora (1993, p. 7), “fala-se tanto em memória, porque ela não existe mais”, isto é, não há memória espontânea, e daí nascem os “lugares de memória”, a exemplo dos monumentos, arquivos, bibliotecas, museus, entre outros, incluindo o memorial, nosso objeto de estudo. Para Axt (2012, p. 65), “[...] os memoriais são, assim, na acepção de Pierre Nora, ‘lugares de memória’, ou seja, espaços que brotam para bloquear a ação do esquecimento, fixando um conceito, imortalizando o que pereceu, corporificando o imaterial [...]”.

Segundo Barcellos (1999, p. 1), “existe um ponto frágil: a clara inexistência de uma definição mais consistente de **memorial** como instituição”. Uma fundamentação teórica do conceito de memorial poderá alterar as práticas de determinadas instituições que se autodenominam memorial e realizam práticas de instituições similares tradicionalmente existentes. Isso porque, a inexistência de critérios teóricos metodológicos, a escassez de estudos sobre o tema e debates sobre o assunto dificultam a caracterização de um memorial.

Segundo Dodebei (2011, p. 2), têm sido discutidos modelos teóricos conceituais de interseção entre lugares tradicionais de memória, como arquivos, bibliotecas e museus, pois

“havia uma separação, entre o bem cultural, o bem informacional e o bem documental”. Assim, deixava-se a cultura para os museus, a informação para a biblioteca e os documentos administrativos para os arquivos, mas quando começaram a surgir novos lugares, como os memoriais, esses lugares passaram a ser lugares de memória, de patrimônio, ou seja, “um pouco museus, um pouco arquivos, um pouco bibliotecas, um pouco espaços de lazer e encontros presenciais” (DODEBEI, 2011, p. 2).

Percebe-se, portanto, o rompimento de um modelo que até então estava bem consolidado nos campos do arquivo, da biblioteca e do museu, isto é, cada dado/informação documental que deveria estar no seu respectivo lugar de forma apartada passou a poder fazer parte de um espaço integrador, híbrido, onde prevalece a informação dita de memória, independentemente da sua origem, suporte e local de guarda, seja de arquivo, de biblioteca e de museu, o que deu lugar a novos lugares, dentre eles, o memorial institucional.

Diante desse cenário, o objetivo é apresentar conceitos sobre memorial, buscando definir o que o torna um lugar de memória e identificar as suas diferenças e semelhanças com instituições congêneres de memória, bem como o inter-relacionamento entre documentos de arquivo, biblioteca e museu em um memorial.

Apresenta-se aqui uma abordagem qualitativa de natureza aplicada, com característica de pesquisa exploratória, que, segundo Gil (2002), tem como pressuposto aproximar o pesquisador do objeto, e também bibliográfica, a qual é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44).

2 DA MEMÓRIA AOS LUGARES DE MEMÓRIA

A limitação da memória humana levou o homem a buscar artifícios para evitar o esquecimento. Com efeito, desde muito cedo, o ser humano recorreu à exteriorização da memória; essa exteriorização permitiu a transmissão da memória individual, social e coletiva.

Segundo o historiador francês Jacques Le Goff (2003), nas sociedades sem escrita da Antiguidade, a memória era transmitida pela informalidade, sem que houvesse materialização; havia especialistas da memória, “homens-memória”, mas essa função também era realizada por chefes de família, idosos, sacerdotes, e por meio deles reconhecia-se o importantíssimo papel de manter a coesão do grupo pela memória oral.

Em seguida, o advento da escrita mudou profundamente a forma de transmissão da memória; as “memórias externas”, por meio dos suportes, como as tabuletas de argila, mármore,

papiro, pergaminho, entre outros, passaram a assumir esse papel.

No entanto, a escrita acarretou profundas modificações no papel da memória e, portanto, na transmissão do conhecimento. Le Goff (2003) assinala que, no *Fedro*, de Platão (filósofo grego da Antiguidade), segundo a lenda, o deus egípcio Thoth, inventor das letras (alfabeto), apresenta sua invenção ao rei Thamus:

Fazendo isso, o deus transformou a memória, mas contribuiu sem dúvida, mais para enfraquecê-la do que para desenvolvê-la: o alfabeto “engendrará esquecimento nas almas de quem o aprender: estas cessarão de exercitar a memória porque, confiando no que está escrito, chamarão as coisas à mente, não já do seu próprio interior, mas do exterior, através de sinais estranhos. Tudo aquilo que encontraste não é uma receita para a memória, mas para trazer as coisas à mente” (PLATÃO, 275a *apud* LE GOFF, 2003, p. 433).

Thamus teria avaliado como problema a invenção de Thoth, o que atualmente é muito bem explicado por Pierre Nora (1993), historiador francês ou historiador da memória, como é conhecido, quando diz que houve o fim das sociedades-memórias, aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores. O autor ainda acrescenta:

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Cada gesto, até o mais cotidiano seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história (NORA, 1993, p. 8).

A ausência de rituais faz parecer que não há mais memória e levou à criação dos “lugares de memória” (arquivos, bibliotecas, museus e outros), conceito apresentado por Pierre Nora (1993). Os “lugares de memória”, portanto, foram adotados pelas sociedades para a resolução do problema de perda de memória e, conseqüentemente, perda de identidade de grupos. O referido autor observa:

[...] Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p. 13).

Nora (1993) vê como problema a não naturalidade da memória, de ela ser preservada por instrumentos externos que armazenam e dão sentido, configurando assim uma relação de poder que define o que deve ser mantido, perenizado e o que deve ser esquecido. A memória em “lugares

de memória” é o interesse político-social de quem está no poder, uma vez que se seleciona o que deve ser armazenado.

A proliferação de “lugares de memória” ou “instituições de memória” que começou a despontar na sociedade, durante a antiguidade, configurou-se de tal maneira que o arquivo, a biblioteca e o museu podiam ser uma única instituição, a exemplo do *Mouseion* e da Biblioteca de Alexandria, nos quais, em um mesmo espaço, era possível a guarda de documentos, livros e obras de arte, em um contexto em que não havia divisão de áreas do conhecimento.

Porém, no advento da Idade Contemporânea, surgiu a demanda por mão de obra especializada e, assim, cada área passou a buscar espaço distinto e denominação correspondente à sua própria teoria e prática.

Segundo Tanus e Araújo (2012), a criação dos cursos de arquivologia e biblioteconomia na *École des Chartes* e do curso de museologia na *École du Louvre*, na segunda metade do século XIX, acentuou o caráter individual de cada área e, a partir dessas transformações, outras instituições foram surgindo para relacionar memória-documento-informação.

Com o avanço das áreas da ciência da informação e da tecnologia da informação e comunicação, as instituições passaram a reunir documentação de variada natureza, gênero, formato, espécie e tipologia para compor acervos com maior abrangência.

No bojo dessas transformações, surge o centro de documentação, entre outras instituições, muitas vezes compreendidas sem distinção entre si, a exemplo do centro de memória, do centro cultural e do memorial, nosso objeto de estudo.

3 MEMORIAL: UM CONCEITO EM DEFINIÇÃO

Nota-se a inexistência de uma definição do que venha a ser memorial como instituição ou parte de uma instituição. Há uma dificuldade na ciência de nomear conceitos que às vezes são a mesma coisa ou tem uma pequena variação de sentido. Por isso, partimos do pressuposto de que se existe uma palavra, é porque há um desvio de sentido, temos de esclarecer seu significado.

Os primeiros memoriais foram criados nos anos 1950 e estavam ligados ao tema do genocídio de vítimas de guerra, como o *Yad Vashem*, ou Memorial do Holocausto, inaugurado em 1953, em Jerusalém (GUEDES; ISSBERNER, 2017, p. 440).

Na Europa, só no final do século XX foi surgir a patrimonialização de espaços de memória, ligados à II Guerra Mundial e ao Holocausto (Guedes; Issberner, 2017, p. 440). Daí surgem estudos, segundo os referidos autores, sobre museus memoriais, como o *Memorial Museums: The*

Global Rush to Commemorate Atrocities, de 2007, do professor da Universidade de Nova York, Dr. Paul Harvey Williams, que considera os memoriais da seguinte forma:

[...] na atualidade se apresentam como um novo lugar de memória, especialmente destinados a lembrar grandes tragédias, momentos traumáticos da humanidade, por isso, são imbuídos de uma determinada interpretação histórica que lhes proporciona um papel social importante (WILLIAMS *apud* GUEDES; ISSBERNER, 2017, p. 440).

A partir dessa consideração, e baseando-se em Guedes e Issberner (2017), o professor Williams (2007) esclarece que, na Segunda Guerra Mundial, as tragédias humanas tomaram novas proporções, uma vez que as vítimas eram civis, e não somente soldados, o que apontou para a necessidade de uma nova forma de memorialização, culminando na criação dos memoriais.

Nesse sentido, muito mais que mostrar as histórias traumáticas, segundo Williams (*apud* Guedes; Issberner, 2017, p. 442), os memoriais passaram a funcionar como lugares de sítio, constituídos tanto por histórias oficiais como por histórias pessoais. O autor mencionado considera que o aumento do número de memoriais após a Segunda Guerra Mundial está correlacionado com o direcionamento das grandes narrativas e experiências autoritárias em museus nacionais.

Ainda segundo Williams (*apud* Guedes; Issberner, 2017, p. 442), em vez de ser imerso em narrativas históricas prontas, os visitantes dos memoriais são solicitados a ter “experiências sensoriais e emocionais em vez de visuais e impessoais” (tradução nossa). Williams também considera que a “experiência nesses espaços possa ser mais fluída, menos hierárquica e mais pessoal” (tradução nossa).

A esse respeito, as autoras Guedes e Issberner (2017, p. 444) observam uma mudança de práticas no processo de musealização que viabilizaram o aparecimento de novas instituições, principalmente quanto aos processos de musealização específicos, como nos memoriais.

Barcellos (1999, p.1) assinala que no “senso comum, Museu e Memorial são a mesma coisa”. Nesse sentido, ele considera o paradigma da ciência museológica indispensável, mas também insuficiente para o conhecimento da natureza da instituição memorial:

Indispensável, pois trata de formas de organização de prédios, acervo e espaço e pessoal e público a que se destina toda e qualquer coleção de objetos históricos. Insuficiente porque paradoxalmente, a museologia, ciência a quem caberia a questão – não se colocou o problema dos memoriais, ou ao menos a pergunta fundamental “o que é um memorial” como pauta de investigação (BARCELLOS, 1999, p. 1).

Para Dantas (2014, p. 2), alguns pesquisadores tentam problematizar o conceito de memorial, mas este se refere a uma “tipologia de museu cuja proposta vislumbra a monumentalização de um agente ou grupo específico”.

A questão conceitual é importante, pois caracterizar, ou até mesmo conceituar, o memorial poderá trazer avanços e mudanças em práticas metodológicas de instituições que se autodenominam memoriais e realizam práticas de instituições congêneres de memória, como se nenhuma diferença o fizesse, como o museu, o centro cultural, o arquivo e o centro de memória.

Para resolver essa questão, Barcellos (1999) sugere como ponto de partida a determinação do significado da palavra, de forma a delimitar gradativamente o objeto de estudo e seu campo de atuação, distinguindo-o de seus congêneres. Todavia, o autor observa que esse não é um caminho fácil; por exemplo:

No Dicionário Etimológico Silva Bastos da Língua Portuguesa, de 1928, Memorial significa um pequeno livrinho de lembranças, uma petição escrita. Nele encontramos a primeira indicação das origens etimológicas: vem do latim *memorins*. O *Dicionário Etimológico Ernesto Faria* não indica *memorins*, mas *memoriãlis*, aquilo que ajuda a memória, a partir de citação de Suetônio e Cezar. *Memorialis* é adjetivo, e parece ser o mais preciso, e é distinto do substantivo *memoriola*, referente a memória, presente no *LatinDictionary for Schools*, de Lewis, de 1889, mais ainda, que não precisa exatamente do tipo de memória de que se trata. Koeler, em seu *Pequeno Dicionário Latino-Português*, de 1943, esclarece a questão: *memoriola* é pequena memória, memória fraca (BARCELLOS, 1999, p. 7).

Tendo isso em vista, Barcellos enfatiza que esse não é o caminho que leva aos sentidos de memorial na sua origem, e continua referindo-se aos demais dicionários:

O *Dicionário Latino Português* de Dirceu Rodrigues, de 1944, a expressão mais próxima de *memorins* de Silva Bastos volta a ser *memorialis*, “que tem relação com o memorial. No plural, *memoriales*, são ditos os secretários, que junto com *libris* – que é associada também à guarda memória – se transforma na expressão *memorialeslibri*, ou simplesmente memoriais, concepção estrita de *registros da memória*. A interpretação de Cretela Jr, em seu *Dicionário Latino português*, para “*memorialis*” é aquilo “que ajuda a lembrança”. Sua interpretação toma como bases passagens de Suetônio, mas tomada no sentido de substantivo, o sentido é diverso, o de *historiógrafo*, segundo o Código Justiniano. O dicionário de Francisco Antonio de Souza, de 1926, registra *memorialis* – a mesma expressão de Silva Bastos – também como “aquilo que serve a lembrança”, mas me chama a atenção para o derivado *memoráculum*, monumento que lembra (BARCELLOS, 1999, p. 8).

Barcellos (1999) conclui que a gênese de memorial se encontra em *memorialis*, com os significados de diversos dicionários, os quais confirmam como registro que auxilia a memória, *memorialis* parece revelar uma definição institucional. O autor afirma que o conceito de memorial

é uma escritura, uma memória institucional, formal, burocrática — se preferirem —, objeto fundamental de um memorial, seja a memória institucional, qual for. Nesse sentido, Barcellos (1999) exclui, numa interpretação inicial, o memorial como função central da cultura.

Se o conceito de memorial, em sua gênese, admite a via da memória institucional, estamos segundo Barcellos (1999, p. 8), diante de uma definição aproximada de memorial “como lugar permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter institucional com fins culturais”. Tal concepção se diferencia da definição dada aos museus em Santiago do Chile, em 1973, pois não se trata de uma instituição a serviço da sociedade, mas de uma instituição a serviço de fins específicos do Estado ou de outra instituição:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009, on-line).

Os memoriais, diferentemente dos museus, atendem a interesses específicos de divulgação, conservação e valorização de uma memória específica de uma determinada instituição (pública, privada, jurídica ou física). Suas semelhanças com museus se dão apenas pela forma. Conforme os estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM), “assimilam-se aos museus as bibliotecas públicas, e os centros de arquivos que mantêm em permanência salas de exposição” (ICOM *apud* BARCELLOS, 1999, p. 9). Portanto, qualquer lugar de memória com documentos em exposição não será categorizado, obrigatoriamente, como um museu.

Complementando a discussão, Axt (2012) diz que a palavra “museu” pressupõe a existência de um acervo consolidado e complementa que:

Um museu é constituído quando há um acervo reconhecido, materializado num livro de tomo e contemplado com um conceito de gestão. O memorial, assim, na perspectiva que acolhemos, é uma proposta de lidar com a memória sem necessariamente vinculá-la a um acervo, seja objetual, artístico, documental, imagético. O memorial pode, ao longo de sua trajetória, formar um acervo, na medida em que o trabalho avança (AXT, 2012, p. 66).

Embora o memorial tenha características expositivas, inclusive museal, ele não é ancorado num acervo, conforme destaca Axt (2012); ele pode, ao longo da sua existência, formar seu acervo de acordo com a trajetória da instituição, com políticas de memória ou políticas de acervo.

Barcellos (1999) observa que, embora sejam infinitas as definições etimológicas para a palavra memorial, deve-se centrar o eixo do trabalho de um memorial na memória do Estado ou da instituição pública ou privada, jurídica ou física, ou seja, não cabe ao memorial um acervo

diverso da atividade-fim para a qual foi criado, mesmo que algo pudesse ser de interesse geral e da comunidade.

Na tentativa de categorizar os memoriais, e à falta de discussão do assunto pela museologia, como já sinalizado por Barcellos (1999), o Conselho Internacional de Museus implementou, em 2001, o Comitê Internacional de Museus Memoriais (ICMEMO). Esse Conselho conceituou memoriais como instituições que desenvolvem a função de museus, com a finalidade de homenagear as vítimas do Estado e salvaguardar os direitos humanos básicos (ICOM/ICMEMO, 2001).

Assim, o crítico do termo memorial, Paul Williams (2007), professor da Universidade de Nova York, reconhece que o termo representa um tipo específico de museu, dedicado a um evento histórico que comemora o sofrimento em massa de algum tipo. E complementa que os memoriais funcionam como lugares de sítio, construídos tanto por histórias oficiais como por histórias pessoais.

Segundo Barcellos (1999), os memoriais estão em todas as partes. No Brasil, os memoriais não têm somente a finalidade de homenagear as vítimas do Estado e salvaguardar os direitos humanos básicos, mas também inclui diversas realidades, com a função de homenagear qualquer tipo de personalidade, assemelhando-se aos museus; com o perfil agregativo, assemelhando-se aos centros culturais; e com o perfil institucional/organizacional, assemelhando aos arquivos e aos centros de memória.

2.1 MEMORIAL DE HOMENAGEM

Os memoriais mais comuns espalhados pelo mundo e pelo Brasil são os de homenagens a combatentes, celebridades, políticos, ou seja, personalidades. Segundo Barcellos (1999), esses memoriais:

Possuem o formato de museus, nos termos do Conselho Internacional de Museus e similares, “enquanto instituição permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter cultural”, mas são denominados memoriais como se nenhuma diferença isto fizesse (BARCELLOS, 1999, p. 2).

A formatação de museu dos memoriais de homenagem é reflexo de uma roupagem de âmbito museológico, no entanto esse modelo tem características próprias; esses memoriais, podem ser parte de um museu ou serem totalmente voltados ao homenageado.

Uma característica desse tipo de memorial é de, além de manter o acervo biográfico e

temático voltado aos homenageados, comportar mausoléus para guarda dos restos mortais das personalidades. Um exemplo de memorial desse tipo é o Memorial da Princesa Diana, localizado na Althorp House, a 120 km de Londres; Althorp é uma imensa propriedade que pertence à família de Diana, a família Spencer, uma das famílias da aristocracia britânica. Diana passou sua infância na residência e está enterrada nos jardins da propriedade.

A compreensão de memorial está também para além das paredes, o Memorial dos Sapatos, localizado às margens do Rio Danúbio, em Budapeste, Hungria, mostra isso. Os monumentos com 60 pares de sapatos, fundidos em ferro e enferrujados, virou um memorial para lembrar as vítimas do Holocausto, que, antes de serem fuziladas, tinham de tirar os sapatos, considerados artigo de luxo à época.

Portanto, percebe-se que esses novos formatos de lugares propiciam ao visitante uma nova forma de memória, por meio da sensibilização e da experiência de estar num local que remete à vida do homenageado, em oposição a museus, nos quais as experiências são mais hierárquicas e impessoais.

2.2 MEMORIAL AGREGATIVO

Outra realidade de memorial são os que têm perfis agregativos. Embora recebam o nome de memorial, são lugares que abarcam diversas atividades culturais existentes, como músicas, artes plásticas, teatro, convenções; segundo Barcellos (1999), na realidade, eles apresentam características bem semelhantes às dos centros culturais.

De acordo com Ramos (2007), os centros culturais são locais destinados a várias expressões artísticas e culturais. Eles surgiram da necessidade de um modelo alternativo que aglutinasse criação, reflexão e disseminação de bens culturais, portanto devem propiciar o encontro criativo entre as pessoas e não têm a necessidade de produzir conteúdo, ou seja, são receptores de conteúdo.

Assim, semelhantemente a esse modelo de centro cultural, o mais conhecido memorial agregativo é o Memorial da América Latina em São Paulo, embora existam inúmeros outros espalhados pelo país. O problema em questão nesse formato de memorial está no fato de ser um espaço onde podem ocorrer atividades de todos os tipos, as quais, na maioria das vezes, não têm relação com a temática do memorial, visto que, como já falamos aqui, não cabe ao memorial um acervo diverso da atividade-fim para a qual foi criado.

2.3 MEMORIAL INSTITUCIONAL OU ORGANIZACIONAL

A terceira realidade observada é o memorial com perfil institucional ou organizacional, ligado a uma instituição ou organização pública ou privada. Ele tem como objetivo a seleção e a contemplação da memória institucional, funciona como um equipamento político, de promoção e de difusão institucional.

Para Thiesen (2013), o conceito de memória institucional e de memória organizacional se misturam, pois, toda memória é institucional; a referida autora define da seguinte forma:

[...] memória institucional é tudo aquilo que as instituições definem como relevante para a sua memória. É a sua verdade, o que deve ser selecionado, preservado e recuperado, bem como aquilo que deve permanecer em silêncio, esquecido ou guardado em segredo (THIESEN, 2013, p.50-51).

Assim, as instituições lançam mão dos lugares de memória, em especial, o memorial, que, sem conceituação definida, é criado a critério de cada empresa com o intuito de preservar a memória institucional. Normalmente o memorial institucional é criado em momentos de comemoração, quando a organização faz aniversário, mas pode ser usado para o benefício da instituição, de forma comercial, como estratégia de marketing,

Em alguns casos, é o momento em que as massas documentais acumuladas (MDA) são organizadas e se tornam unidades de informação voltadas ao passado da instituição, como forma de preservar sua trajetória, portanto tomam sentido de arquivo histórico, como se fossem sinônimos também.

Por outro lado, o memorial institucional não pode ser confundido com o arquivo da instituição, pois, na maioria das vezes, sua composição passa por um processo de seleção que não é arquivística. A documentação é escolhida de acordo com o que a entidade compreende ou deseja que se compreenda como a “representação” da organização, e isso faz com que o memorial não possua somente documentos orgânicos, autênticos e acumulados naturalmente, características próprias do documento de arquivo.

A realidade presente nas instituições e organizações é a justificativa mais predominante para a alternância da nomenclatura dos termos memorial e centro de memória, como se fossem sinônimos. Segundo Pazin-Vitoriano (2019, p. 92), “um Centro de Memória não é um memorial, no sentido de um local de celebração do passado”; por mais que ele possa ter conteúdos com essa finalidade, ele “não pode ser estático e nem deve estar voltado à monumentalização do passado”.

A monumentalização do passado faz com que os lugares de memória sejam montados com

uma roupagem definida sob um dado ponto de vista, sem abertura para análises e desconstruções. A autora complementa com o seguinte conceito em artigo publicado na página web do Itaú Cultural:

Um centro de memória é uma área, setor ou unidade — dentro de cada instituição — que tem como objetivo reunir, organizar, conservar e produzir conteúdo a partir da memória institucional, presente tanto na documentação histórica da organização quanto na memória de seus colaboradores e de outros atores relacionados à vida institucional (PAZIN, 2015, on-line).

Por outro lado, um centro de memória que seja apenas uma efeméride, que se resuma a uma linha do tempo, um livro de memória, uma exposição e alguns depoimentos não é um centro de memória, o que não o faz deixar de ser um instrumento importante, contudo um projeto de memória institucional não pode ser assim reduzido.

3 MEMORIAL E A TEORIA SISTÊMICA

O fato de o memorial ter como característica o acervo híbrido composto de documentação de arquivo, biblioteca e museu coloca-nos diante de uma unidade de informação diferente. Por essa razão, seu acervo não pode ser tratado como se tudo estivesse no mesmo plano. Os memoriais que vão armazenar documentos de procedência variada precisam ter tratamento também variado para fazer com que os diferentes elementos do acervo convivam sem nenhum ruído para seu sentido pleno.

Quanto à aplicação dos princípios teórico-práticos dos vários campos do saber — Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia — na organização de lugares de memória como o memorial, consideramos que, como pontua Araújo (2014, p. 152), o foco deve estar voltado mais ao desenvolvimento dos vários pontos e aspectos que essas áreas têm em comum, em vez de se reforçar a construção de fronteiras e limites entre essas áreas.

Por outro lado, levando em conta que todas essas disciplinas têm o mesmo objetivo de organizar as informações contidas nos documentos para possibilitar a sua recuperação e difusão, compreender essas áreas por meio da teoria sistêmica faz todo o sentido para projetos de memória institucional.

Por isso, tomamos como referência a teoria dos sistemas de Luhmann (2006). De acordo com sua teoria, podemos tratar o memorial como um sistema, assim como o são o arquivo, a biblioteca, o museu e o centro de documentação.

Segundo Araújo (2014, p. 67), *sistema* é um termo muito utilizado no cotidiano dos indivíduos para designar algo relacionado com organização e, particularmente, com tudo que esteja ligado aos “serviços informáticos”. Por outro lado, Houaiss e Villar (2009, p. 1754) dizem que sistema é o “conjunto de elementos, concretos e abstratos, intelectualmente organizados”. Robredo (2003, p. 106-107), por sua vez, nas suas análises sobre a ciência da informação e os sistemas humanos de informação, define sistema como “conjunto que funciona como um todo em virtude da interação de suas partes ou, mais simplesmente um ‘pacote’ de relações”.

Enfim, vale ressaltar que essas definições são oriundas da teoria geral dos sistemas, idealizada pelo biólogo alemão Ludwing Von Bertalanffy, introduzida no ano de 1968, para entender aspectos relacionados com a classificação biológica. Embora essa teoria tenha sido generalista, ela se aplica a diferentes realidades, tornando possível o pensamento sistêmico, independentemente da área em questão. Segundo Kunzler (2004, p. 123-124), “essa generalidade contraria o tradicional pensamento acadêmico, que não acredita que uma única teoria possa de modo eficaz, analisar diferentes esferas sociais”. Porém, Luhmann (2006) acreditava, e a sua teoria pretendia ser universal, abarcando tudo que existe.

Luhmann (2006) preocupou-se com a complexidade do mundo e a sua teoria sistêmica propõe a redução de complexidades, de modo a abandonar a perspectiva tradicional do todo constituído por partes e introduzir uma referência explícita ao ambiente:

A noção de ambiente não implica somente que algo mais existe fora do sistema em estudo. Não se trata de distinguir entre aqui e em qualquer outro sítio. A nova tese, em vez disso, propõe o seguinte: as estruturas e processos de um sistema só são possíveis em relação a um ambiente, e só podem ser entendidas e estudadas nesta relação. Assim é, pois só por referência a um ambiente é possível distinguir (num sistema dado) algumas funções como um elemento e outras funções como uma relação entre elementos. Exagerando um pouco, podemos até dizer que um sistema é a sua relação com o seu ambiente ou que é a diferença entre sistema e ambiente (LUHMANN, 2006, p. 99-100).

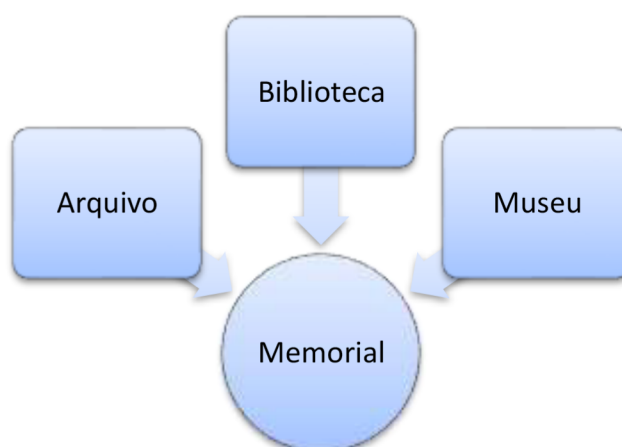
O ambiente pode ser compreendido como a particularidade que envolve e influencia o sistema. Todo ambiente apresenta para o sistema inúmeras possibilidades, por isso o sistema seleciona algumas dessas possibilidades que lhe dão sentido de acordo com as atividades que desempenha o que torna o ambiente menos complexo para esse sistema.

Segundo Kunzler (2004, p. 125), “o sistema não tem uma estrutura imutável que enfrenta um ambiente complexo. É condição para esse enfrentamento que o próprio sistema se transforme internamente, criando subsistemas”, onde cada subsistema gerado dentro do sistema tem seu próprio entorno. Para Luhmann (2006), “sistema é a relação com seu ambiente” e ele se organiza

de forma hierárquica com subsistemas que interagem entre si. Em Luhmann, a complexidade está no exterior do sistema.

Considerando a classificação da teoria sistêmica Luhmanniana, o memorial é um sistema social, assim como os arquivos, as bibliotecas e os museus. A Figura 1 ilustra essa abordagem.

Figura 1 — Memorial como sistema e seus subsistemas



.Fonte: Elaborado pelo autor.

O sistema social memorial no círculo central, segundo a teoria sistêmica de Luhmann, é uma auto diferenciação dos sistemas sociais arquivo, biblioteca, museu, pois é um sistema com novas funcionalidades; o entorno são os sistemas sociais tradicionais de arquivo, biblioteca e museu, que, no caso do memorial, são subsistemas nos quais devem ocorrer integração e compartilhamento mesmo em ambientes diferentes. Os acervos não estão juntos fisicamente, mas possuem vínculos.

O grande equívoco que ocorre na implementação de memoriais é quando se quer ignorar a criação ou existência dos lugares tradicionais de memória e tratar todos os tipos documentais como se estivessem no mesmo plano de conhecimento e técnica, por isso é conveniente distingui-los mediante o tratamento que cada ciência dá aos documentos.

Um memorial vai estar na sintonia de memória, mas se deve recorrer às ferramentas metodológicas da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia, além de outras áreas como a história, a ciência da informação e as tecnologias da informação e comunicação (TICs), para garantir a credibilidade das ações.

Segundo Luhmann (2006, p. 113), pensar um alto grau de autonomia para os subsistemas torna-se imperioso, uma vez que as necessidades completamente heterogêneas que eles demandam só podem ser satisfeitas em domínios sociais separados:

[...] Em todos os sistemas diferenciados cada subsistema tem só três referências de sistemas: a sua relação com o sistema circundante global, a sua relação com os outros subsistemas e a sua relação consigo próprio. [...] (LUHMANN, 2006, p. 112).

Portanto, um sistema não pode ser autossuficiente no universo da sociedade. Da mesma forma, um memorial também não deve ser autossuficiente, pois precisa interagir com os subsistemas de arquivo, biblioteca e museu. É fundamental haver interoperabilidade de sistemas para ocorrer recuperação de informações e, conseqüentemente, de memórias sem que haja fragmentação de acervos.

No caso do memorial ser um local de sítio, setor ou instituição que recebe documentos orgânicos e não orgânicos, ele deve ser considerado, segundo o pensamento sistêmico, um “*supersistema*” formado por outros sistemas (MELLA *apud* SILVA, 2015, p. 114).

Diante de eventuais problemas conceituais que segmentam documentos de arquivo, biblioteca e museu em bases de dados, devemos contar com as tecnologias da informação e comunicação, evitando a não delimitação do conjunto documental e informacional de um memorial em fundos (arquivo) e coleções (biblioteca e museu). Sugerem-se, assim, metadados que integrem as três áreas, a exemplo do uso do metadado acervo, que costuma designar um conjunto geral, com corpo mais amplo, muitas vezes constituído de vários documentos, que podem ser fundos e coleções.

Portanto, conforme afirma Bellotto (2006, p. 274), “a memória é um conjunto de informações e/ou documentos, orgânicos ou não”, ou seja, falar de memorial é falar da memória, um sistema híbrido, que deve possuir ferramentas que integrem documentos e informações por meio de metadados que contenham dados para descrição e catalogação conforme as três áreas (arquivologia, biblioteconomia e museologia), fazendo com que a informação esteja captada, o documento identificado, localizado e disponível para o público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que os lugares de memória, como o memorial, são nutridos por lugares tradicionais de memória (arquivo, biblioteca e museu) e, por isso, não devem ser exclusivos de

determinados conhecimentos técnicos; são necessários conhecimentos híbridos, multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares (MIT) e compartilhamento dos processos e sistemas.

Esse é um grande desafio para as ciências sociais aplicadas e a ciência da informação, pois esses novos lugares possibilitam o debate e a construção de novas e integradas metodologias para o tratamento da informação. Acolher novos conhecimentos MIT disciplinares, na teoria, aparentemente é mais tranquilo, mas, na prática, não é fácil, pois não se trata apenas de um desafio profissional, mas também de um desafio acadêmico e institucional, uma vez que força as instituições a reverem seus instrumentos de tratamento da informação.

Por isso, Duarte (2006, p. 148) afirma que os profissionais da informação devem estar preparados para a era pós-custodial, que não depreciem seu papel como guardiões de documentos, mas “devem transcender seu papel de custódios, se desejam sobreviver como profissionais neste século”. Em outras palavras, as escolas de formação têm de adaptar seus currículos e os profissionais têm de buscar formação continuada para elaborar, acompanhar e implementar projetos de produção, disseminação da informação e de memória.

Todavia, um programa de memória institucional sem políticas de memória, sem políticas de acervo, sem fontes confiáveis, sem sistemas interoperados, sem critérios teóricos metodológicos, não consegue alcançar seu papel, torna-se instrumento estático, comemorativo, promocional e até mesmo supérfluo. Isso não impede que os memoriais sejam instrumentos promocionais também, pois são uma forma importante de disseminar reputação, atingir novos públicos, passam a ser mais uma ferramenta de comunicação da instituição com a sociedade.

Com efeito, esses conjuntos documentais e informacionais gerados e mantidos por uma sociedade transcendem naturezas funcionais e legais e alcançam um sentido testemunhal e transmutacional em dados de memória. Por isso, arquivo, biblioteca e museu possuem as matérias-primas para a memória individual, social e coletiva, e o memorial jamais pode ser considerado concorrente dos lugares tradicionais de memória e sim um potencializador da difusão e do uso desses conjuntos informacionais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

AXT, Gunter. A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público. **Métis: história e cultura**, Caxias do Sul, v. 12, n. 24, p. 64-89, jul./dez. 2012.

BARCELLOS, Jorge. O memorial como instituição no sistema de museus: conceitos e práticas de um conteúdo. In: FÓRUM ESTADUAL DE MUSEUS, 1999, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 1999.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 4 set. 2019.

DANTAS, Rafael Jesus da. O que é que a baiana tem? O memorial das baianas do acarajé de Salvador/BA e a “batalha” das memórias. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais[...]**. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400475992_ARQUIVO_ArtigoMemorialdoAcaraje.pdf. Acesso em: 4 set. 2019.

DODEBEI, Vera. Cultura digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, abr. 2011.

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Patrimônio**. Porto, I Série, vol. V-VI, p. 141-151, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo; ISSBERNER, Gina Esther. O memorial de imigração polonesa em Curitiba: dinâmicas culturais e interesses políticos no âmbito memorialista. **An. mus. Paul. (online)**, [S. I.], v.25, n.1, pp.427-455, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/139686>. Acesso em: 15 ago. 2019.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ICOM/ICMEMO. **Rules of the International Committee of Memorial Museums for the remembrance of victims of public crimes**. 2001. Disponível em: <https://icom.museum/en/committee/international-committee-for-memorial-museums-in-remembrance-of-the-victims-of-public-crimes/>. Acesso em: 4 set. 2019.

KUNZLER, Caroline de Moraes. A teoria dos sistemas de NiklasLuhmann. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 16, 2004. Disponível em: <https://doaj.org/article/e8ff92c668c7423cbb5b43916f4e6dc7>. Acesso em: 8 jul. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LUHMANN, Niklas. **A improbabilidade da comunicação**. Lisboa: Vega, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.

PAZIN, Márcia Cristina de Carvalho. A importância dos centros de memória para as instituições e para a sociedade. **Itaú Cultural**. [S. I.], 18 ago. 2015. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/a-importancia-dos-centros-de-memoria-para-as-instituicoes-e-para-a-sociedade>. Acesso em: 3 mar. 2021.

PAZIN-VITORIANO, Márcia Cristina de Carvalho. Centros de memória como estratégia de preservação e acesso à informação retrospectiva. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano V, n. 9, p. 87-102, out. 2019.

RAMOS, Luciene Borges. **O centro cultural como equipamento disseminador de informação**: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Escola de Ciência da Informação, Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VALA-74QJRP/1/mestrado___luciene_borges_ramos.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

SILVA, Armando Malheiro. Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação em busca da clarificação possível. **Cadernos BAD**, [Portugal], n. 1, p. 103-124, 2015. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1482>. Acesso em: 3 mar. 2021.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Proximidades conceituais entre arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 27-36, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16146>. Acesso em: 18 abr. 2019.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.

Recebido/ Received: 01/04/2021
Aceito/ Accepted: 14/04/2021
Publicado/ Published: 30/04/2021



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0)

SEÇÃO NARRATIVAS REMINISCENTES

HOMENAGEM AO DANIEL LIMA (IN MEMORIAM) – DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Zeny Duarte de Miranda

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora do G-Acervos – CNPq. Memorialista. Professora Titular da UFBA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0365-6905>. E-mail: zenydu@gmail.com

APRESENTAÇÃO

Muito jovem e recém-formado em Biblioteconomia e Documentação, pelo Instituto de Ciência da Informação (ICI) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Daniel de Almeida Lima (*in memoriam*), realizava o mestrado em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI - UFBA) quando, precocemente, nos deixou. Foi um verdadeiro choque e tristeza para todos dessa Academia. Como aluno da disciplina Metodologia da Pesquisa, ministrada por esta signatária, naquele semestre, 2017.2, decidi escrever uma resenha sobre o livro “Os médicos e a cultura em Portugal e na Bahia: olhar (es) introspectivo sobre o ‘modo de ser e estar’ médico-cultural”, publicado pela Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), em 2016.

A escrita da resenha, por ele apresentada possui aproximação da produção intelectual de um pesquisador experiente e até mesmo de um escritor acostumado ao rito das letras e da comunicação. Daniel Lima apresentou um seminário sobre o mencionado livro de maneira eloquente, com postura de um estudioso capaz de subir ao podium de eventos científicos e posicionar-se conforme o esperado pelo ambiente. Em seguida, entregou a resenha sobre o tema de sua apresentação e surpreendeu a todos com a demonstração de pesquisador com maturidade para continuar em seu novo estágio no PPGCI / UFBA.

Dias depois, em 12 de setembro de 2017, o mesmo livro foi lançado no âmbito do XIII CINFORM - Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação e, como não haveria de ser, convidamos o Daniel Lima para, ao nosso lado, participar do lançamento e apresentar, ao público

daquele CINFORM, a mesma resenha. O Daniel Lima esteve presente ao lançamento mas, preferiu que fizéssemos a leitura da resenha. Assim procedemos e, ao lado dele, a leitura da resenha de sua autoria foi lida e, concluída com elogios ao Daniel Lima como um dos mais brilhantes discentes do mestrado de sua turma de 2017, além de prometermos ao público uma futura publicação da resenha em um periódico capaz de divulgar, de maneira mais alargada, a produção do homenageado (in memoriam) Daniel de Almeida Lima.

Agradecemos à Revista Fontes Documentais pelo convite para a publicação desse artigo e, sobretudo, pela solidariedade nesta homenagem a um jovem e brilhante estudante de mestrado da Bahia, o qual saiu do cenário acadêmico e da pesquisa científica, extemporaneamente. Entretanto, Daniel Lima nos deixou a certeza de que sua vida e nossas vidas são pautadas na eternidade das boas lembranças e dos bons legados deixados por cada um de nós, neste plano. O legado de Daniel Lima é, sem dúvida, a demonstração de que podemos deixá-los, não importando a medida de tempo que por aqui passarmos.



Em 17 de setembro de 2017, data do desenlace do Daniel Lima, publicamos uma nota em rede social, com esta fotografia tirada no dia do lançamento do livro pela colega e amiga Jaqueline Souza (doutoranda do PPGCI/UFBA). No final da postagem, anotamos:

“A imagem de Daniel Lima permanecerá em minhas memórias e entre nós e, a partir do seu desenlace, ele passa a fazer parte dos nossos amigos invisíveis do bem, sob a proteção de Deus.”

RESENHA:
**OS MÉDICOS E A CULTURA EM PORTUGAL E NA BAHIA: OLHAR (ES)
INTROSPECTIVO SOBRE O “MODO DE SER E ESTAR” MÉDICO-CULTURAL**

REVIEW:
*DOCTORS AND CULTURE IN PORTUGAL AND BAHIA: INTROSPECTIVE LOOK (S) ON THE
MEDICAL-CULTURAL “WAY OF BEING AND BEING”*

Daniel de Almeida Lima

Bibliotecário. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduando do curso de Arquivologia pela (UFBA).

RESENHA DO LIVRO:

DUARTE, Zeny; Silva, Armando Malheiro da. **Os médicos e a cultura em Portugal e na Bahia: olhar (es) introspectivo sobre o “modo de ser e estar” médico-cultural.** Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2016.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o pensamento dos autores na primeira parte da destacada obra. Primeiramente, buscou-se sua exposição, como um todo, para se entender o contexto de produção. O livro aborda uma temática original e altamente pertinente para o contexto atual, os organizadores se debruçaram sobre o pensamento e obra de médicos portugueses e brasileiros que se dedicam à cultura, por meio do desenvolvimento de atividades artísticas, filosóficas, literárias e políticas, entre outras áreas, produzido assim, um incrível legado cultural para ambos os países.

A OBRA

A obra é dividida em três partes, sendo a primeira escrita pelos próprios organizadores na qual é contada a motivação para a realização do projeto, a segunda parte é composta por 17 depoimentos de médicos, tanto do presente como do passado e a terceira parte é finalizada com a síntese dos organizadores. O projeto do livro foi desenvolvido a partir do pós-doutorado realizado em Portugal - Universidade do Porto - pela escritora, professora e pesquisadora Zeny Duarte sob a orientação do Prof. Dr. Armando Malheiro Silva e contou com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). A pesquisa envolveu dimensões quantitativas (levantamento de dados e cruzamentos das variáveis) e qualitativas (análise e avaliação e interpretação das entrevistas e dos documentos).

O prefácio do livro foi escrito pelo Prof. Dr. Robert E. Verhine, ex-pró-reitor da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que nos relata sua forte

ligação com Prof^a Dr^a Zeny Duarte e com o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI – UFBA), por ter sido, tal Programa, planejado por ele e demais professores do Instituto de Ciência da Informação (ICI – UFBA), na década de 1990. O Prof. Dr. Robert Verhine relata que o livro tem um preciso foco na multi e na interdisciplinaridade, pois os pesquisadores partícipes deste projeto não são apenas de instituições e países diferentes, mas também de campos epistêmicos diferentes, tais como, Ciência da Informação, História, Letras, Medicina, Educação, Linguística, Artes, Ciências Humanas e Sociais, Comunicação, Ciência da Computação e das Humanidades, de uma maneira geral. Vale ressaltar, que o trabalho investigativo, como nos conta Prof. Dr. Verhine, partiu do Grupo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Ciência da Informação e Ciência da Saúde (GEPCIS) da UFBA, coordenado pela professora Zeny Duarte, e, atualmente, G-Acervos – Memória, Patrimônio, Cultura, Informação e Plataformas Digitais, credenciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Assim, percebe-se que a Prof^a Dr^a Zeny Duarte já vem trabalhando com as relações interdisciplinares entre informação e saúde, a exemplo de trabalhos, como “A Medicina na era da informação”, publicado em 2009, entre outras produções relacionadas com os mencionados saberes, além de eventos científicos por ela projetados e implementados.

O livro suscita análises comparativas entre os dois países, Portugal & Brasil, pois é possível enxergar as convergências e divergências no fazer cultural de médicos-cultural portugueses e brasileiros. Desse modo, o livro provoca algumas reflexões, como: a arte estimula a sensibilidade do médico no seu atuar? De fato, existe uma dicotomia estanque entre o médico que exerce a Medicina e o médico artista? Entre outras instigantes provocações sobre teoria, conceito, epistemologia e mais.

AO PRINCÍPIO... UM PROJETO MULTIPLICADO

Apresentado a obra, partiu-se para a disposição das ideias da primeira parte do livro. A relação do médico com a cultura apresenta nuances interessantes, por um lado um profissional que lida com a vida e a morte todos os dias necessitando sempre estar atualizando estudos especializados na área médica e no outro lado a do escritor, que tem a dádiva da criação artística e intelectual. Porém, para Luís Lourenço, presidente da Sociedade Portuguesa de Escritores e Artistas Médicos, essa dualidade não se sustenta, e afirma que a junção da arte com a Medicina favorece o próprio paciente.

Daniel Serrão aprofunda o debate ao propor uma dupla fundamentação: psicossomática e

sociocultural, chegando a considerar a propensão cultural independente da profissão ou atividade de quem produz a cultura. Ele relata que os médicos são criadores artísticos porque têm experiências de vida singulares, eles lidam com a sensibilidade humana todos dias. Utilizando-se do pensamento de João Lobo Antunes, autor do livro, *Um modo de Ser* (2000), aponta-se para reflexão sobre a educação do médico e suas relações com as novas formulações das ciências e a ética profissional, e para o autor citado, surge uma nova Medicina praticada por médicos cultos.

Duarte e Silva buscaram explicar, nessa primeira parte do livro, o significado atribuído ao termo *cultura*, levando em conta sua carga iluminista e dual do conceito (*cultura versus natureza*), bem como sua aceção mais comum associada à produção artística, filosófica, literária de um povo. Posto isso, investigou-se como o conceito de cultura e informação se relacionam no âmbito da Ciência da Informação. Alicerçados no conceito de cultura de Edgar Morin, os autores enfatizam a existência das dimensões de capital cognitivo, mitológico, ritualístico e técnico que engloba toda a produção de saberes do homem, sendo todo esse processo representado e materializado em objetos, costumes e documentos. Assim, o objeto de estudo da Ciência da Informação englobaria todas essas dimensões do capital cultural humano, sendo objetivo dos autores analisar justamente as tensões e simbioses entre a Ciência da Informação, Medicina e Cultura.

Na seção intitulada *Um vislumbre impressionista*, os autores trazem exemplos de médicos que também são escritores e filósofos, sendo eles muitas vezes atraídos para as artes em função do estresse da profissão, encontrado na escrita, nas artes e em outras expressões, um refúgio intelectual. Um dos exemplos trazidos foi o do médico, cientista, escultor, pintor, filósofo e professor universitário, Abel de Lima Salazar, ele foi um homem à frente do seu tempo, defensor de ideias progressistas e combatente da ditadura de António de Oliveira Salazar, coincidentemente seu homônimo. No cenário mais atual, temos o José António de Melo Gomes, médico, escritor e artista plástico, Gomes busca em seus trabalhos alinhar seu conhecimento científico com sua produção artística.

No levantamento bibliográfico realizado pelos autores, um aspecto importante trazido a partir da obra de Botelho 1991, *Médicos na toponímia de Lisboa*, foi o papel da mulher no contexto da Medicina, trazendo como exemplo, a médica Adelaide Cabete. Descrita como uma mulher destemida, esta empreendedora e defensora médica, dedicou-se aos oprimidos e foi efetiva na luta a favor do feminismo. Formou-se em Medicina na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (1900), com a tese de licenciatura *A proteção às mulheres grávidas pobres*. Foi uma professora

de grande prestígio no Instituto Feminino de Odivelas e escritora de diversos artigos nos quais defendia seus ideais republicanos, tendo dirigido a revista *Alma feminina*. Além desses médicos artistas citados, a obra traz diversos outros exemplos, sendo uma fonte inesgotável de conhecimento que nos ajuda a entendermos e admiramos a cultura nesses dois países e a rica produção luso-brasileira em surpreendentes produções Multi, Inter e Transdisciplinar (MIT) – como bem define a autora Zeny Duarte – além da amplitude do conceito médico-cultural originário dos estudos e pesquisas dos autores aqui nomeados Zeny Duarte e Armando Malheiro da Silva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual científico onde se tem cada vez mais buscado a integração dos saberes, a obra organizada pelos prestigiados autores, se coloca como oriunda dessa perspectiva Mit disciplinar do fazer científico. Nesse sentido, a proposta de estudar as relações entre informação e cultura no fazer dos médicos na Bahia e em Portugal traz contribuições importantes para a Ciência da Informação. Algumas reflexões importantes que podem ser indagadas a partir da obra é a questão dos arquivos pessoais, pois todos esses médicos escritores produziram, além dos seus escritos publicados, outros documentos no decorrer das suas vidas individuais e coletivas. No cenário contemporâneo permeado pelas tecnologias digitais os arquivos pessoais de médicos-cultural estariam preservados para as gerações futuras? A Medicina tradicional estaria ligada ao paradigma custodial? Esses médicos, literatos, artistas... estão no contexto do pensamento pós-custodial? Essas e outras questões fizeram-me refletir ao longo da leitura da obra, sendo uma leitura tranquila e inspiradora.

REFERÊNCIA

- ANTUNES, J.L. **Um modo de ser**: ensaios. 11. Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- BOTELHO, L.S. **Médicos na toponímia de Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1991
- DUARTE, Zeny, SILVA, Armando Malheiro da. **Os médicos e a cultura em Portugal e na Bahia**: olhar(es) introspectivo sobre o “modo de ser e estar” médico-cultural. Salvador: EDUFBA, 2016.

Recebido/ Received: 08/10/2020 - Aceito/ Accepted: 30/01/2021
Publicado/ Published: 30/04/2021



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0)